

Pastoral Catequética

revista de catequese e educação

16

A Caridade é a Alma da Pedagogia

A Caridade é a Alma da pedagogia [11-14]

D. TOMAZ SILVA NUNES

CEEC - Contexto de um seminário português [15-24]

ETIENNE VERHACK

Processos formativos dos educadores nas escolas católicas [25-36]

ANGEL MIRANDA REGOJO

A pastoral na vida da escola,

a vida da escola na pastoral [37-84]

ÓSCAR ALONSO

Escolas cristãs e católicas no espaço público europeu [85-96]

MGR. PERO SUDAR

**A Igreja e as escolas católicas: ensino, aprendizagem e diálogo,
os desafios do ensino católica na Europa de hoje [97-103]**

MGR. VICENTE NICHOLS

Anunciar o Evangelho nas categorias da cultura contemporânea [107-125]

ANDRÉ FOSSION, S.J.

Evangelizar de forma evangélica [127-145]

ANDRÉ FOSSION, S.J.

Questões relacionados com o ensino da EMRC [149-160]

D. TOMAZ SILVA NUNES

Edição e Propriedade

SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ

Contribuinte: 501104038

Quinta do Cabeço, Porta D 1885-076 MOSCAVIDE

Telef.: 21 885 12 85 / 21 886 35 11 Fax: 21 885 13 55

E-Mail: educacao-crista@sapo.pt

Director

Augusto Manuel Arruda Cabral

Conselho de Redacção

Tomaz Silva Nunes, Anacleto Oliveira, António Francisco dos Santos,
António Marcelino, Maria Helena Pereira, Cristina Sá Carvalho.

Sede da Redacção

Quinta do Cabeço, Porta D 1885-076 MOSCAVIDE

Paginação e Montagem

Ângela Baptista

Tiragem

1000 exemplares

Condições de assinatura

Número Avulso: 5 Euros

Assinatura Anual (3 números): 15 Euros

Ideografia

Aristides Dourado

Nº de Registo

124627

Impressão

GRÁFICA ALMONDINA

Zona Industrial

2354-909 Torres Novas

Depósito legal

221 724/05

Esta revista encontra-se à venda em Livrarias Religiosas

Editorial

P. AUGUSTO MANUEL ARRUDA CABRAL (*)

Com o tema «Competências Espirituais e Pedagógicas para as Escolas Católicas no mundo de amanhã» se realizou em Coimbra, no passado mês de Setembro, um Seminário para docentes e direcções pedagógicas organizado pelo departamento da Escola Católica do Secretariado Nacional da Educação Cristã e o Colégio Rainha Santa Isabel. Estiveram representadas dezoito Escolas Católicas das dioceses de Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Funchal, Guarda, Leiria, Lisboa e Porto.

É precisamente com algumas das comunicações apresentadas nesse Seminário, que tanto sucesso teve entre o público presente e que será re-editado, desta vez, em Coimbra e em Lisboa, no próximo mês de Setembro de 2010, que introduzimos, neste número da nossa revista «Pastoral Catequética», um pequeno dossier temático sobre «Competências espirituais e pedagógicas para as Escolas Católicas».

Logo na abertura do referido Seminário, e através do texto que aqui publicamos, D. Tomaz Silva Nunes, Presidente da Comissão Episcopal da Educação Cristã, apontou as linhas chave da identidade cristã na Escola e na Educação, recordando-nos que a alma da pedagogia é a caridade. Essa mesma caridade, tão insubstituivelmente central à vida na fé do cristão como é, aparecer-nos-á, artigo a artigo, como o fio condutor de todo este número, quer se trate de um artigo sobre educação escolar ou sobre catequese.

Etienne Verhack insta-nos a abandonar eventuais atitudes de desânimo e propõe-nos que reflectamos seriamente sobre as novas realidades culturais, sociais e políticas que circundam e influenciam a missão da Escola Católica na Europa.

Angel Miranda Regojo, partindo de uma experiência pessoal longa na área da Formação Profissional e da reflexão que está a ser levado a cabo

(*) Director.

nas Escolas Salesianas, apresenta-nos um sólido conjunto de sugestões no sentido de aprofundarmos a compreensão dos novos horizontes que, hoje, se apresentam à formação de professores e educadores, sob o signo das competências. Óscar Alonso desenvolve, com grande mestria, a passagem, inevitável, de um paradigma educativo de pastoral na escola para o paradigma de uma escola em pastoral, apelando, certamente, a uma vivência profunda do apelo inicial: a caridade no centro da pedagogia, logo, da pastoral.

Introduzimos, ainda, neste itinerário que vos propomos, duas comunicações apresentadas no último Congresso Europeu sobre a Escola Católica CCEE-CEEC, em Roma. A primeira foi apresentada por Mons. Pero Sudar e reflecte a problemática das Escolas Cristãs e Católicas no espaço público europeu. A segunda, de Mons. Vincent Nichols, centra-se nos desafios que o ensino católico apresenta, hoje, no Velho Continente.

Do ponto de vista da Catequese este número traz-nos dois artigos de André Fossion, relativos às comunicações que o autor apresentou na Convenção Nacional dos Directores da Catequese, convocada, em Junho de 2008, pela Conferência Episcopal Italiana, sob o título «A vocação formativa da comunidade cristã – Evangelização e catequese dos adultos». Como é habitual no autor, trata-se de dois textos preciosíssimos, o primeiro dos quais relança uma temática central no seu pensamento, já aqui várias vezes publicado, e que diz respeito aos desafios que a catequese enfrenta, agora, quando o ser-se cristão resulta, exclusivamente, de uma exigência de liberdade e de inteligência, isto é, de uma convicção pessoal e íntima. Relativamente a outros textos de Fossion, que já publicámos, note-se a inovação que é a análise feita em torno dos «Cinco tipos de resistências no caminho da fé» e a forma como a catequese, e a pastoral em geral, poderão tornar a fé compreensível e desejável e cujo enunciado interroga a catequese de todas as idades. O segundo texto retoma uma das teses centrais de Fossion, a da pastoral de renascimento. Nesta nova elaboração, embora o conteúdo nos seja familiar por a tese já aqui nos ter sido apresentada, observa-se um refinamento conceptual que agradará aos estudiosos da catequese, assim como a todos os que ainda não estão familiarizados com o seu pensamento.

Por fim, D. Tomaz Silva Nunes propõe-nos, uma reflexão actualíssima e pertinente, sobre as questões que a Concordata de 2004 coloca à Educação Moral e Religiosa, a disciplina de ensino religioso escolar que tem lugar no nosso sistema educativo. Trata-se de uma Conferência apresentada num

Colóquio sobre o 4º aniversário da entrada em vigor desta nova Concordata, realizado na Universidade Católica Portuguesa.

Pensamos, pois, que este número da «Pastoral Catequética» coloca questões pertinentes a um vasto leque de leitores, pois se os textos em torno da Escola Católica também nos ajudam a perspectivar melhor a problemática do religioso e da sua transmissão na Europa de hoje, as oportunidades educativas que enunciam não são estranhas nem às escolas, em geral, nem às comunidades de fé. Por outro lado, os textos sobre catequese iluminam, com sabedoria, o grande mistério que é, hoje, o ser humano a quem chamamos próximo e, por isso mesmo, são interessantes para os educadores, em geral. Finalmente, a educação religiosa escolar deve ser uma preocupação central das Escolas Católicas e uma referência a ter em conta nas boas práticas da catequese, a que não se opõe, mas que complementa.

**Competências
espirituais
e pedagógicas
para
as Escolas Católicas**

A Caridade é a Alma da Pedagogia

D. TOMAZ SILVA NUNES (*)

*Homilia da Celebração da Eucaristia
no Seminário das Escolas Católicas “Competências espirituais
e pedagógicas para as Escolas Católicas no mundo de amanhã”
Colégio Rainha Santa Isabel, Coimbra, 1 de Setembro de 2009*

1. A passagem da Primeira Epístola de São Paulo aos Tessalonicenses que a liturgia de hoje nos apresenta (cf. 1Ts 5, 1-6. 9-11), ilumina o tempo histórico em que vivemos. Para São Paulo, encontramos entre dois momentos fortes que marcam a história das relações de Deus com a humanidade, na ordem da salvação: a primeira vinda de Jesus Cristo ao mundo, o Verbo que se fez homem e veio habitar entre nós (cf. Jo 1, 14), que morreu e ressuscitou para nos salvar; e a Sua segunda vinda, no final dos tempos, para consumir a obra de salvação já iniciada.

Esta segunda vinda, “o Dia do Senhor”, “chega de noite como um ladrão” (1Ts 5, 2), ou seja, é imprevisível.

São Paulo exorta os cristãos de Tessalónica a viverem despertos, em estado de alerta, vigilantes e sóbrios, revestidos da fé, da esperança e da caridade. A sua palavra é um desafio a acolhermos de forma activa e positiva o tempo da nossa existência, dom que Deus nos oferece para fazermos da nossa vida quotidiana um itinerário de salvação. Da determinação e constância com que, apesar das nossas fragilidades, procuramos que o Evangelho imprima a nossa caminhada terrena, dependerá o Juízo a respeito de cada um de nós, do “tribunal de Cristo”, no qual “todos havemos de comparecer” (2Cor 5, 10). E a nossa entrega persistente e confiante à causa do Evangelho,

(*) Bispo Auxiliar de Lisboa. Presidente da Comissão Episcopal da Educação Cristã.

prepara e antecipa “a última vinda de Cristo Salvador” (Missal Romano) e, com ela, “a instauração dos novos céus e da nova terra” (cf. Ap 21, 1-8).

2. Esta perspectiva, que coloca o tempo presente e a história que temos de construir no horizonte da sua finalização plena – promessa e dom de Cristo à humanidade, já garantidos pela Sua Ressurreição – é um cenário que deve enquadrar o projecto da escola católica.

“Não é possível [...] uma verdadeira educação sem a luz da verdade”¹. Por isso, “o projecto da escola católica só convence se for realizado por pessoas profundamente motivadas, porque são testemunhas de um encontro vivo com Cristo [...], portanto, pessoas que se reconhecem na *adesão pessoal e comunitária ao Senhor*, assumindo-a como fundamento e constante ponto de referência da relação interpessoal e da colaboração recíproca entre educador e educando”².

3. No contexto da educação, a pedagogia é mais do que, como muitas vezes se pensa, um conjunto de estratégias como intuito de conquistar a atenção dos educandos, aumentar a eficácia da comunicação e atingir bons níveis de aquisição de conteúdos. Nesta acepção, a escola converte-se num mero meio ao serviço da aquisição de um diploma por parte dos alunos. A escola católica não pode situar-se neste plano, pois, deste modo fomentaria um individualismo oposto ao seu objectivo fundamental de promover o desenvolvimento integral dos alunos, o qual se sustenta numa dinâmica de relações comunitárias transformadoras.

A pedagogia será, então, a arte de criar um clima geral de escola e de desenvolver relações interpessoais entre os educadores e as crianças e os jovens, favoráveis à mobilização e orientação das suas energias vitais, em ordem à aprendizagem e à construção de um projecto de vida com sentido. A construção deste projecto de vida há-de contar com a proposta dos educadores aos seus educandos de buscarem a Verdade revelada por Jesus Cristo, em quem, somente, “o mistério do homem encontra a sua luz verdadeira” (GS 22), proposta essa, tornada credível através do testemunho pessoal dos próprios educadores.

¹ Bento XVI (2005). *Discurso na abertura do Congresso eclesial da Diocese de Roma sobre família e comunidade cristã*, in Congregação para a Educação Católica (2007). Documento para os Seminários e as Instituições de Estudo. *Educar juntos na escola católica missão partilhada de pessoas consagradas e fiéis leigos*, n. 2.

² Congregação para a Educação Católica. *Ibid.*, n. 4.

4. A relação educativa serve o desenvolvimento do educando quando é uma relação de amor, a qual se enraíza na vivência, na comunidade educativa da escola católica, da “*espiritualidade da comunhão*”, “princípio educativo”³ que “deve tornar-se o respiro da comunidade educativa, o critério para a plena valorização eclesial dos seus componentes e o ponto de referência fundamental para a realização de uma missão autenticamente partilhada”⁴.

Sabemos que a justiça sem a caridade corre o risco de se empobrecer pela frieza da despersonalização e, por outro lado, por mais justa que seja uma sociedade, “o homem, além da justiça, tem e terá sempre necessidade de amor”⁵. A caridade humaniza a justiça. De modo semelhante, a pedagogia sem a caridade perde o lastro e mecaniza-se.

O interesse dos educadores em conseguirem que os seus educandos atinjam altas classificações não pode sobrepor-se à responsabilidade de se doarem à causa, mais abrangente, de contribuírem para que a escola proporcione aos educandos uma experiência de sentido para a vida e de interiorização de valores fundamentais, que os preparem para enfrentar o futuro com responsabilidade, criatividade e esperança. Isto implica, dos educadores, formação, humildade, atenção à individualidade de cada educando e sentido de procura.

Verdadeiramente, a caridade é a alma da pedagogia.

5. O Evangelho de hoje (cf. Lc 4, 31-37) põe em evidência a unidade que Jesus estabelece, logo no início da Sua pregação, entre Palavra e acções libertadoras. O Reino de Deus, que a Boa Nova anuncia, é confirmado pelos sinais de salvação que Ele opera nas pessoas.

Assim se passou na sinagoga de Cafarnaúm: enquanto todos “estavam maravilhados com o Seu ensino, porque falava com autoridade”, um homem era liberto de “um espírito demoníaco” (Lc 4, 32-33).

As reacções de quantos escutam as palavras de Jesus e presenciam a Sua actividade salvífica divergem, normalmente, entre o aplauso e a rejeição persecutória. Na sequência deste episódio evangélico, “a Sua fama espalhou-se por todos os lugares daquela região” (Lc 4, 37), mas pouco antes, logo no início da vida pública de Jesus, em Nazaré, perante as palavras que

³ João Paulo II (2001). Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte*, n. 43.

⁴ Congregação para a Educação Católica. *Ibid.*, n. 16.

⁵ Bento XVI (2005). Carta Encíclica *Deus Caritas est*, n. 29.

proferiu “todos, na sinagoga, se encheram de furor. E, erguendo-se, lançaram-no fora da cidade e levaram-no ao cimo do monte sobre o qual a cidade estava edificada, a fim de o precipitarem dali abaixo” (Lc 4, 28-29).

6. À semelhança de Cristo, também nós, hoje, somos reconhecidos por uns e ignorados, rotulados ou rejeitados por outros.

A tarefa educativa é sempre complexa e difícil. Vivemos, na actualidade, a alegria pelo serviço prestado e pelos resultados obtidos, mas também sofremos com problemas e limitações que se reflectem profundamente no campo da educação. São exemplos significativos: escolas e professores desprestigiados e pouco apoiados, propostas de valores contraditórias, fragilidade das relações familiares, desresponsabilização de muitas famílias e perda de ânimo e de esperança devido a situações de pobreza e desemprego.

O testemunho de Cristo e, no seu prosseguimento, dos santos, discípulos que o abraçaram com a confiança e o desprendimento que a vivência radical do Evangelho impõe, são para nós focos de luz que nos abrem caminhos novos de esperança.

7. Santa Beatriz da Silva, cuja memória hoje celebramos, renunciou à sua beleza, às riquezas materiais, a uma elevada posição social e sofreu devido a ciúmes e incompreensões. Mas, com surpreendente persistência e perseverante paciência, aguardou a revelação da vontade de Deus, a que aderiu com alegria festiva.

O seu exemplo e intercessão, associados à protecção maternal de Maria, Imaculada Conceição, a quem dedicou particular devoção, são um estímulo para a renovação da nossa alegria e da nossa esperança, e a garantia de que o Seminário que hoje iniciamos abrirá, aos participantes, perspectivas novas e seguras que projectem as escolas católicas no mundo de amanhã.

O Comité Europeu do Ensino Católico na Europa, contexto de um seminário português em 2009

ETHIENE VERAHCK (*)

Introdução

Como sou Flamengo Belga falando castelhano para um público português, peço-lhes um pouco de clemência para começar com as palavras do seu poeta monumento, Camões, mais propriamente do Canto VII dos Lusíadas:

78

**Um ramo na mão tinha... Mas, ó cego!
Eu, que cometo insano e temerário,
Sem vós, Ninfas do Tejo e do Mondego,
Por caminho tão árduo, longo e vário!
Vosso favor invoco, que navego
Por alto mar, com vento tão contrário,
Que, se não me ajudais, hei grande medo
Que o meu fraco batel se alague cedo.**

O Comité Europeu do Ensino Católico na Europa é uma associação que agrupa vinte e cinco redes nacionais de ensino católico, representadas cada uma por um/uma delegado(a) da sua conferência Episcopal.

Organizamos cada três anos, junto com o Conselho das Conferências Episcopais da Europa, um colóquio de dois dias, com conferências e ateliers. Nestes tempos difíceis, desejamos que a nossa associação fortaleça o *laço* com os bispos cujo trabalho está relacionado com a Escola Católica.

Os temas estudados nestes colóquios foram: “Como pode a Igreja contribuir para a formação dos professores e dos directores das escolas católicas?”; “A escola católica no espaço público da Europa”; “O diálogo intercultural”.

(*) Secretário-geral do Comité Europeu da Escola Católica (CEEC).

Realizámos ainda outros colóquios como: “Europa, sector terciário e ensino católico: teoria, identidade, dinâmica”. O colóquio de Bratislava sobre a liderança espiritual foi repetido em muitos países do Ocidente e de Leste. Este seminário de Coimbra é um exemplo da sua aplicação a nível regional.

Para compreenderem o nosso trabalho proponho-vos dois capítulos:

Capítulo I: Uma viagem através de 27 países da Europa.

Capítulo II: A evolução das nossas escolas e a situação actual, através das conclusões apresentadas em Coimbra, neste contexto.

Capítulo I

Uma viagem através da Europa

A viagem que vos proponho fazer rapidamente não pode ser exaustiva. O meu objectivo é o de acentuar algumas características nacionais.

1. Países nórdicos: Dinamarca, Noruega Suécia

Dinamarca: Há 21 escolas cristãs (metade católicas e a outra metade protestantes), e são escolas subvencionadas em 75% pelo Estado. Como o resto é pago pelos pais (+/- 130 euros por mês) os pais têm um representante no comité de gestão. Um só capelão anima a dimensão religiosa de todas estas escolas.

Noruega: Há 4 escolas, e no próximo ano serão 5 escolas, “cristãs” (50% católicas e 50% protestantes). São excelentes escolas (Oslo, Beryen), muito dinâmicas. Há boa colaboração com a paróquia local. Os alunos católicos são minoritários, os professores são 40% católicos, mas a percentagem tende a aumentar

Suécia: Há 3 escolas católicas. São, quiçá, as mais isoladas da Europa Ocidental. O governo está numa fase de discussão quanto à futura existência, ou não, de escolas confessionais. Segundo muitos políticos, a liberdade de opção religiosa para os adolescentes de 18 anos, da escolha da sua própria religião, tem prioridade sobre a liberdade académica baseada numa confissão religiosa.

2. Os países da Europa Central e Oriental ex-comunistas

Menciono três países: Polónia e Hungria e um pequeno país, muito dinâmico, a Lituânia. Começemos pela Lituânia.

Lituânia: A primeira escola católica data de 1397. Quero realçar as relações excelentes entre as escolas católicas e a Faculdade de Teologia de Kaunas, e, por outra parte, a colaboração com a Escócia (diocese de Glasgow) para a formação dos professores.

Polónia: O que é notável neste país é a expansão extremamente rápida da escola católica. Durante o período histórico do regime comunista, só nove escolas sobreviveram. Actualmente são 500 escolas e não são suficientes para os pedidos. Têm o seu próprio centro de formação de professores, “*pro Formatione*” e produzem numerosas publicações especializadas.

Hungria: Gostava de realçar as excelentes estruturas das escolas católicas da Hungria. Desde 1996 o papel do Mosteiro Beneditino de Lannholma foi muito grande. Os pilares das escolas católicas da Hungria são:

- A Universidade Católica Láxmány Léter;
- Dois institutos de formação inicial (Vac e Esatergom);
- O Instituto de Teologia da ordem Cisterciense, em Zirc;
- Um Instituto de Teologia “Sapientia” (Franciscanos, Escolásticos e Beneditinos).

O secretariado nacional é um Instituto Católico de Pedagogia e de Formação Contínua, reconhecido pelo Estado.

Eslováquia: Tem um centro de formação subvencionado pelo Estado, o “Centro Nacional para a Pedagogia e Metodologia da religião”

República Checa: É um país extremamente secularizado e ateu. Organiza a formação dos professores e dos directores das escolas católicas em quatro regiões. Em Praga, há um “Centro social-pedagógico e teológico” que organiza uma formação de trabalhadores sociais na escola católica.

Roménia: Este país tem muitos problemas políticos e de organização. Trata-se de um país multicultural, com um domínio ortodoxo muito pronunciado. Há 58 escolas católicas. A minha esperança é que o novo centro católico de Iasy comece, de maneira autónoma, a assegurar a formação dos professores.

Eslovénia: A legislação pós-comunista impediu o desenvolvimento da escola católica, mas desde 2007, observa-se uma mudança positiva que poderá proporcionar alguma abertura à sua implementação.

Ucrânia: Já tem 8 escolas greco-católicas. Creio que uma modificação (provável) da Constituição poderia facilitar a criação de escolas católicas livres. Até agora, o fundador deve dispor de um edifício antes de criar uma escola, e deve poder garantir que o mundo empresarial vai contribuir, ao menos parcialmente, para a manutenção da escola.

Bósnia-Herzegovina: Em Sarajevo, a capital, as escolas católicas chamam-se: “escolas da paz”. São multireligiosas e multiculturais. São para as populações a melhor prova de que o viver juntos “é possível”.

Croácia: Tem 12 escolas católicas, unicamente para o ensino secundário. Cinco pertencem a congregações religiosas e sete a dioceses. Algumas delas são seminários transformados em escolas, primeiro para rapazes, e depois, proporcionando educação a uma população mista.

Estónia: Um centro escolar em Tartu.

Albânia: Dão-se os primeiros passos para criação de escolas católicas.

3. Os países da Europa Ocidental, com uma tradição antiga e contínua de escolas católicas

França: Em primeiro lugar, é indispensável recordar que, neste país, a Igreja e o Estado estão separados, pela lei, desde 1905. Isto tem implicações para a escola católica, onde os professores não podem declarar a sua própria religião. A situação é diferente nos departamentos da Alsácia - Lorena, que vivem sob o regime da concordata de Napoleão. Frequentam as escolas católicas francesas perto de dois milhões de alunos (40% do total dos alunos), em 8700 escolas. As escolas católicas estão associadas com o Estado: isso foi possível graças à Lei Debré, de 1959. O financiamento faz-se em função dos recursos que as escolas obtêm, e que devem restituir à rede escolar pública, numa proporção fixada há mais de vinte anos.

As escolas católicas dispõem de um serviço pedagógico muito bem organizado, “FORMIRIS”, subvencionado pelo Estado. Os directores de escola são formados num instituto de ensino católico, o ECM - “École des Cadres Missionnés”.

Espanha: Desde 1979, a Espanha tem uma nova Concordata com a Santa Sé. Mas a política do governo actual socialista quer, como disse o Primeiro Ministro Zapatero antes das penúltimas eleições, destruir a ditadura da Igreja católica em Espanha.

Espanha tem 1.400.000 alunos em 7537 escolas católicas. Como se pode ver, a FERE-CECA tem um departamento pedagógico muito forte sob a direcção de Irene Arrimadas. Organizam cursos para directores, sessões internacionais como esta, dois exemplos das centenas de iniciativas que realizam todos os anos.

Outra iniciativa, de Madrid, e que mostra a acção das diferentes comunidades autónomas, são as “Jornadas Pastorais”, organizadas pelo Departamento

Diocesano de Pastoral, com o padre Solorzano, o.p.: três dias por ano, com uns 800 a 1000 professores por sessão.

Bélgica: A Bélgica flamenga tem 744.500 alunos em 1128 escolas católicas (68% do seu total de escolas) e a Bélgica francófona tem 346.400 alunos em 1086 escolas (50% do seu total de escolas). A Bélgica é um país profunda e rapidamente secularizado, mas também é o exemplo típico de uma escola católica bem subvencionada pelo Estado. As escolas são, na maioria, diocesanas no caso do ensino secundário e no ensino primário encontram-se muitas escolas de pequenas congregações religiosas locais.

Esta realidade de 50% a 68%, contrasta muito com a prática religiosa no nosso país: sem dúvida menos de 10% da população. Os pais escolhem a escola católica pela sua qualidade e proximidade. Muitas das escolas das grandes cidades (Ambers, Bruxelas, Liège) têm grande percentagem de emigrantes, sobretudo imigrantes do Magreb. Os secretariados são fortes e funcionam quase como ministérios paralelos. Mas os grandes problemas são a descristianização e a secularização da própria sociedade.

República da Irlanda: Há 407 escolas secundárias com 190.000 alunos. Quanto ao ensino primário, existe uma situação especial na Irlanda: a escola católica primária é quase a única existente. Este país tem muita imigração e o pluralismo religioso cresce de tal maneira que o secretariado católico, e mesmo o Estado, desejam que esta situação mude pela criação de escolas primárias públicas. Este ano a Irlanda organizou, com muito êxito, a “Semana da Escola Católica” em muitas das escolas do país.

Irlanda do Norte: As escolas católicas de Irlanda do Norte contribuíram muito para o combate contra o sectarismo e contra as tendências de politizar as escolas. São especialistas na educação para a coesão social. Promovem a abertura sem perder a sua própria identidade. Neste país há uma tendência, que encontramos também na Suécia, de considerar a escola católica como factor de divisão contra a reconciliação da sociedade.

Áustria: Na Áustria o cardeal Schonborn é o bispo responsável pelas escolas católicas. A Áustria tem um papel de ponte entre a Europa de Oeste e a Europa de Leste. Ajudam fortemente a escola católica da Ucrânia. Abrem as suas formações de professores aos educadores dos países de Leste que queiram enviar educadores germanófonos.

Inglaterra e País de Gales: As escolas católicas deste país contam com 839.000 alunos em 2360 escolas. Trata-se de 10% de todas as escolas do país, mas entre as escolas com maior qualidade, 20% são católicas.

Escócia: A escola católica na Escócia é muito interessante. Tem 126.000 alunos em 404 escolas, quase todas diocesanas (com, apenas, uma excepção). O Estado subvenciona as escolas católicas, tal como faz com as escolas públicas. “How catholic schools bring values to life” está no Website Scottish Catholic Education Service. Alguns professores universitários escoceses têm dado sessões para professores e directores de escolas católicas na Lituânia.

Itália: O secretariado local acentua duas coisas na situação do país: o projecto educativo e a identidade, por um lado, e a liberdade de ensino, por outro. A escola católica em Itália tem muitos problemas por causa da falta de subvenção da escola secundária (o Estado dá uma subvenção de 50% na escola primária).

Alemanha: Na Alemanha foi criado um projecto chamado “Compaixão”. Os alunos de dezassete anos completam um serviço social de duas semanas em hospitais, institutos especiais de pobres e de enfermos. São preparados para intervir na área social em todos os cursos e são acompanhados pelos mesmos professores que os ensinam nas escolas católicas.

Holanda: Na Holanda, há 2400 escolas primárias e 200 secundárias, com 868.000 alunos. São totalmente subvencionadas pelo Estado. A secularização, o individualismo e a perda de autoridade das instituições religiosas, constituem um grande problema para as escolas católicas. Actualmente, uma comissão criada pela Conferência Episcopal e o secretariado das escolas católicas, estuda as relações entre as organizações católicas e a Igreja.

Grécia: Com 28 escolas “cristãs”, 95% dos professores e dos alunos são ortodoxos. As escolas cristãs são privadas: os pais pagam tudo. Pertencem à Igreja e a congregações religiosas de ensino.

Malta: Há 62 escolas católicas, com 8.355 alunos na escola primária e 8304 na secundária. O Estado paga às escolas católicas com uma subvenção equivalente ao que é necessário para pagar os salários.

Suíça: As escolas católicas dependem da política própria de cada um dos 26 cantões. A maioria dos cantões não subvenciona a escola católica, excepto Zurique e Tessin.

Portugal: Aproveito a ocasião para lhes agradecer a todos e todas pelos seus esforços diários na escola católica e desejo-lhes a todas e a todos um excelente ano escolar.

Capítulo II

A evolução das nossas escolas e a situação actual, através das conclusões apresentadas em Coimbra, neste contexto.

Este Seminário disse claramente «não» à lamentação. Cremos na ressurreição. Não lamentar não significa que não tenhamos que reflectir seriamente sobre as novas realidades. Constatamos que muitos jovens e famílias são *desertos* de sentido existencial e religioso. Sim, vemos uma Europa que conhece uma grave crise de transmissão. Mas consideramos essa realidade como uma oportunidade e como um desafio para, primeiro que tudo, sermos humildes, mas também para educarmos de uma maneira nova e criativa. Somos enviados!

A liderança espiritual de todos é, para o Comité Europeu da Escola Católica, uma prioridade. E, antes de mais, agradecemos a todos os que prestaram a sua colaboração para que uma formação nessa linha tenha, aqui, tido lugar ao tornarem possível este Seminário e este exemplo de colaboração ibérica.

Em síntese, gostaria de tornar presentes os seguintes oito pontos:

1. Neste Seminário percebi, muitas vezes, uma reformulação moderna do que o texto do Magistério sobre a educação católica, «*Gravissimum Educationis*» chama a educação da Pessoa integral. Falámos de cabeça, coração, emoção, corpo, dimensão comunitária, do ser social. Falámos de competência, de assertividade, de acompanhamento dos alunos, temas que já vamos encontrar na escola católica do Renascimento.

Vimos, também, que a qualidade está ligada à identidade e vice-versa, e a ideia de educação personalizada fez-me pensar na «cura personalis» dos jesuítas ou na amizade salesiana entre o educador e o aluno.

De facto, fazemos todos parte de uma grande tradição educativa da Igreja, que se transmite, reactualizada, de geração em geração. Essa realidade, deve animar-nos.

2. Temos que investir na formação religiosa dos leigos: professores e directores. Esta formação pode dar-se em escolas diocesanas e em escolas de congregações, em institutos ou na Universidade. Não podemos esquecer as possibilidades da Internet. A Universidade de Leuven (Lovaina flamenga) tem um *sítio* na Web reservado para professores de religião e de outras disciplinas, chamado «Thomas». A Universidade Católica Portuguesa, a partir de Lisboa, tem um *sítio* semelhante para futuros estudantes ou interessados em Teologia. Em muitos países, os leigos entram nas comissões de gestão

das escolas, por isso temos de formá-los também. O objectivo é uma escola que evangeliza. Uma escola católica é uma árvore que tem as suas raízes no céu!

3. Em alguns países da Europa, a presença de alunos muçulmanos na escola católica está crescendo. Os seus pais dizem: «pelo menos, nas vossas escolas, fala-se de Deus e podemos aceitar os seus valores». Esta presença deve incentivar os cristãos a ler e a estudar a Bíblia. Os alunos muçulmanos conhecem melhor o Corão do que os seus professores conhecem a Bíblia... Temos de voltar às nossas fontes para propor a fé de uma forma fundamentada.

4. Vimos que em alguns países, as escolas católicas são escolas diocesanas, ou então, de Congregações. Temos que melhorar a colaboração entre todas as escolas católicas, unidas na missão da Igreja; esta colaboração pode ter de se realizar em projectos que têm um elevado custo, mas que são imprescindíveis, como seja a construção de um *sítio* na Web para formação de professores.

5. Precisamos de colocar o nosso acento que nos é próprio em tudo aquilo que fazemos. Na Europa, as escolas católicas evitam ser instrumentalizadas pela União Europeia e os seus objectivos de índole meramente economicista, baseados na selecção dos melhores. O nosso projecto educativo é personalizado, aberto a todos, ricos e pobres, em todos os sentidos. Por isso temos de participar em todos os programas europeus a partir da nossa identidade, colocando no que fazemos o nosso acento próprio, sem vergonha.

Em vez de ceder às tendências consumistas e individualistas da nossa sociedade europeia actual, os educadores católicos temos de nos concentrar na comunidade escolar. Esta tendência consumista nunca é favorável na educação para a convivência e a qualidade da vida comunitária. Há que encontrar o equilíbrio entre a dimensão pessoal e a comunitária, através de uma verdadeira educação para a convivência. Neste sentido, também é importante a educação desportiva.

Contra as tendências individualistas, há que educar no serviço aos outros, fazendo referência – e isto é fundamental – a Jesus e à cultura cristã.

6. A formação dos professores e professoras é a chave do futuro da escola católica. Para a sua formação religiosa deviam poder dispor de módulos de formação, ou informação, religiosa, em *sítios* na Web, também disponíveis para

os alunos, e num modelo que colabore com uma aprendizagem personalizada dos conteúdos da fé.

7. O triplo papel dos professores.

A transmissão da fé é uma das tarefas mais importantes dos educadores católicos, mas este papel não se limita à sua expressão no testemunho dado. O papel dos professores é triplo: ser testemunha, ser especialista e ser moderador educativo. Desde logo, necessitamos de formação na fé pessoal, formação profissional e formação psico-pedagógica, para os acompanharmos no seu percurso de discernimento.

Em períodos de crise do sentido e da educação, ninguém tem uma solução única. Os intercâmbios entre educadores de todos os países – partilhar as suas experiências, as suas dúvidas e as suas descobertas – ajudam-nos muito, a cada um, na nossa caminhada. Mas também é essencial a leitura de obras editadas, o estabelecer-se um diálogo permanente com autores, com personagens, com as suas ideias. A leitura é uma auto-formação fantástica, deve ser incentivada.

8. Finalmente, este Seminário confirmou a ideia de que nunca podemos esquecer que os pais são os primeiros educadores. Mas também eles estão, na sua maioria, numa atitude de busca. A comunidade educativa pode ajudá-los e animá-los a percorrer esse caminho. Em alguns países criaram-se “escolas de pais” para a sua formação, no que respeita à sua relação e ao trabalho que têm de fazer com os filhos.

*

Espero que tenham descoberto os paralelismos e as diferenças entre os diversos sistemas de educação católica na Europa. Não é uma situação monolítica. Somos confrontados com grandes desafios, desafios diferentes, mas também com novas oportunidades. Sou positivo! Estamos preparados para uma nova época da escola católica.

Quero exprimir este optimismo fundamental, que nos vem da nossa fé, com uma oração de Etti Hillesum. Foi uma das suas últimas orações antes de morrer em Auschwitz, durante a II Grande Guerra. Esta oração ficou concluída na segunda-feira, 20 de Julho de 1942.

«Deus meu, ..., gostaria tanto de continuar com vida para transmitir a esses novos tempos toda a humanidade que ... levo dentro de mim.

É a única maneira de preparar os novos tempos, prepará-los já no nosso interior.

O Comité Europeu do Ensino Católico na Europa, contexto...

Em qualquer parte me sinto por dentro muito livre, sem nenhuma amargura, tendo muita força e amor.

Gostaria de continuar viva para ajudar a preparar os novos tempos e para transmitir o indestrutível que há em mim, à nova época que, de certeza, chegará.

Pressinto que está cada dia mais perto.»

*

Este Seminário, os seus organizadores e participantes, também manifestaram o desejo de se lhe dar continuidade em futuros encontros de educadores e em possíveis acções de cooperação europeia entre as organizações da Escola católica nos diferentes países europeus. É importante que isso possa acontecer.¹

Coimbra 03/09/09

¹ Para informações, por favor, dirija-se ao Departamento da Escola Católica, Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã, através do endereço electrónico educacao-crista@sapo.pt.

Elementos para um plano de formação de professores

ANGEL MIRANDA, S.D.B. (*)

Partindo das competências...

Num seminário sobre “competências”, não podemos planificar nenhuma intervenção sem ter presente as “unidades de competência” de referência para os docentes... Esta será a nossa intenção e, por isso, começamos por enunciá-las:

– *Área pessoal*

Situar-se positivamente frente a algumas consequências pessoais e institucionais derivadas da mudança de paradigma da escola e dos processos formativos.

– *Área profissional*

Seleccionar chaves preferenciais de intervenção como directivas – projecto, gestão, avaliação – nos processos de formação dos professores.

– *Área do sentido cristão*

Relacionar a melhoria dos processos formativos dos educadores com a missão e identidade evangélica dos centros católicos.

– *Área do carisma*

Propor sistemas de difusão, aplicação e revisão do projecto educativo – pastoral de uma Escola Católica.

(*) Sacerdote salesiano, membro da equipa pedagógica da FERE-CECA. Licenciado em Filosofia, Teologia e Engenharia Química Técnica. Especialista em Formação Profissional.

A modo de introdução

Antes de tudo, uma pequena explicação sobre o motivo porque estou presente entre vós:

A rede salesiana de centros educativos na Europa, com os diferentes sentidos da palavra “centro”, está formada por mais de 700 presenças educativo-pastorais, proporcionando assistência em escolas de vários tipos, tanto a nível académico, como de sistemas de gestão. Se sempre nos preocupou a formação dos professores e dos educadores, em general, na actualidade, a urgência deste tema é cada vez mais forte.

Quando há bastantes anos a presença de salesianos, sacerdotes ou leigos, era numerosa, o sistema de trabalho encontrava soluções mediante os currículos formativos dos religiosos. Na actualidade, a presença extremamente maioritária dos colaboradores leigos e o conceito fundamental de missão compartilhada, colocou-nos os pontos da necessária reflexão e pôs em marcha esquemas de formação renovados.

Isto reflectiu-se no itinerário que a nossa equipa de coordenação europeia desenvolveu há alguns anos:

- A definição, clara e partilhada, da “Carta de Identidade” da escola salesiana na Europa. Foi aprovada no Congresso de Escolas Salesianas celebrado em Cracóvia, há 3 anos.
- O trabalho posterior que derivou na definição do Perfil Pessoal e Profissional do Educador Salesiano, na Europa,
- A elaboração de uma proposta de itinerários formativos adequado ao perfil elaborado. Estes dois últimos aspectos, em processo final de elaboração, se aprovarão no próximo Congresso de 2010.

O que é que acontece na escola?

Este é o nosso ponto de partida.

A escola é uma realidade emocionante e, ao mesmo tempo, um desafio permanente para a nossa presença educativo-pastoral na sociedade. Mas significa, igualmente, que estamos frente a uma realidade complicada. A sociedade, em geral, e as famílias, deixam nas nossas mãos tantas coisas que deveriam assumir... e ao mesmo tempo, a imagem pública, generalizada, da escola, resulta preocupante:

- A disciplina e a violência na escola;
- A dificuldade de encontro entre jovens e adultos;
- A diversidade de sensibilidades e de discursos, também nas equipas educativas;
- O abandono escolar, etc.

São outros tantos aspectos que dificultam o trabalho escolar. E tudo isto, tendo em conta que a escola se converteu numa oferta educativa no contexto de uma pluralidade de agentes educativos, alheios à escola: a TV, os media, a propaganda, meios esses que estão condicionando a vida dos nossos destinatários.

Novos paradigmas da realidade escolar

A segunda reflexão que queria enunciar, antes de entrar directamente no processo e desenvolvimento da formação dos educadores, diz respeito aos paradigmas da vida da escola. Trata-se de reflectir sobre a direcção que vão adquirindo progressivamente alguns esquemas escolares que, até há pouco tempo, pareciam inamovíveis.

- De uma escola centrada na autoridade e na formação fornecida pelos educadores, caminhamos para uma educação cada vez mais centrada na aprendizagem. E isto muda a tarefa e o trabalho do educador;
- De uma escola baseada nos valores éticos, caminhamos para uma escola e uma educação preocupada pela dimensão estética da educação: da segurança do que “é bom” ou “é mau”, passamos “ao que pensa a maioria é bom” ou se a maioria o rejeita “é mau”. E sempre há que caminhar com a maioria;
- A escola centrada no desenvolvimento da inteligência vê-se condicionada pela sociedade do conhecimento, baseada na aplicação imediata dos saberes;
- Uma formação linear, progressiva, por graus e níveis, está conduzindo a uma escola que desenvolve os saberes com uma estrutura mais esférica, de módulos ou núcleos formativos;
- A importância da relação presencial professor, quando o aluno está passando a uma relação “on-line”, em que o horizonte, muitas vezes, termina no próprio ecrã do computador;
- E o valor da proximidade à realidade, que se vê submetida ao império do virtual, entre as gerações jovens, com dificuldades de adaptação

do professores formados, em muitíssimos casos, a partir de esquemas muito diferentes;

- A busca do “sentido da vida” de gerações anteriores contrasta, agora, com a forte tendência das gerações jovens a viver as sensações do imediato, do experimentar coisas, e do “*Carpe diem*”;
- Uma escola baseada na racionalidade e lógica dos conteúdos deve afrontar o esquema dos nossos jovens que ficam, em muitíssimos casos, no nível da narração e na acumulação de elementos fechados, fragmentados, apresentando dificuldades para interrogar-se e para encontrar a verdade;
- A necessidade de encontro interpessoal, que ajuda a formar a personalidade e a construir a reciprocidade, e que, agora, parece substituir-se pelo “estar juntos” na massa anónima, onde se torna difícil a construção da personalidade;
- Poderíamos continuar... Para finalizar, fazemos uma referência à diferente relação espaço-temporal, onde as coisas se podem realizar em lugares tão diversos, e onde a estrutura dos “tempos para”, de que fala a Escritura, se converte em horários de 24 horas, dias de semana em que tudo é possível.

Os novos areópagos

A isto se junta a configuração da vida juvenil em novos areópagos que têm, como é natural, uma ambivalência educativa. Areópagos onde se anunciam “verdades” e “encontros com doses desconhecidas”. Falamos do telemóvel, das *Play-stations*, da música, da moto, do cuidado do corpo, da mobilidade e da pluralidade de ambientes onde a pessoa pode viver distintos valores, anti-valores, experiências que colocam interrogações aos nossos postulados educativos e pastorais, dentro da escola.

E entre esses areópagos, como apenas um mais, os alunos, no melhor dos casos, incluirão a nossa Igreja, a nossa catequese, os nossos tempos de tutoria/direcção de turma ou de actividades ao tempo livre, que tanta importância tiveram no nosso próprio processo formativo.

Um tempo de partilhar

Quais nos parecem ser os aspectos fundamentais desta nova realidade que colocam interrogações ao nosso Projecto Educativo? Podemos juntar algumas sugestões para a reflexão:

Chaves de futuro da nossa escola

A descrição realizada até aqui poderia sugerir interrogações à presença escolar em que estamos comprometidos: quando pensamos na pessoa dos nossos destinatários, a escola fica em segundo plano. Tem futuro? Qual é a nossa segurança?

A partir desta reflexão, o futuro da nossa escola apoia-se em dois suportes importantes:

1. O primeiro tem relação com o “SER” da nossa escola, com a sua capacidade de ser testemunha credível da sua própria identidade, como escola católica, ligada a um determinado carisma, que vive a sua própria identidade num contexto determinado. A nossa segurança enraizada na confiança partilhada de “ser o que somos” e continuar sendo “o que sempre fomos” dentro das margens de flexibilidade e de adaptação necessárias à realidade da nossa sociedade, dos nossos destinatários e de suas famílias.

2. O segundo faz referência ao “FAZER” da própria escola. Falamos da qualidade, que vai muito mais além das instalações, dos recursos, dos “resultados – produtos finais” do nosso trabalho educativo. Falamos da qualidade da escola que é capaz de dar respostas novas a situações novas, que é capaz de gerar confiança nos educadores, nos jovens e suas famílias, na sociedade civil e na própria Igreja. No fundo trata-se de caminhar na fidelidade aos nossos fundadores, que tiveram a capacidade de descobrir, e encontrar, no seu tempo, caminhos novos de serviço aos jovens, em situações cheias de novidade e de interrogações.

Mas não basta. Qualidade, sim. Identidade sim, mas convencidos de que, como na corrente da bicicleta, a qualidade da Escola Católica não será verdadeira qualidade se não responde ao seu mapa genético específico e que a nossa identidade se perderá se não responder às exigências de qualidade que dá resposta às necessidades e expectativas dos destinatários.

Uma escola “nova”

A partir desta perspectiva, parece-nos que estamos obrigados a “querer” e a “criar” uma escola renovada e, em alguns casos, uma escola nova capaz de estabelecer um diálogo aberto com as novidades legais, sociais, culturais, económicas do mundo em que nos movemos, os educadores e os destinatários e que se relaciona com um esquema dinâmico de evolução, de ir avançando até...

- Uma escola que muda o seu centro de atenção e coloca o seu acento, não só no desenvolvimento de um ensino de qualidade, mas também no projecto e desenvolvimento de processos novos de aprendizagem dos destinatários. E isto tem consequências organizativas, estruturais, metodológicas e pedagógicas importantes.
- Uma escola em que a grande acumulação de informação recebida pelos destinatários se aproveita como fonte e estímulo de formação das pessoas, dando prioridade ao desenvolvimento integral da pessoa, em todas as suas dimensões;
- Uma escola que não se conforma, ou se sente satisfeita, com o trabalho ordinário de formação fornecida, senão que promove a autoformação das pessoas e a capacidade de aprender ao longo de toda a vida;
- Uma escola que deixa de ser um espaço ou um lugar, certamente importante, pelos seus meios, a sua relação com o meio, ... para se converter num ambiente, numa “atmosfera escolar ecológica” que favorece o desenvolvimento positivo das pessoas, como cidadãos e como crentes;
- Uma escola onde a aprendizagem por somas de saberes e conceitos deixa espaço à aprendizagem através de experiências, como fonte e experiência de vida aberta ao futuro;
- Uma escola que não se conforma com formar “bons alunos” que afirmam a sua identidade e qualidade dentro da escola, mas que se sente comprometida na formação de bons “ex - alunos”, que falarão da qualidade da escola ao longo da sua vida.

Temos falado da formação de professores?

Estes comentários e, sobretudo, esta realidade, têm uma relação directa com a formação dos nossos professores e educadores. Tendo em conta a identidade e o sentido de qualidade dos nossos centros, é importante perguntarmos: Que significa hoje educar? Como ser educador? É possível educar como testemunhas da pessoa de Jesus? Que supõe educar segundo o paradigma de Jesus de Nazaré?

Uma nova filosofia da formação?

Entrando directamente no propósito da nossa reflexão e proposta sobre a formação dos educadores, deveríamos ter em conta os novos esquemas filosóficos que dirigem os processos de formação para os adultos. Nesse sentido, propomos “mudança” como “tendência”, pois devemos passar “de”... “a”. Vimos de e devemos caminhar para.

Não há muito tempo, e ainda hoje, o esquema de avaliação da formação movia-se em torno do número de “cursos” realizados. O centro da formação colocava-se fora da escola. Hoje, devemos privilegiar a experiência industrial de que a melhor plataforma de formação é a experiência diária e, no nosso caso, colocar o centro da formação na nossa Comunidade Educativo-Pastoral.

Isto supõe assumir novos caminhos onde o importante não seja só a formação “fornecida” – sempre necessária – mas sim a formação “partilhada”, também, no nosso caso, entre os religiosos e os leigos.

Também implica mudar esquemas de formação, normalmente realizados por processos de “soma” de conteúdos, a modo de puzzle, por um desenvolvimento de “módulos”, dado que o adulto aprende por esquemas de desenvolvimento pluri-dimensional de núcleos de conhecimento, de acordo com a sua própria experiência.

Partindo destas premissas e, deixando de parte outras dimensões – económica, associativa, espacial... – da diferença nos processos de formação, desde a importância que tem hoje na Europa a mobilidade e a transparência do conhecimento, temos de avançar numa formação que parte da chave dos “saberes” até à das “competências”.

Todas estas mudanças, e outras, colocam uma nova filosofia ou foco da formação, que não podemos marginalizar na hora de estruturar um Plano de Formação.

Um breve apontamento técnico

Falamos de “competências”. Vale a pena determo-nos um momento para comentar o esquema “técnico” das competências.

Antes de tudo, a definição.

- Aplicação concreta;

- Diferentes situações;
- Standards e níveis.

Recordar que “competência” vem do latim “*cum petere*”, que nos fala de fazer caminho, fazê-lo com alguém, caminhar ao encontro, em companhia de pessoas, ... atenção que há pessoas que o confundem facilmente com a “competitividade”.

Outro aspecto importante: é a definição de competência, que será do tipo “descritivo”: capacidade, fazer, actuar, ... no presente activo. Falaremos de diferentes componentes: atitudes, habilidades, valores... mas sempre na perspectiva da aplicação. E no nosso caso, tendo em conta a dimensão “educativa” e “profissional” integral.

Outra tentação fácil é a de tratar de juntar “competências específicas”, porque a linguagem ou a operacionalização técnica nos parece pouco pastoral, ou pouco espiritual, ou pouco carismática. Toda a competência poderá ler-se de diferentes perspectivas: técnica, metodológica, de participação ou de sentido social. Nós podemos fazer leituras crentes, evangélicas ou de diálogo de evangelização, com todas estas realidades.

Falando no âmbito educativo, não podemos deixar de ter uma visão *competencial*, fora da perspectiva generalizada dos quatro pilares da educação: saber, saber fazer, saber conviver, saber ser, mas...

É preciso adicionar algo mais

Facilmente se fala, com certo sentido comum, das competências, mas há aspectos técnicos que ajudam na clarificação e na convergência com outras instâncias educativas e profissionais, como se está fazendo não só na Europa, como em todo o mundo. O mal é querermos inventar a nossa própria linguagem ou esquema. Por isso, falaremos no Plano de Formação de Unidades de Competência, manifestadas em “realizações profissionais” e avaliações mediante “indicadores ou descrições”, que evidenciam cada competência e serão a base da avaliação de competências das pessoas.

Um caminho plano

A experiência do grupo salesiano europeu, em que venho participando, de maneira particular na equipa animadora, nos faz ver que, mais importante do que o conteúdo, é a necessidade de disciplina na terminologia e referências

de base. E não o temos totalmente conseguido mas, no âmbito europeu, temos chegado a dar resposta a esta pergunta: **Que competências para os nossos educadores?**

Trata-se das consequências de uma Carta de Identidade, definida pelo consenso do mesmo grupo, que queremos reflectir nos nossos centros, com o apoio de educadores (directores, professores, educadores, pessoal administrativo e serviços) que, além da sua profissão técnica, deveriam incorporar, em maior ou menor nível, um tipo de perfil pessoal e profissional concreto.

E o que fizemos foi apoiar-nos em algumas evidências partilhadas:

- Estamos no mesmo barco...
- Não podemos canalizar o vento
- Olhar para trás?
- Há que mudar as coisas!
- É que a mente humana é como um pára-quadras...

Estávamos perante alguns dilemas...

- Seguir no que sempre se fez... quando diminui a realidade e as possibilidades?
- Isso nos põe em crise... Há que mudar, que evoluir, romper!
- E pôr em marcha processos de mudança sustentável, com os meios e esquemas que temos.
- Mover-nos a partir de critérios de crise: somos menos, a secularização, a globalização... ou mover-nos desde chaves de visão, de horizonte, de olhar para o futuro.
- Ocupar-nos preferentemente de gerar conhecimento e promover habilidades, ou abordar os preconceitos, os rasgos específicos das pessoas ou as motivações da instituição e das pessoas.

No final, damos algumas chaves interpretativas, sobretudo em relação com a aprendizagem dos adultos:

- É indispensável partir da realidade: a problemática, as interrogações, para chegar ao compromisso de transformação da realidade.

E isto num marco de referência concreta:

- O perfil do professor que nos deram;
- O estabelecimento de processos formativos concretos.

Como é natural, nisto cada um tem a sua missão: há uma parte fundamental que corresponde à instituição, e que ela deverá estabelecer. A segunda, corresponde aos educadores (directores, professores, etc.) que deverão entrar no processo formativo.

Em concreto...

As coisas iam tomando forma e o debate entre todos nos levava a uma negociação em busca do consenso e da aceitação dos diferentes aspectos. Tínhamos claras as quatro áreas da nossa proposta.

I. O perfil pessoal e profissional dos nossos educadores deveria concretizar aspectos relacionados com:

- A pessoa
- O profissional
- O crente ou melhor, o cristão e
- A identificação com um carisma concreto

E a partir daí, o resultado de uma reflexão partilhada:

- No centro do Plano: o educador
- O educador é e faz. É porque faz, faz porque é...
- 4 áreas de competências representadas em 4 cores:

Uma nova opção se nos coloca: cada área se irá concretizar em 3 unidades de competência, pois é a chave para a definição de profissões que emprega o nosso Orgão Nacional de definição das profissões: só 3 competências podem definir uma profissão...

II. Deste modo, situámos as Unidades de Competência em cada uma das 4 áreas:

- A pessoa:
- O crescimento integral
- O compromisso educativo como fonte de sentido
- A co-responsabilidade

- O Profissional
- A opção pela qualidade
- A comunicação e o diálogo
- O trabalho em equipa

- O crente – o cristão
- A identidade cristã
- A opção pelo Reino que significa pelos mais pobres
- A educação em valores

- O carisma
- O projecto educativo
- O estilo pedagógico
- A espiritualidade carismática

Cada uma destas unidades de competência se concretiza num conjunto de 6 Realizações formuladas. Cada uma delas conta com os seus indicadores – indicadores concretos, avaliáveis...

Um exemplo:

Colabora na perspectiva do Reino de Deus presente no mundo	Empenha-se na transformação social de acordo com os valores do Evangelho através do seu trabalho alegre.
	Mantém o sentido educativo e evangelizador num ambiente de inter-religiosidade e interculturalidade .
	Permanece atento às novas pobrezas dos jovens particularmente presentes nos mais afastados, ou os que vivem em situação de risco e de maior dificuldade.
	Promove um ambiente que favorece o crecimento interior dos jovens no seu processo de chegar a ser adultos responsáveis e cidadãos honestos.
	Implica-se na defesa da vida, dos direitos e da educação dos jovens .
	Manifesta uma sensibilidade particular para um compromisso educativo-pastoral prioritário com os mais pobres .

INDICADORES:

- Está disponível para acolher e escutar os jovens em dificuldade.
- Participa voluntariamente nas propostas de formação neste campo.
- Trata de adaptar a sua pedagogia às necessidades destes jovens.

Propor, animar, realizar o plano

Agora, um breve apontamento sobre o processo concreto de pôr em marcha o Plano. Sugiro uma breve reflexão final, quase a modo de pequenos enunciados:

Repartir os papéis no Plano, dentro das várias fases

Supõe tarefas e compromissos diferentes, por parte da equipa animadora – que pode fazê-lo em diferentes centros educativos – as equipas locais de animação e os educadores, que devem participar no Plano, com diferentes funções no início do Plano, no projecto das acções concretas e no pôr em marcha e desenvolvimento do Plano.

Ter em conta que devemos preparar recursos e fixar ritmos que favoreçam o desenvolvimento de competências subjectivas, profissionais, formativas.

Mas não nos faltam problemas... A intuição faz-nos ver que não nos faltarão problemas concretos: económicos, critérios de liberdade/obrigatoriedade, disponibilidade das pessoas, empenho institucional... Mas não é o mais importante. No entanto, olhando em frente, orientando o vento, abrindo o pára-quedas... sabemos que é o caminho: vale a pena! **Há motivos para a esperança.**

A pastoral na vida do centro escolar. A vida do centro escolar em pastoral

Apostas pastorais indispensáveis face ao futuro

ÓSCAR ALONSO (*)

“No mundo educativo e pastoral existe uma certa perplexidade, um generalizado não saber a que ater-se. De onde nos vem esse sentimento? Nunca tivemos tantos meios, nem tanta formação, nem tanta assessoria pedagógica, pastoral e psicológica, nem tanta informação ao alcance das nossas mãos.

Os nossos colégios são pequenas representações deste mundo globalizado. E o que não vemos nas aulas, se nos ligarmos à internet, podemos conhecê-lo no mesmo instante. Temos materiais para quase tudo, inclusive até como devem ser as competências básicas da pessoa que temos nos centros atendendo às pessoas que nos visitam. Mas esta saturação informativa proporciona-nos mais problemas que clareza, porque é muito difícil distinguir o que é verdadeiramente relevante. Não nos estranha que o grande obstáculo com que os peritos em inteligência emocional tropeçam seja precisamente este: Como distinguir o trivial do importante?

Rodeia-nos uma algaraviada de vozes, dados. Documentos, opiniões que se misturam e anulam. Etimologicamente, perplexo quer dizer “embrulhado”, “enraçado”. De facto, a escola e a pastoral, e tudo o que elas significam, estão envolvidas numa confusão.

*Cfr. José Antonio MARINA, Crónicas de la ultramodernidad,
Barcelona, Anagrama, p. 23*

(*) Teólogo e pedagogo. Foi professor do Ensino secundário e é actualmente coordenador da pastoral para um conjunto de centros educativos católicos, em Espanha. Membro da equipa pedagógica da FERE-CECA.

“Houve tempos em que Deus habitava com normalidade na cultura ocidental. Hoje Deus é um ausente. E o que mais chama a atenção é que não se nota. Não se dá pela falta de um hóspede, que era o necessário e fundamental para a vida de outros homens em outras épocas. O homem da sociedade contemporânea instalou-se num sentido da vida imanente. E, mais que «militância atea», o que abunda é a indiferença agnóstica. Nas novas gerações dá-se o tipo de “jovem sem perguntas”: “Parece que as inquietações se esgotam face ao quotidiano ou ao futuro próximo mais ou menos planificável. As questões últimas ou penúltimas não parecem existir na vida dos jovens”. Enfim, abunda o homem arreligioso: “[...] actualmente o sobrenatural, entendido como uma realidade plena de sentido, está ausente ou muito afastado do horizonte da vida de muitas pessoas – muito provavelmente da maioria – que parecem gerir-se muito bem sem ele”.

Cfr. Manuel FERNÁNDEZ DEL RIESGO, La posmodernidad y la crisis de los valores religiosos, en G. Vattimo y otros, En tomo a la posmodernidad, Barcelona, Anthropos, p. 77

“A boa notícia é-o para todo o ser humano e para todo o ser humano. Não a reduzamos ao âmbito estritamente pastoral. Hoje a boa notícia do evangelho tem que tomar corpo em ofertas de sentido reais, acessíveis, concretas e gozosas para todas as realidades sobre as quais se trabalha na escola”.

I. Ao jeito de introdução

Instalados na mudança, salpicados por desafios constantes, procedentes do exterior mas, também, do interior da escola, no meio desta voragem competitiva à qual queremos dar resposta desde todas as frentes, da melhor maneira possível, sem ficarmos para trás e sem perder a oportunidade, queremos também enfrentar a pastoral na escola e a escola na pastoral: a sua saúde, o nosso diagnóstico, as nossas opções/acções e, sobretudo, o seu projecto de futuro.

Há já alguns anos que a escola católica se questiona acerca da sua significatividade, do seu sentido mais profundo e evangélico, da sua razão de ser, do valor das suas acções pastorais (e/ou evangélicas), da profundidade

das suas propostas, do papel dos educadores, das famílias e das entidades titulares na evangelização que se leva a cabo no âmbito educativo. Respostas há muitas, propostas também. O que falta é que o tempo, os acontecimentos e as mudanças vão sempre à nossa frente.

Necessitamos repensar constantemente a escola, a evangelização e as acções pastorais para não perder o Norte, para não apresentar propostas estéreis mas sim cheias de vida; para estar à altura das circunstâncias enraizadas no fundamental; para não aparentar mas ser, para estar presentes com valentia, qualidade e calor humano, a partir de diferentes carismas, no mundo educativo que nos toca viver; e para dizer sim ao que sonhamos e projectamos e não ficarmos sempre em desejos que se consomem antes que alguém decida pôr mãos à obra com todas as consequências.

Querendo jogar com as palavras com que intitulei esta conferência *A Pastoral na vida do centro escolar. A vida do centro escolar em pastoral* creio que ainda que nestes últimos anos todas as instituições educativas, entendem que a importância de passar de uma pastoral (evangelização) de actividades “na” escola a uma escola “em” pastoral, a realidade da grande maioria dos centros educativos é uma mistura, rica, complementar e viva, de ambas as dinâmicas: a pastoral saboreia-se na vida dos centros escolares e está a entrar na dinâmica integral e integradora da pastoral. Creio, que nunca como hoje, se entendeu tão bem o facto de que a escola, toda ela, é a pastoral (muito além daquilo que nela se continua a promover como actividades pastorais pontuais).

Porém ficar nesta análise serviria de muito pouco... de um modo ou de outro, todos estamos embarcados nesta aventura e conhecemos onde avançamos, onde nos atrapalhamos e onde nos custa mudar. Por isso, o subtítulo é *Apostas pastorais indispensáveis face ao futuro*, querendo com ele assinalar, a partir da minha experiência, alguns campos, nos quais creio que devemos apostar com força se queremos que as nossas escolas do futuro e o futuro das nossas escolas, desde a sua missão evangelizadora, atendam de modo significativo ao que é verdadeiramente importante.

E o futuro não pede autorização. Os presentes acumulam-se numa sequência ininterrupta, quase imperceptível para quem vive imerso nas responsabilidades diárias de qualquer dos âmbitos em que nos movemos. E, contudo, o observador externo consegue relatar as mudanças e constatar as diferentes evoluções, sublinhando as novidades, fruto de uma mistura entre planificação e sorte ou simples necessidade.

Nem tudo o que muda é fruto da nossa vontade nem responde aos nossos ideais, mas na medida em que reflectamos sobre o futuro que queremos, a nossa possibilidade de intervenção será maior.

A escola, apesar de ser uma das instituições mais conservadoras (no amplo e supostamente sentido ambivalente da palavra), não vive isenta destas dinâmicas. Precisamos imaginar o nosso projecto educativo, plasmando-o em planos acessíveis que nos permitam actuar na realidade das nossas responsabilidades educativas da melhor maneira possível, otimizando assim os nossos esforços. A utopia educativa que representa a escola católica, necessita ser imaginada em concreções acessíveis, encarnadas nos contextos onde vivemos. Sem esta guia para a navegação, corremos o perigo de que o desenvolvimento da escola católica seja determinado por agentes externos, sejam eles políticos, económicos ou mais subtilmente ideológicos¹.

Esta necessária reflexão sobre o futuro terá que ter em conta as novidades sociais e culturais que, ou já estão presentes de maneira clamorosa, ou se vislumbram no horizonte.

Olhar para o futuro, exige de todos nós lançar um olhar novo sobre a escola e sobre a sua tarefa evangelizadora. Esse olhar quer ser o eixo desta reflexão.

- Olhar o mundo com olhos novos do Deus criador, renovando em cada um de nós e cada uma das nossas escolas o “viu que tudo era bom”, mas esse, “tudo”, seguros de que na nossa escola é possível tornar realidade os “novos céus e a nova terra”.
- Olhar a escola com os olhos novos do Mestre, que sabe a importância de “ensinar com calma”, do “eu estou convosco”, do “acreditai nas minhas obras”, do “eu fui enviado para...” porque na nossa escola fazemos possível o “ide e dizei o que vistes e ouvistes”, o anúncio da Boa Notícia aos pobres.
- Olhar a tarefa evangelizadora com sentido profético, sabendo que ainda que não tenhamos ouro nem prata, na nossa escola, recebemos o Espírito que nos permite dizer aos nossos destinatários e à nossa sociedade: “em nome de Jesus de Nazaré, levanta-te e anda”².

¹ Cfr. *Javier CORTÉS*, *La escuela del futuro y el futuro de la escuela. Actas del I Congreso de Escuelas Católicas de Madrid.*

² Fragmentos del Documento *KRISTAU ESKOLA*, *Escuela Evangelizadora del siglo XXI (2008).*

Gostaria de fazer esta reflexão a partir do convencimento de todo o educador-evangelizador: o importante é sermos conscientes da riqueza da semente, calibrar como está o terreno, de que elementos está composto, ter vontade de entrar nele, sujar-se e atrever-se a semear. Creio que quem se atreve a semear tem profundos desejos de que da sementeira surja algo novo, algo bom, algo belo e justo. Quem, como evangelizador, se atreve a semear, semeia com a esperança de que na pequena semente já germina a árvore grande que deseja ver nascer. Com esta intenção, partilho convosco algumas intuições e propostas.

II. Alguns *flashes* e interrogantes prévios

- As estruturas não mudam se não mudam as pessoas. As pessoas não mudam se não querem mudar. A pastoral nos colégios continuará a ser um “problema” se não mudamos radicalmente algumas concepções de tal empenho.
- Não podemos esquecer o fundamento, o centro, o norte, o caminho, a porta... que é Jesus. Hoje, mais que nunca, na evangelização há que:
 - a) Resgatar o mais genuíno de Jesus (purificar a imagem que temos e damos de Jesus):
 - A COMPAIXÃO como critério de actuação.
 - A DIGNIDADE dos últimos como meta.
 - A ACÇÃO CURATIVA como programa.
 - O PERDÃO como último horizonte.
 - b) Optar pela dinâmica do Reino
 - Voltar a Jesus (Jesus é o centro)
 - Crer no Deus amigo da vida (no qual Jesus acreditava)
 - Viver para o Reino de Deus (não para a Igreja)
 - Seguir Jesus (como primeira opção)
 - Construir a Igreja de Jesus (a que Ele queria)
 - Trabalhar para que a Igreja e a escola se pareçam mais a Jesus
 - Viver (e morrer) na esperança de Jesus.
- Nunca se trabalhou tanto a pastoral na escola como hoje. Trabalha-se muito, até talvez demasiado. Envolvidos no activismo e hiperactividade,

a pastoral requer outros ritmos, outros processos, outras velocidades. Existe demasiada distância entre as energias empregues e os resultados a que queremos chegar? Pode-se avaliar a acção pastoral de um centro escolar? Pode-se diagnosticar o seu estado? Como?

- Qual é o sentimento que mais abunda em nós quando falamos da escola como plataforma de evangelização? Como valorizamos a participação dos educadores no projecto evangelizador dos centros? A escola católica evangeliza de verdade?

Directa ou indirectamente é a pergunta que subjaz, desde dentro e desde fora, a tantas críticas sobre a escola católica, justificadas, em muitos casos quando se comprova, segundo dizem muitos, que:

- Os alunos carecem de conhecimentos elementares sobre a fé ou sobre a religião;
- Os alunos saem da escola sem convicções religiosas profundas;
- Os professores não estão identificados e custa-nos encontrar professores convencidos de que o primeiro objectivo da escola católica é a evangelização;
- Os jovens da escola católica não vão à Igreja nem sequer quando ainda estão na escola;
- Não existem diferenças significativas entre os jovens que frequentaram a escola católica e os que sempre estiveram em centros públicos.

E assim, até centenas de razões, não para pôr em crise a necessidade e a conveniência da existência da escola católica, mas para pôr em crise as atitudes, as convicções e os modos de fazer dos “responsáveis” ou “coordenadores” da pastoral na escola.

Não falta, também, quem esteja convencido de que “qualquer tempo passado foi melhor” e, por isso mesmo, choram tempos e “grandes” êxitos pastorais passados, geralmente idealizados e recordados como:

- A grande prática religiosa dos alunos e suas famílias;
- O auge e pujança do associativismo religioso juvenil;
- A alimentação dos movimentos eclesiais de adultos com tantos “antigos alunos e alunas” de centros católicos;
- A fecundidade vocacional das escolas;
- O interesse dos ex-alunos em que os seus filhos recebessem a mesma educação que eles receberam. ...

E tantos mais êxitos que se põem em crise, frequentemente, quando tocamos a realidade de uma Igreja adulta onde aqueles ex-alunos, fruto de pastorais anteriores não estão tão presentes ou quando entramos no âmbito dos valores, desses valores que se estão a perder, segundo muitos dizem, ainda que resistamos a dizer que não somos capazes de manter vivos esses valores, somos aqueles que há muitos anos frequentámos, em muitos casos a escola católica e não os jovens que ao deixar agora a escola se vêem imersos nesse “vazio” ou “buraco negro” da falta de valores³.

A pergunta sobre o valor evangelizador da escola católica e sobre a capacidade e os êxitos evangelizadores dos agentes de evangelização justifica-se e reforça-se quando, “dentro de casa”, e com as melhores intenções, disputamos entre nós os destinatários com afirmações ou interrogantes como:

- “Se na escola não evangelizamos, que andamos lá a fazer?”;
- “Se as pessoas entram e saem iguais, se nem os pais têm grande interesse na identidade religiosa ou cristã de uma escola, que estamos lá a fazer?”
- “Se fazeis catequese, as primeiras comunhões, a confirmação ou os grupos de fé nas escolas, para que serve a paróquia?”;
- “Não saem vocações das escolas porque não somos exemplo de...”;
- “A escola católica... bem, mas continua a ser elitista, selectiva. Os pobres não estão lá...”;
- “Se os nossos fundadores levantassem a cabeça...”.

É possível que, se somos capazes de olhar assim a nossa escola católica e suas comunidades educativas, não encontremos resposta a tanto interrogante, mas, ao menos, começaremos a olhar para outro lado, poderemos entrever novos horizontes convencidos de que “tudo era bom” e de que ainda “não tenhamos ouro nem prata” somos capazes de dizer à nossa escola “em nome de Jesus de Nazaré, levanta-te e anda”.

• **Dinamismos para construir uma escola em pastoral.** Neste momento e olhando a esse futuro que é sempre utopia, horizonte e que, sem

³ Fragmentos del Documento KRISTAU ESKOLA, *Escuela Evangelizadora del siglo XXI* (2008).

darmos conta, se torna presente ao voltar da esquina, queria terminar estes prévios, sublinhando a importância que, creio, têm alguns dinamismos na escola católica e que não podemos esquecer se queremos ser proposta, resposta e alternativa neste momento. Assinalo, ao menos, três deles:

a. *Dinamismo comunitário*, que implica:

- Gerar um ambiente educativo animado pelo espírito de caridade, comunidade e liberdade;
- Acreditar, trabalhar e viver a missão partilhada;
- Aceitar e potenciar o diálogo ecuménico e inter-religioso;
- Celebrar, criativa e renovadamente, a vida escolar como comunidade escolar.

b. *Dinamismo profético*, que implica:

- A necessidade do testemunho pessoal, comunitário e institucional.

c. *Dinamismo social*, que implica:

- Educar consciências sociais: consciencializar e sensibilizar para os mais necessitados;
- Educar no contexto: conhecer e interpretar os sinais dos tempos;
- Educar para o compromisso: projectos de desenvolvimento social *ad intra* e *ad extra*.

De tudo o que foi dito até aqui, à hora de pensar a escola católica evangelizadora no século XXI, surgem muitas perguntas (talvez demasiadas), mas creio que juntos podemos colocá-las e tentar de algum modo responder-lhes. Aí vão:

- Como fazer presente o evangelho, a “boa notícia” de Jesus antes de mais para os pobres, numa sociedade secularizada e numa sociedade do bem-estar?
- Que significa ser boa notícia nesta sociedade multicultural e multi-religiosa, onde pululam muitos deuses e sem demasiado interesse pelo “Deus desconhecido”?
- É possível sê-lo numa sociedade do conhecimento e da informação, onde a boa notícia tem que abrir espaço entre um emaranhado de informações e de “boas notícias” contraditórias e sempre em mudança?
- Como sê-lo, quando a busca da verdade, em muitos casos, se vê submetida à utilidade, à aplicabilidade imediata, à eficácia ou eficiência das novas tecnologias ou do “share” televisivo?

- Qual é a boa notícia que espera da nossa escola uma sociedade europeia, mundial, globalizada, onde as raças, as línguas, os costumes, os sistemas organizativos e as culturas se entrecruzam, provocando no mínimo, uma atmosfera cheia de relativismo, de sincretismos e de fragmentariedade que impedem de a identificar como boa notícia?
- Será uma boa notícia para a nossa gente, a necessidade de abrir fronteiras e, o que é mais importante, abrir a mente e o coração ao outro como é, à solidariedade, à vida e à novidade que brotam da diversidade e da complementaridade?
- O que é que não funciona quando falamos de pastoral na escola? O que é que ainda não mudámos? Que problemas parecem estar sempre presentes (*ad intra*) quando falamos da dinâmica pastoral (evangelizadora) de toda a comunidade educativa? Está a escola para fazer pastoral?

III. Mudar o paradigma: muito mais além duma mudança de palavras

Até agora, movemo-nos e, a grande maioria de nós, continuamos a mover-nos, no marco dum paradigma concreto: o de uma acção evangelizadora realizada “na” escola ou, dito de modo mais coloquial, numa acção pastoral “na” escola, na qual a evangelização e a pastoral giram à volta de uma consideração do tema como elemento fundamental e explicitamente religioso (aulas de religião, celebrações de fé, convívios, associativismo religioso...), de um *plus* que, pessoas mais especializadas na educação das crianças e jovens, acrescentam a partir da escola a outras intervenções semelhantes à Igreja local, à família ou ao ambiente social, em geral.

A eficácia e a avaliação dessas acções de evangelização e pastoral “na” escola centravam-se na ideia segundo a qual o mais importante era realizá-las procurando os “melhores especialistas” no tema; cingia-se a realizar as actividades programadas, mudava em função, sobretudo, dos responsáveis a cada momento, e não tanto em função da capacidade da escola para oferecer novas respostas às novas interrogações dos destinatários.

Este paradigma parte de uma escola considerada como espaço, ou ambiente, onde “também” se fazem coisas pastorais. Daí a necessidade de distinguir entre actividades escolares, – mais sérias, no dizer de alguns – e as extra-escolares e “pastorais”, com os seus diferentes responsáveis, coordenadores ou chefes.

E, não há dúvida, este paradigma reflectido na organização e desenvolvimento da actividade pastoral “na” escola, hoje, permite-nos afirmar que se teve e tem, em muitos casos, como resultado imediato:

- Uma boa pastoral para um bom momento pastoral reflectida em tantas pessoas que, a partir desses esquemas, incorporaram e manifestam na sua vida atitudes, critérios, posições ou fidelidades vocacionais presentes na grande maioria de nós;

- Uma pastoral “na” escola que começa a desfazer-se quando a sociedade se vai abrindo a concepções epistemológicas e funcionais da escola, do religioso, da evangelização e da pastoral, a partir de fundamentos novos, muito diferentes;

- Uns processos de evangelização e de acção pastoral que, com o crescimento da secularização da vida e das coisas, e não em poucos casos, derivada, até, da implantação do secularismo na sociedade, colocaram a escola numa via, mais ou menos tortuosa, que percorre entre duas margens autónomas ou independentes – “o escolar” e o “pastoral” – entre as quais se torna muito difícil estabelecer “pontes de contacto” por causa da ideia de que “cada coisa a seu tempo e no seu lugar!” que muitas pessoas referem.

Esta situação provocou, frequentemente, processos de procura de caminhos que conduzam a que se continue a fazer exactamente o mesmo: para “modificar tudo de modo a que nada mude”.

Mas, se queremos olhar ao futuro sem seguir a reboque dos acontecimentos, tal como indicávamos na introdução, devemos “mudar o paradigma”, apostando por novos caminhos cuja meta seja dar um salto qualitativo a partir da evangelização e/ou da pastoral “na” escola, para a um modelo de escola “evangelizada” e que se converte em escola “em” pastoral.

Evangelizar na escola ou uma escola que evangeliza? Talvez melhor, uma escola que se deixa evangelizar... em todo o caso, é importante pensar numa escola que seja boa notícia através das suas acções, impregnada da sensibilidade evangélica na sua organização, na sua metodologia, nas suas estruturas, no seu trabalho docente e nas suas ofertas extra-escolares.

Para isso, assinalo em seguida alguns aspectos exigíveis à escola de hoje, quando falamos da sua acção evangelizadora e/ou pastoral:

HOJE A ESCOLA TEM QUE EVANGELIZAR a cultura e evangelizar a partir do zero, **num contexto com demasiadas “notícias”**, a partir das nossas plataformas, mas não da mesma maneira, **a todos, mas respeitando outras boas notícias**, não com fins proselitistas mas sim com uma razão de esperança e felicidade para o maior número de pessoas, **a partir da coerência pessoal, mas não só nem só (missão partilhada)**, com todos os meios mas sem perder o norte, o centro, o motivo fundante e fundamental que é Jesus Cristo, **para a vida, não para assegurar a sobrevivência da instituição**, a partir da pluralidade de opções, leituras, realidades, etc. De quem evangeliza e do que é evangelizado, **não para doutrinar e tornar os alunos todos iguais, mas para fazê-los descobrir que Deus nos quer diferentes e unidos no essencial**, muito atentos às necessidades dos nossos alunos e professores, **integrados na vida da Igreja**, a partir da riqueza interpelante do próprio carisma, **a cada um na sua língua, cultura, religião, ritos, celebrações, espaços, divindades...**, sabendo-nos parte de um projecto que nem é nosso, nem é por nós mesmos, nem só pelos nossos esforços, **priorizando o trabalho com as famílias e relativizando as suas modalidades**, respeitando mas não fazendo concessões por medo, por vergonha ou por resultados, **a partir do princípio de que o que se faz é semear e na semente já está a árvore grande**, educando à transcendência, à vida interior, ao autoconhecimento, à dimensão religiosa de todo o ser humano, **com a certeza de que caminhamos para a frente**, tendo que retroceder muitas vezes, **num terreno que não é nosso mas em que a nossa vocação é a de semear.**

IV. Apostas de futuro numa escola católica com a dinâmica das competências básicas espirituais e pedagógicas

Muito antes, e muito mais além, de andarmos a pensar como planificar o nosso futuro e o das instituições educativas que representamos, creio que desde a dinâmica imposta pelo novo paradigma a que nos propusemos (uma escola evangelizada em pastoral), proponho-vos algumas apostas de futuro. Apostas que levam consigo, logicamente, pessoal, recursos, estratégias, tempos e programações, mas só a partir da assunção partilhada e comprometida de tais apostas.

A utopia educativa que representa a escola católica necessita ser imaginada em concretizações acessíveis encarnadas nos contextos onde vivemos. Sem este guia para a navegação corremos o perigo de que o desenvolvimento da escola católica seja determinado por agentes externos, sejam eles políticos, económicos, ou mais subtilmente, ideológicos.

Esta necessária reflexão sobre o futuro terá que ter em conta as novidades sociais e culturais que, ou já estão presentes de maneira clamorosa, ou se vislumbram no horizonte.

A escola católica pode e deve ser significativa no mundo do amanhã e no amanhã do mundo, a partir das seguintes apostas:

1. Os educadores: um investimento indispensável

Pela experiência educativa, pedagógica e pastoral, destes últimos anos, creio que é urgente, indispensável e insubstituível investir nos educadores. Às vezes ficamos obcecados com planificar o que fazer, e como o fazer com os alunos e esquecemos que os educadores necessitam de formação. Formação que em nenhum caso é só formação intelectual, mas também formação a partir da experiência. Na escola, em primeiro lugar, os educadores. Senão, corremos o risco de propor sem conhecer, de anunciar sem viver, de convidar a crescer sem ter possibilidade e tempo para crescermos junto com os nossos alunos e suas famílias.

Investir na formação dos educadores é investir no futuro. Uma formação que é parte do seu trabalho, não um acrescento imposto em tempo pessoal do qual não podemos dispor. Uma formação integrante e integradora, que facilite a educadores-evangelizadores a aquisição das competências básicas

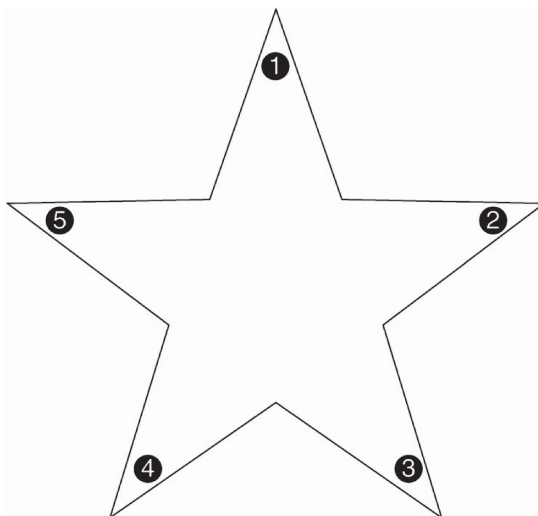
necessárias para estar e educar na escola católica como desejamos, desde os princípios e fins a que nos propusemos para levar por diante a dita tarefa.

Um investimento que fará dos educadores bons educadores e dos bons educadores, mestres. Na escola – entenda-se neste contexto a seguinte afirmação – sobram professores e há falta de educadores que se atrevam a ser mestres, que sejam educadores no seu agir e pedagogos no seu saber fazer, mas sem esquecer o seu ser mestres. Cuidar a qualidade dos professores nos nossos centros é uma das chaves da nossa presença e significatividade evangélica no futuro.

2. A educação (despertar) da interioridade

A segunda grande aposta da escola em pastoral é a educação da interioridade. Acostumados a viver e educar num contexto repleto de ruídos, no qual se prima, se premeia e se prescreve o superficial, o anedótico e passageiro, revela-se como uma tarefa-chave para a escola o despertar e educar o mundo interior, a dimensão transcendente presente em todo o ser humano.

Não se trata de que na escola recusemos tudo o que é exterior. De facto, a interioridade não se opõe à exterioridade (que não deixa de ser a sua posta em cena, a sua visibilidade), mas à superficialidade. Trata-se de educar os professores e os alunos na tarefa de se exercitarem a olhar a vida em profundidade, as pessoas, o mundo, o próprio coração... tudo aquilo que nos rodeia e tudo aquilo que somos e no qual estamos imersos.



PENTAGRAMA DE GINGER (PARADIGMA HOLOGRÁFICO)

Para uma aproximação ao que significa a educação, avaliação e maturação integrais, é necessário partir de um modelo do desenvolvimento humano que permita a incorporação de todas as dimensões que uma pessoa manifesta e que estão referidas à sua vida em geral:

➤ **O mundo material, nossa dimensão física e biológica**, ponto de partida do nosso desenvolvimento desde o período pré-natal e durante toda a vida; faz ênfase na necessidade do cuidado da força física e do desenvolvimento orgânico, implica as nossas necessidades humanas básicas e a sua satisfação equilibrada, isto é, a respiração, a alimentação, o ciclo de actividade-reposo, a regulação da temperatura e a sexualidade. O desenvolvimento integral considera fundamental para a aprendizagem, a dimensão física-orgânica e suas manifestações.

➤ **A dimensão emocional**, inclui a posição e expressão harmoniosa de toda a gama emocional a que dão lugar a alegria, tranquilidade, segurança, satisfação e fortaleza. Temos que aprender a utilizar esta energia para o nosso crescimento pessoal. A formação integral proporciona, além disso, as condições para que exploremos emoções como a tristeza, a ansiedade, a raiva, com a finalidade de aprendermos a eliminá-las, isto é, que alcancemos a nossa maturidade emocional. Este aspecto da experiência humana tem grande impacto e importância na aprendizagem e no mundo das relações e do afectivo.

➤ **O mundo racional ou intelectual**, refere-se a todas as atitudes mentais que nos facilitam a resolução das situações que se nos apresentam na vida e a expressão criativa; inclui o pensamento formal, o raciocínio lógico em geral e suas habilidades primárias como o raciocínio verbal, matemático e mecânico, o estabelecimento de relações espaciais, a precisão e a rapidez de resposta.

➤ Outra dimensão é **a vida social e comunitária**, a forma na qual estamos imersos dentro do nosso meio social, os papéis que nele desempenhamos, com todas as suas implicações enquanto à classe social, raça, família, religião e educação. É fundamental que aprendamos o sentido responsável da nossa existência social, isto é, um compromisso com a comunidade (cidadania).

➤ Por fim, o desenvolvimento implica **o plano transcendente da experiência humana**, isto é, a dimensão religiosa, transcendente da nossa vida. Todo o ser humano tem uma dimensão transcendente que tem de

descobrir, trabalhar e aprofundar. O plano transcendente da nossa existência expressa-se exteriormente em estilos de vida, em opções, em projectos de vida. Todos nos perguntamos pelo sentido da própria existência, pelo futuro, pela razão da nossa vida.

Esta proposta de desenvolvimento, representa o ser humano num modelo holográfico em forma de estrela de cinco pontas à qual se denomina “Pentagrama de Ginger”, pelo apelido de seus criadores, os franceses Anne e Serge Ginger. O símbolo tem ampla tradição numa grande diversidade de culturas e fala-nos do desenvolvimento humano pleno, harmonioso e integral. O desenvolvimento humano integral tende a um equilíbrio de todas estas dimensões. Ainda que o equilíbrio perfeito seja só um modelo teórico, para os cristãos o equilíbrio destas dimensões é representado por Jesus de Nazaré.

ALGUMAS PERGUNTAS PARA EXPLORAR O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

➤ Como me sinto **fisicamente**, que como; os meus hábitos de descanso e actividade, quantas horas durmo e quantas horas dedico a alguma actividade física; que doenças sofri ou sofro e que faço para as curar.

➤ A área seguinte de exploração é a **dimensão emocional**, aqui as perguntas referem-se ao contacto que tenho com as minhas emoções e como as expresso; se sofro de períodos de tristeza ou depressões; como vivo as minhas raivas, se já desenvolvi a capacidade de harmonizar as minhas emoções ou perco o controlo. Que sucede com o amor; se tenho um companheiro/a, esta é uma relação de crescimento ou de dependência? Como vivo as separações e se estas repercutem no meu rendimento laboral.

➤ Na **dimensão intelectual** as perguntas estão relacionadas com o meu rendimento académico e laboral. As minhas atitudes face aos desafios e os novos trabalhos, a minha capacidade de memorizar.

➤ A **dimensão social** implica como me desenvolvo no meu âmbito social, a minha capacidade de socializar, de trabalhar em grupos e equipas. A minha facilidade de adaptar-me aos outros, ao papel que desempenho no grupo e a minha liderança. Como me comunico e que gosto de fazer nos grupos a que pertença.

➤ Por fim, a reflexão enquanto à **dimensão transcendente** levaria a perguntas como: que sentido tem a minha vida, que lugar ocupa Deus na minha vida, nos meus projectos, nas minhas opções, no meu dia a dia. Que tipo de crente sou; até que ponto a fé que professo está presente em tudo o que faço, sinto, vivo, decido, etc...

A interioridade é uma dimensão consubstancial do ser humano. É um lugar (espaço) sagrado onde se gera a visão sobre Deus, a pessoa e o mundo, onde vamos guardando os detalhes da estrutura vital que estamos a moldar e onde damos sentido à nossa existência e que tem que ver com atenção, a capacidade de viver no presente, com serenidade, em atitude de receptividade, agradecimento, serviço...

A nós, educadores, pede-se neste momento, de modo especial, que redobremos os esforços por educar sem esquecer o equilíbrio necessário que deve existir entre exterioridade e interioridade. A pergunta, que surge como uma espiral, é: “mas pode-se educar a interioridade na escola?” Se entendemos por educar não a mera transmissão de conteúdos, mas sim aquele “trazer para fora” que provém da própria palavra (*educere*), então a resposta está clara.

Nas nossas escolas, sujeitas a processos de qualidade e excelência, chamadas a que os nossos alunos e alunas alcancem com êxito as competências básicas que definimos, também devemos pôr o acento no despertar e na educação da interioridade. Uma aposta (e “disciplina”), pelo menos, fascinante, que nos levará a:

- a) Ser educadores “peritos” em interioridade.
- b) Criar espaços que respeitem, promovam e enriqueçam a vida interior.
- c) Dedicar tempos significativos ao cultivo da interioridade.
- d) Alfabetizar os nossos (filhos) alunos, e a nós mesmos, no silêncio – a escuta – a leitura da Palavra – a contemplação.
- e) Ser casas e escola de oração.
- f) Propor dinâmicas, opções e acções que ajudem a viver de maneira autêntica e profunda.
- g) Integrar na dinâmica orante e celebrativa a simbologia da própria tradição religiosa e de outras tradições religiosas.
- h) Recuperar o sentido, valor e significado dos símbolos religiosos.
- i) Recuperar a música (linguagem musical) como expressão da interioridade.
- j) Trabalhar de modo a que a interioridade não seja uma moda passageira mas sim, uma constante na nossa vida e na vida dos nossos filhos/as e alunos/as.

3. O compromisso pela justiça (a educação da solidariedade)

Em terceiro lugar, creio que é sensato, e obrigatório, falar de uma aposta pela educação da solidariedade na escola. Em muitas das nossas escolas, anteriormente de modo transversal e agora, no quadro das competências (competência no conhecimento e a interacção com o mundo físico, competência social e cidadania, competência da autonomia e iniciativa pessoal) oferece-se desde a oferta educativo-pastoral a possibilidade de participar em projectos que comprometem com a justiça e com a solidariedade. Talvez a oferta não seja tão decidida, tão definida e tão forte no âmbito da educação da solidariedade, isto é, realizam-se campanhas, participa-se em iniciativas, geram-se projectos e envolve-se o maior número possível de professores, de alunos e famílias, mas falta uma coordenada e programada educação da solidariedade, que não é teoria, mas sim a base necessária sobre a qual fundamentar, trabalhar e fazer crescer um modo de ser pessoa com os outros, um modo de ler a realidade e comprometer-se com ela, um modo de praticar com valentia o projecto de vida do Reino.

Como afirma Luis Aranguren “a educação em valores não é a aplicação de um manual de ética no contexto da acção social; pela sua mesma fundamentação, tanto a educação como a ética assentam no terreno da apropriação de possibilidades novas com as quais vamos construindo a nossa vida e, onde se situam, no terreno do dinamismo e da mudança. Há educação e há ética ali onde as coisas podem e devem ser de outro modo, ali onde se semeiam novas realidades, mais humanizadoras e justas. A educação no valor da solidariedade não há-de formar militantes efémeros mas sim sujeitos resistentes e activos, capazes de amortizar os golpes do “tecnicismo” social e de empreender itinerários que gozem do favor do longo prazo”⁴.

A educação (e pedagogia) da solidariedade vai mais além da apresentação deste valor nos buracos que permite o currículo escolar. À luz da situação do nosso mundo e numa perspectiva realista, há que fazer uma aposta que exige ir beber a águas colocadas mais acima e fixar esta aposta pedagógica no olhar educativo da comunidade escolar, cuidando de modo especial, como já indicámos, o sentir e formação do corpo docente e oferecer novos eixos pedagógicos que iluminem a solidariedade como valor estimado e realizado-realizável, e não somente, aprendido.

A primeira lição que a solidariedade nos ensina é a navegar no mar das oportunidades e situar-nos sempre num horizonte de transformação. A palavra-

⁴ LUIS ARANGUREN GONZALO, *Educar en el sujeto solidario*, Bakeaz, Bilbao, 2004, 14.

chave é *possibilidade*, a charneira onde se reúne a educação e a ética. É este tempo para inventar possibilidades, criar, inovar, tactear novas formas de convidar a estilos de vida solidários. E tudo isso partindo da mesma realidade: a dos alunos, a dos professores, a do centro educativo e a realidade social na qual estamos inseridos. A imersão na solidariedade será uma realização de possibilidades, ou um pôr em movimento de possibilidades, ou ambas as coisas, ao mesmo tempo.

Numa situação de convívio intercultural como a que vivemos na Europa, importa cuidar de ter um olhar amplo e profundo que questione determinadas fixações do sistema educativo, como são o predomínio do saber instrumental face às humanidades, a centralidade da competência técnica face à realização pessoal, e à obsessão da especialização face à sabedoria da vida.”⁵

Encontramo-nos face a novas necessidades educativas que têm, sobretudo, a ver com a elaboração de originais formas de convivência e cooperação. As funções prevalentes da educação já não podem ser as meramente instrumentais e urge recuperar o acto educativo como espaço relacional, por excelência, como exercício de proximidade e de procura de significados partilhados que nos habilitem para uma vida feliz numa sociedade mais justa.

A educação na escola católica pode reproduzir os valores hegemónicos que perpetuam um mundo basicamente injusto, ou pode colocar-se ao serviço de determinadas mudanças, viáveis tanto nas pessoas como nas estruturas. Isto significa que os educadores devem apostar por um horizonte de transformação e não de reprodução. E hoje a transformação, desde a chave interpretativa da solidariedade, aponta para a criação de uma convivência inclusiva, tanto dentro como fora da aula.

Isto significa renunciar às aprendizagens técnicas? De nenhum modo. Mas recorda-nos que, com a competitividade, fomentamos alunos que se esquecem da sorte dos outros, cuja máxima é ser os primeiros, à custa do que for preciso. Muito pelo contrário, a competência pessoal trata de puxar, com força, de todos os recursos pessoais do aluno, que se expressam em potencialidades intelectuais, procedimentais e atitudinais.

“O sentido da competência pessoal tem que ver com o cultivo do são amor a si mesmo, que não é o amor-próprio, que só vela pelo interesse individual e o egoísmo sem limites. O amor a si mesmo tem a ver com uma das condições que possibilitam o amor ao outro, já que parte do máximo respeito a si mesmo, tornando possível a abertura de toda a sua força

⁵ J. GARCÍA ROCA, *La educación en el cambio del milenio*, Sal Terrae, Santander, 1998, 21.

*humanizadora; o amor a si mesmo parte da própria estima e da estima positiva aos outros. Assim, a competência revela um amor de si que se abre com cordialidade aos outros. Pode-se ser, ao mesmo tempo, um estudante competente e solidário; um médico competente e solidário, uma directora de empresas competente e solidária, não desde uma vinculação sem arestas, mas desde a aceitação de uma tensão de carácter dual que sempre se desenvolve no interior dos conflitos quotidianos*⁶.

No centro educativo em pastoral:

- A escola, mais que um ponto final de uma certa cadeia de campanhas e de informações solidárias, há-de converter-se em motor de sensibilização face à realidade do nosso mundo.
- O centro educativo há-de propiciar espaços informativos na aula e nos lugares de encontro, informação acerca daquelas organizações de solidariedade próprias das instituições religiosas titulares dos centros educativos ou que trabalham no meio, e no caso de realizar campanhas solidárias, cuidar que tenham um “antes” e um “depois”, de tal modo que não fiquem instaladas no “dia de...”. O que importa numa campanha não é o material que se recolhe ou o dinheiro que se reúne; em termos educativos, é prioritário avaliar o impacto obtido em termos de conhecimento maior dessa realidade, do grau de sensibilização obtido.
- A escola há-de aproximar a vida solidária à escola. Para tornar credível um determinado valor é preciso vê-lo, escutá-lo e palpá-lo noutras pessoas que já o estão a viver. A escola necessita abrir as suas portas e janelas e deixar que entre o ar, às vezes fresco e outras vezes encrespado, daqueles que apostam por estilos de vida solidários.
- A realização da solidariedade supõe o prolongamento da abertura do centro escolar ao bairro. Um prolongamento efectivo, que se pode traduzir em estratégias de colaboração ou de coordenação com instâncias sociais, sanitárias, eclesiais, educativas do bairro com vista a trabalhar de maneira coordenada, problemáticas comuns, como pode ser a realidade do fracasso escolar.

Por outro lado, a escola há-de dinamizar o compromisso solidário dos adolescentes, promovendo campos de trabalho entre populações marginais

⁶ *Educar en el sujeto solidario*, o.c., 17.

ou em povos de zonas rurais necessitados de atenção, facilitando informação sobre a possibilidade de viver a experiência das chamadas férias solidárias, sempre que sejam, com efeito, um tempo de descoberta e imersão noutras realidades, onde talvez o importante não é tanto fazer mas deixar-se surpreender. Evidentemente que, para todas estas actividades, o centro escolar há-de estar em relação e coordenação com as organizações que as promovem.

4. O Diálogo fé-cultura

Sobre o diálogo fé-cultura na Europa Central, há já alguns anos afirmava o Monsenhor Karl Lehmann, bispo de Mainz:

“A situação cultural determina o espírito do tempo e da sociedade. Mas este espírito muda frequentemente a concretização do seu rosto. Hoje as mudanças sucedem-se com rapidez. No âmbito da Europa Central, podiam-se caracterizar, na minha opinião, com as chaves da secularização (uma transformação da mentalidade e da consciência colectiva, que passa a comportar-se como se Deus não existisse), funcionalização (a realidade concebe-se a partir dos fins ou objectivos que corresponde a parcelas sectoriais e a religião aparece como uma parcela sectorial mais), pluralismo (todas as religiões ou ideologias têm o mesmo valor e a religião aparece como um assunto predominantemente privado e com frequência sincrético e individualista). Estes três elementos reforçam-se mutuamente e dão lugar, no seu conjunto, a uma importante crise de sentido, tanto a nível individual como social, que, sem dúvida, se pretende minimizar. E a crise de sentido afecta o diálogo fé-cultura e torna-o difícil. Um diálogo autêntico, que admita – ao menos hipoteticamente – o problema de uma exigência de sentido para o mundo actual, é possível só raras vezes. Além disso, entre outros elementos há que acrescentar uma brusca ruptura na transmissão da herança cultural. Não há que passar por cima de que a cultura se assemelha cada vez mais a um mero entretenimento, e que para muitas pessoas a sua relação com os bens culturais obedece a uma conduta consumista. Há uma verdadeira “indústria da cultura”: os bens culturais – especialmente os de moderna criação – produzem-se e deitam-se fora, usam-se e gastam-se. O seu valor intrínseco é escasso. Além do mais, esta tendência vê-se reforçada por uma fortíssima trivialização da cultura, que não só pretende uma maior aproximação da cultura à vida quotidiana – que em si, seria louvável – mas que, frequentemente cai na banalidade. Não é surpreendente que esta banalização vá a par com uma diminuição da profundidade do ser humano e da mesma

realidade, e que desapareça em grande medida a relação com a transcendência"⁷.

A realidade social em que vivemos e vivem os nossos alunos, exige que a escola seja verdadeiramente eficaz na sua função de transmissão de cultura. A assimilação da cultura por parte dos alunos é uma função essencial da escola, que se realiza de maneira explícita, sistemática e crítica. O aluno assimila progressivamente a cultura através das distintas disciplinas escolares, dos estudos orientados à investigação e das acções de conteúdo social. A recepção da cultura que o aluno experimenta na escola realiza-se sob a guia explícita ou implícita de um conceito de pessoa, de uma resposta à pergunta sobre a origem, natureza, vocação, destino e missão do homem.⁸

A fé católica, em diálogo com a cultura, oferece uma nova maneira de ser, que não se identifica plenamente com nenhuma expressão cultural. A novidade constante que procede do evangelho suscita uma nova maneira de olhar, de compreender e de tratar a realidade, de considerar as pessoas, os acontecimentos e as coisas.

O diálogo da fé com a cultura exige que os professores se comportem como quem propõe valores depois de ter realizado a sua própria síntese entre fé e razão, nunca como quem impõe com a sua autoridade os seus próprios gostos ou opções, sem as ter contrastado com o verdadeiro bem humano que se depreende da pessoa de Cristo.

A educação católica serve para a assimilação dos valores culturais propondo modos de actuar que favoreçam a dignidade dos alunos, a sua consciência, a sua liberdade e responsabilidade de procurar a verdade, o bem, a beleza e a justiça.

Numa escola em pastoral, com respeito ao diálogo entre fé e cultura, apresentam-se como necessárias duas apostas complementares: por um lado a *evangelização da cultura* e por outro, a *inculturação da fé*.

O risco da nossa escola está em descuidar a sua tarefa de *evangelização da cultura* e refugiar a sua identidade num plano de actividades religiosas e/ou pastorais, tal e como já dissemos anteriormente. O seu primeiro problema não é o da proposta da fé, mas o da transmissão de uma cultura aberta às dimensões espirituais e religiosas, aberta a perspectivas cristãs e evangélicas.

A cultura não equivale a um *conjunto de saberes*. A escola católica proporciona as chaves e o discernimento humano e cristão para que o *saber*,

⁷ Mons. Karl Lehmann, *El diálogo fe-cultura en Centroeuropa*. Discurso inaugural en el encuentro de centros culturales católicos centroeuropeos, celebrado en Munich, 1996.

⁸ AGUSTÍN GARCÍA-GASCO, *Fe y Cultura en la escuela* (2007).

unido às *destrezas* e aos *valores*, adquira sentido e significado, e se transforme assim em *cultura*, capaz de estruturar o pensamento da pessoa. Na prática, é uma tarefa delicada e discreta, mas irrenunciável, que se há-de concretizar em cada área de conteúdos.

A especificidade da escola católica reside, antes de mais, na transmissão de um saber organizado e estruturante, que permite aos alunos e às suas famílias construir uma cultura. As perspectivas e o discernimento cristãos são outros tantos elementos que permitem ao conjunto de *saberes*, chegar a ser *cultura*, isto é, adquirir sentido e significado.

É uma tarefa delicada e discreta que se há-de concretizar em cada área do saber. Tarefa profética, que em mais de um caso suscitará recusas e agressividade, se se faz com consciência, mas que é irrenunciável para a escola católica que queremos ser no futuro.

A segunda tarefa, a *inculturação da fé*, é a *proposta do sentido cristão do mundo*, do homem e da história, a exposição das *chaves cristãs de interpretação* das experiências vitais do aluno, o anúncio da boa notícia.

A inculturação da fé exige uma grande sensibilidade aos desafios que a cultura lança à fé, uma disposição para não se evadir dos problemas que o ser humano hoje enfrenta desde o campo da ciência, da tecnologia, da cidadania, do desenvolvimento, etc...

Na escola em pastoral que sonhamos há que suscitar e alentar o diálogo entre fé e cultura, a um diálogo que recorde como este intercâmbio não pertence só ao passado, mas que forma parte – também hoje e com vista ao futuro – da missão fundamental da escola. Uma escola sem cultura, ou alheia a ela, auto-destrói-se. A fé nunca pode prescindir de uma inculturação que proteja tudo o que é digno de ser conservado, e que o reproponha de novo com toda a sua frescura, que se atreva a experimentar o novo e a transmitir: *nova et vetera*.

Howard Gardner, o famoso divulgador das teorias da inteligência múltipla, no seu opúsculo “As cinco mentes do futuro”⁹, propunha cinco “mentes” que a escola deveria desenvolver. Cinco mentes para poder levar por diante este diálogo fé-cultura de modo sincero, competente e completo:

- Uma mente *disciplinada*, que domine as formas de pensar que o ser humano foi criando e, ao mesmo tempo, seja capaz de seguir nessa aprendizagem.

⁹ H. GARDNER, *Las cinco mentes del futuro. Un ensayo educativo*, Barcelona, 2005.

- Uma mente *sintética*, capaz de visões de conjunto que supere as falsas divisões entre as ciências, com um forte carácter interdisciplinar.
- Uma mente *criativa*, capaz de descobrir as perguntas pertinentes e que possa contribuir para esses novos interrogantes.
- Uma mente *respeitadora*, capaz de conviver com os outros e de estabelecer pontes numa cooperação desejável e necessária.
- E, por último, uma mente *ética*, que nos permita projectos comuns, ainda que sacrificando interesses particulares.

5. O cuidado de processos diferenciados e personalizados. A atenção preferencial pelos mais pequenos

A quinta proposta que realizo é a de apostar no cuidado pelos processos diferenciados e personalizados atendendo assim, partindo do projecto educativo-pastoral da escola, a todos e a cada um dos nossos alunos. Todos conhecemos, pelos estudos sociológicos, que hoje não se pode falar de crianças, jovens e adultos sem mais, ou de infância, juventude e vida adulta.

Em cada uma das etapas do desenvolvimento multiplicam-se os possíveis rostos das mesmas. Conhecedores dos rasgos mais característicos de cada uma das etapas, ficamos perplexos face à quantidade de particularidades que se dão nos nossos alunos, se atendermos a razões culturais, religiosas, do contexto social, da realidade económica em que vivem, etc.

Hoje, mais que nunca, a escola e o anúncio da boa notícia que esta realiza, deve ter em conta esta variedade, esta diversidade e diferenciação. A pastoral de um centro escolar deve personalizar processos e falar a cada um segundo a sua língua. Além disso, creio que deve existir na actualidade uma atenção preferencial pelos alunos e alunas que começam o seu percurso académico na educação infantil.

Frequentemente, surpreende-me quem tem a responsabilidade, nas escolas, de despertar e iniciar à interioridade, à contemplação, ao simbólico, ao transcendente, aos mais pequenos. Todos podemos oferecer algo à dinâmica da escola em pastoral, mas nem todos podemos fazer de tudo. Para poder iniciar os mais pequenos na oração, por exemplo, não serve qualquer um. Há que preparar-se para isso e há que investir tempo para poder levar essa educação-evangelização por diante.

Em muitos centros, há muita preocupação pela pastoral com os adolescentes e com os jovens, sem sequer repararmos que, aquilo em que nos esquecemos de cuidar e mimar ao extremo, foi o início de todo o processo de educação na fé, a primeira incorporação na vida comunitária e celebrativa cristã.

6. O trabalho com as famílias. Rumo a um projecto de colaboração Família-Escola

Todas as Entidades Titulares, tanto na sua consideração pastoral como na actividade educativa das escolas que tutelam e dirigem, reconhecem à família um lugar prioritário e uma missão própria, partilhada com a escola e os seus diversos agentes educativos.

A animação da comunidade educativa corresponde ao Titular, sabendo que aquela se constrói como tal através da comunhão nuns mesmos critérios pedagógicos, no esforço por elaborar, realizar e avaliar um Projecto Educativo num contínuo aperfeiçoamento, e a aceitação de uma co-responsabilidade plena na acção formativa escolar e familiar.

A escola e a família estão valorizadas como as duas instituições educadoras por natureza. E a família como a instituição mais valorizada socialmente pelos alunos.

O modelo de escola católica é a que é considerada como escola personalizadora e instrumento de transformação social, e, por isso, trata de integrar os pais/mães (missão partilhada), como aliados na consolidação do tecido ideológico do seu projecto, partilhando um núcleo de valores fundamentais e um estilo de participação activa, integrada e co-responsável.

A cultura da participação, a formação de pais/mães e a atenção pastoral às famílias, apesar das muitas dificuldades, aparecem como um claro âmbito de melhoria dentro da acção educativa e evangelizadora das escolas.

Em geral, as famílias participam, hoje, pouco, na vida das escolas, salvo para interessar-se pelos/as filhos/as de modo pessoal, em questões académicas e disciplinares, e de modo particular, quando têm crianças pequenas ou quando os seus filhos entram na difícil etapa da adolescência.

Ao mesmo tempo, há muitas equipas directivas e educadores/as que, desde uma inquietação vocacional e com visão de futuro, intuem a necessidade de imaginar outro modelo de presença dos pais/mães na escola. Para a escola católica em pastoral é, sem dúvida, uma questão aberta, uma interrogação, um desafio e uma aposta de futuro.

As escolas devem impulsionar, em colaboração com as famílias, o papel fundamental destas, como espaço de vivência de valores, de experiência religiosa e de iniciação na vida cristã. Por sua vez, para uma sólida educação e um crescimento em equilíbrio dos seus filhos, os pais e mães devem procurar a maior coerência possível entre o modelo educativo do centro (valores, projectos, perfil de pessoa, formação...) e o clima da própria vida familiar.

A família, em colaboração com a escola, procura viver e educar em valores evangélicos, como o amor e a amizade leal, o respeito à pessoa e à vida, a tolerância, a atenção aos mais débeis e necessitados, a procura da justiça, a sinceridade e a solidariedade universal.

A fim de conseguir a identificação das famílias com o projecto educativo da escola em pastoral, assim como a sua presença e compromisso na acção educativa e evangelizadora, devemos apostar por uma cultura da participação e cuidar a formação de pais, mães, avós e avós.

Quem verdadeira e plenamente educa é a comunidade, mas a autêntica condição de qualidade educativa consiste em que a família e a escola definam um espaço comum de acção partilhada para programar, aplicar e avaliar conjuntamente a sua actuação educativa, de modo que se garanta a eficácia, tanto da educação familiar como da educação escolar.

Hoje em dia, o grande desafio é como implicar as famílias no projecto educativo-evangelizador de uma escola cristã. Contudo, precisamos de ir criando um espaço de encontro e colaboração. As questões são: *como encontrar-se, onde e para quê?*

A relação e colaboração entre a escola e a família manifesta-se numa acção partilhada que dá atenção, além dos aspectos académicos, disciplinares e de orientação, aos educativos e pastorais.

Para isso, cada escola deveria prioritariamente desenvolver diversos âmbitos e acções:

- a) Direcção de turma e relação com os professores
 - Famílias delegadas de turma
 - Relação entre Director de turma e pais/mães
 - Relação com os professores
 - Processos educativos escolares
- b) Departamento de Psicologia e Orientação
 - Conferências e visitas de orientação
 - Consultas e entrevistas
- c) Actividades extracurriculares e tempo livre
 - Biblioteca
 - Desportos
 - Excursões, viagens e saídas culturais
- d) Departamento de pastoral
 - Campanhas
 - Celebrações da família
 - Conselho pastoral
- d) Projectos de lazer
- f) Associação de Pais/Mães
 - Comissões
 - Grupos de acolhimento e integração
- g) Conselho Escolar
- h) Escola de Pais/Mães e Educadores/as
 - Projectos
 - Conferências e jornadas
- i) Igreja local e Unidade Pastoral (UP)
 - Grupos de fé
- j) Projectos Solidários
- k) Educação Permanente de Adultos.

Esta aposta de acção partilhada entre a família e a escola é um marco geral a partir do qual cada centro escolar, segundo a sua missão, visão e peculiaridades, deveria ir elaborando a longo prazo o seu projecto de colaboração entre a família e a escola.

Trata-se de integrar, num desenho compacto e conjunto, toda a dimensão participativa de inter-colaboração, de formação e de atenção pastoral às famílias que a comunidade educativa se propõe na linha da proposta das instituições titulares. Esta aposta deve partir da experiência de cada escola, das acções que estão a desenvolver e das suas possibilidades. Mesmo assim, temos que contar com a participação activa da Associação de Pais/Mães, comissões e outros recursos humanos que convenham.

7. O acompanhamento pastoral: ambiental, de grupo e pessoal

Em sétimo e último lugar, ainda que não por isso menos importante, apresento uma aposta decidida pelo acompanhamento pastoral. Nestes últimos anos, não restam dúvidas de que se estão a realizar importantes esforços formativos para que a escola católica não seja uma escola na qual se faz pastoral (pastoral na escola) ou na qual se vê a pastoral como um apêndice, um complemento ou um *plus*, mas sim para que seja uma *escola em pastoral*, isto é, para que a mesma escola seja a pastoral.

Logicamente, acreditar e criar uma *escola em pastoral* implica, não só uma mudança no vocabulário, não só uma cara lavada que nos mantenha a flutuar, não só um novo esquema para, afinal de contas, adaptar o que tínhamos e continuar a andar, sim, no fundo, mas transformar significativamente aquilo que nos exige uma verdadeira mudança.

Implica acreditar e criar uma escola comprometida na elaboração de propostas de sentido, próximas e vividas, implica uma responsabilidade partilhada e um acompanhamento de processos de procura e daquilo que semeamos com tanto entusiasmo e paixão, daquilo que somos e acreditamos.

Ao olhar a realidade eclesial actual, descobrimos nela muitos homens e mulheres que necessitam de ser acompanhados pastoralmente em muitos momentos chave da sua vida e nem sempre o conseguem.¹⁰

¹⁰ “Enquanto nós analisamos as causas da deterioração social e da crise eclesial; enquanto discutimos sobre a posição que temos que tomar enquanto Igreja numa sociedade secularizada; enquanto nos desqualificamos uns aos outros e condenamos facilmente tudo o que nos irrita, há entre nós muitas, muitíssimas “*ovelhas sem pastor*”. Gente só, a quem ninguém tem tempo de escutar. Esposas e esposos que sofrem impotentes e

E se dermos uma olhadela às nossas escolas, realmente acompanhamos algum tipo de processo humano e crente dos nossos alunos e alunas? Há educadores preparados para acompanhar sem incomodar? Há espaços, tempos, modos concretos de acompanhar no crescimento espiritual dos nossos alunos? Estamos conscientes da importância que pode e deve ter o acompanhamento pastoral dos nossos alunos? Poderíamos apresentar um infundável número de perguntas a este respeito, ainda que o mais importante é que tomemos consciência da necessidade e dos benefícios que o acompanhamento pastoral sério, sistemático e profundamente evangélico, pode acarretar ao nosso âmbito educativo.

Neste contexto tão rico e tão variado, que é o mundo educativo no qual trabalhamos, o acompanhamento da vida crente dos nossos alunos e alunas no âmbito escolar constitui uma prática pastoral que necessita um reforço notável.

Estamos obrigados a acompanhar aquilo que apresentamos, propomos e promovemos. Alguém pode imaginar uns pais que, depois de nove meses de preparação para o parto, de preparar-se para esse acompanhamento tão importante, de sonhar com o seu filho e de ter tudo a postos, no dia do seu nascimento abandonam o seu bebé no hospital, felizes com o trabalho realizado até então? Em condições normais é impensável que uns pais abandonem um filho recém-nascido. Pois bem: espiritual e pastoralmente falando, todo o novo cristão tem uma série de necessidades que não podemos descuidar, sob pena de o abandonar a si mesmo, o que, por outro lado tantos esforços e cuidados comportam.

O acompanhamento pastoral é necessário e é um trabalho que muito poucos cristãos maduros realizam, conformando-nos com semear e demasiado preocupados com o fruto final da sementeira, e não tanto pelo processo pelo qual a semente deixa de o ser para se converter no fruto que deve ser. Gostaríamos de encontrar no evangelho a parábola do que colhe, mas por mais que a busquemos, não a vamos encontrar. Jesus só contou aos seus amigos a parábola do semeador... por algum motivo será.

A solução não está, como é lógico, em fechar os olhos a esta realidade tão frequente em muitas das nossas escolas, mas em analisá-la, tomar consciência da sua importância e actuar em consequência. Por isso afirmo

sem ajuda alguma o fracasso do seu amor. Jovens que abortam pressionadas pelo medo e a insegurança, sem o apoio e a compreensão de ninguém. Pessoas que sofrem secretamente a sua incapacidade para sair duma vida indigna. Afastados que desejam reavivar a sua fé e não sabem a quem recorrer. Quem os acompanhará?" (JOSÉ ANTONIO PAGOLA, *Ovejas sin pastor*, en *Eclesialia*, 19 de julio de 2006).

que o *acompanhamento dos nossos alunos e alunas constitui uma prática pastoral necessitada de um reforço notável.*

Dolores Aleixandre afirma que “acompanhar é assistir ao longo processo de gestação da vida nova que o Espírito está a criar no outro e estar junto a ele, atento aos sinais do seu processo, sem querer precipitá-lo nem controlá-lo, consciente de que é inútil substituir um trabalho que só pode fazer o outro, mas estando aí para animar, sustentar, puxar, com cuidado e a tempo, de uma vida frágil que aponta e que luta por sair para a luz”.¹¹

Em princípio, o termo “acompanhamento” (especialmente *acompanhamento espiritual*) fala de uma **relação** estabelecida **livremente** entre acompanhado e acompanhante, em ordem ao **crescimento pessoal-espiritual** do acompanhado. A palavra “acompanhamento” refere-se à experiência de “companhia”, de “estar perto de alguém” percorrendo um caminho.¹²

A experiência diz-nos que, na relação com adolescentes e jovens, não é fácil encontrar situações onde se possa falar de acompanhamento espiritual em sentido restrito e, menos ainda, no âmbito da escola. Solicitar um acompanhamento requer uma consciência e conhecimento do próprio momento espiritual e da necessidade de crescimento que supõe uma certa experiência reflectida. Este conhecimento, necessidade e experiência não se dá na maioria dos alunos adolescentes e jovens que temos nas aulas de Ensino Secundário das nossas escolas.

No entanto, sabemos por experiência que “acompanhamos” adolescentes e jovens, que queremos e podemos ajudá-los a descobrir Jesus e a crescer na fé e, inclusivamente, que eles sabem que os acompanhamos ainda que não conheçam o termo teoricamente.

Antes de chegar a ter diante de nós um adolescente ou um jovem que já está interessado num acompanhamento sistemático, em ordem ao crescimento na fé e vocação, realizamos uma ampla tarefa de encontro e relação com

¹¹ DOLORES ALEIXANDRE, *Imágenes bíblicas para el acompañamiento*, en *Revista de Teología Pastoral* nº 1004, Santander, *Sal Terrae* (1997), pág. 655.

¹² Segundo o Dicionário da língua espanhola e o Dicionário María Moliner, de uso do espanhol, “acompanhar” é uma das diferentes palavras derivadas do latim vulgar “*companio, -onis*” e “companhia”, os quais procedem de “*panis, -nis*”, pão, com o significado de comer o pão juntos. De igual modo, a raiz da palavra companheiro vem de *cum e onis*, que se pode traduzir por “partilhar o pão” (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, *Diccionario de la Lengua Española*, pág 521; MARÍA MOLINER, *Diccionario, de uso del Español* (Tomo I), Madrid, Gredos, pág. 40).

os adolescentes; mesmo assim, temos a tarefa de que esse encontro e relação sejam fundamentalmente educativas.

Não nos podemos conformar com esperar por uma situação na qual tenhamos diante de nós adolescentes ou jovens interessados num acompanhamento pessoal, espiritual. Há que sair ao seu encontro, teremos que nos pôr no seu caminho e chamar a sua atenção, para que nos encontrem.¹³

Quando falamos de “acompanhamento” referimo-nos a todo o processo de relação educativa que estabelecemos com os alunos com uma intencionalidade evangelizadora. Acompanhar os nossos alunos é um ministério, um serviço, é comprometer-se a ajudá-los no crescimento pessoal e da fé. Acompanhar é sugerir, insinuar, apoiar, estimular, animar exortar e orientar... para que percorram um caminho de modo personalizado e ao seu próprio ritmo. Sugerir possibilidades, insinuar caminhos, apoiar opções, estimular crescimentos, animar a experiência de fé, exortar à escuta da Palavra e orientar desde o sussurro do Espírito, no marco da acção educativa e de tudo aquilo que ele significa e acarreta.

Acompanhar os alunos significa fazer caminho com eles, no encontro pessoal, no itinerário que cada qual vai percorrendo sem perder de vista o horizonte que juntos queremos alcançar. Acompanhar é ajudar os alunos a serem autênticos discípulos de Jesus que, identificados com o seu Mestre, façam seu o projecto do Reino.¹⁴

Este acompanhamento dos alunos no processo de crescimento humano e de fé, deve realizar-se através da atenção personalizada e o acompanhamento de grupo no marco de uma comunidade testemunho, em que também é necessário um acompanhamento ambiental.

De facto, o acompanhamento pastoral é também um processo de relação que apresenta uma série de características comuns: tem uma finalidade evangelizadora, um carácter educativo, é processual e comunitário.

A *finalidade* de todo o acompanhamento pastoral é facilitar o encontro do acompanhado com Jesus, o seu crescimento como pessoa nos valores do evangelho, a sua vinculação ao Reino e a descoberta do seu próprio caminho concreto de seguimento.

¹³ Adsis, *El acompañamiento pastoral a jóvenes*, en Colección Pastoral con jóvenes 1, Madrid, Comisión General Adsis, pág. 6.

¹⁴ Cfr. JOSÉ MIGUEL NÚÑEZ, “¿De qué habláis por el camino?”. *Acompañar a los jóvenes en la vida diaria*, en *Misión Joven* nº 320 (2003), pp. 26-27.

Podemos formular o objectivo fundamental do acompanhamento como *uma intervenção educativa a fim de que o acompanhado consiga a sua identidade pessoal como cristão numa comunidade testemunho*.¹⁵

Unidos e derivados deste objectivo fundamental estão os seguintes: a busca da identidade pessoal como cristãos, a aceitação de si mesmo, o desenvolvimento integral da pessoa, o estar apaixonado pela vida, o crescer na fé para ter vida e vivência personalizada do evangelho de Jesus.

Para responder a estes objectivos, há uma série de campos e aspectos vitais que é necessário acompanhar, que denominaremos *conteúdos do acompanhamento*. Trata-se de aspectos vitais onde se vai realizando o processo de amadurecimento e que é preciso ter em conta. Entre eles estão o conhecimento de si mesmos, a maturação afectivo-sexual, a vivência da família, o uso do tempo livre, o uso dos bens materiais, as experiências solidárias, as relações interpessoais, as crises, os conflitos e os fracassos.

O acompanhamento pastoral descobre-se como um serviço não isento de complicações, que requer experiência daquele que acompanha, de tempos e lugares adequados, de uma preparação e disposição, tanto do que acompanha, como do que é acompanhado, como da escola que quer que a sua acção pastoral impregne todos os recantos da sua presença e da sua acção.

E, sendo realistas e sinceros, os primeiros desorientados somos nós, os evangelizadores. Quanta presença acompanhante nos faz falta! Quanto trabalho de equipa, quanta tarefa partilhada ainda por iniciar! Não são poucas as comunidades educativas onde é palpável o muito trabalho que se leva a cabo e, no entanto, “falta algo”. Falta continuidade, falta projecto, falta consistência, falta revisão, falta discernimento... fazem-se muitas coisas e muito bem, mas não sabemos como acompanhá-las. E tudo o que não é acompanhado, salvo raras excepções, termina diluindo-se. Os primeiros que deveríamos examinar face ao acompanhamento somos nós, os que estamos à frente da pastoral. Alguém nos acompanha a nós? Deixamo-nos acompanhar? Vemo-lo como necessário ou podemos passar sem ele? Estamos dispostos a investir na nossa própria experiência cristã, para nos deixarmos acompanhar, e na nossa formação, para podermos acompanhar pastoralmente os nossos alunos?

Estas, e muitas outras interrogações, devem ser enfrentadas antes de acompanharmos os outros. Ainda que às vezes não seja fácil, porque em

¹⁵ JOSÉ RAMÓN URBIETA, *Acompañamiento de los jóvenes*, pág. 37.

pastoral também aprendemos a dissimular muito bem, costuma intuir-se de longe as pessoas que se fiam do Espírito e estão acompanhadas por Ele, por outras pessoas e pela comunidade.

As notas seguintes sobre os diferentes níveis ou modos de acompanhar na escola querem ser um estímulo para que continuemos a trabalhar em pastoral de modo sempre novo e significativo, apostando pelos alunos e pela sua experiência de Deus, apalpando novas estratégias, guiados pelo Espírito do Senhor e apaixonados pela missão que nos foi confiada. Não podemos deixar passar o presente com os seus desafios, com os alunos e alunas actuais nesta escola chamada a ser plataforma privilegiada de evangelização, de anúncio e experiência da boa notícia.

Como afirma Manuel de Castro, “a pergunta sobre se vale a pena, ou não, a presença da Igreja na escola, na actualidade, tem uma resposta contundente: hoje, nas actuais circunstâncias, mais do que nunca, vale a pena estar na escola. Estar na escola de uma maneira nova, que surge do esforço por nos mantermos fiéis tanto ao projecto evangélico que oferecemos, como à mesma sociedade”¹⁶, às famílias, aos pais e mães dos nossos alunos, aos professores e professoras, aos alunos e alunas que queremos educar.

Tendo presente esta convicção, segundo a qual devemos permanecer na escola só na medida em que levemos para a frente a missão de educar os nossos alunos e alunas para que cheguem a realizar-se como seres humanos, para que encontrem o seu sentido da vida numa visão humanista-cristã da pessoa e em referência permanente ao evangelho, assinalo três modos de acompanhar na escola: ambiental ou massivo, de grupo ou comunitário, e pessoal ou individual. Cada um é importante e contribui para o desenvolvimento dos outros dois.

– Acompanhamento ambiental (massivo)

Todos nós nos formamos nos “ambientes” nos quais nos movemos: espaços amplos de pertença e participação dos quais vamos assumindo valores, atitudes, hábitos e capacidades.

As pessoas e os grupos participam sempre de movimentos, ambientes e lugares de encontro, que sustém, retro-alimentam e dinamizam as nossas motivações e adesões.

A escola é um destes espaços e nela se gera um ambiente determinado. Esse ambiente comunica valores por “respiração”, por osmose, por contágio,

¹⁶ MANUEL DE CASTRO, *La escuela católica, una presencia de Iglesia imprescindible*, en *Misión Joven* nº 356 (2006), pág. 11.

cria normas, orienta toda a comunidade educativa: alunos, professores e pais. Grupos e pessoas.

Todos tivemos a experiência de entrar num lugar e sentirmos uma grata ou ingrata primeira impressão. Nas nossas escolas, cada dia cuidamos mais dos detalhes, a estética e, graças a Deus, também o acolhimento. É importante que o ambiente que se respira, que se vê, que se palpa quando alguém entra num colégio, seja agradável e acolhedor. Se alguém entra num colégio e a primeira coisa com que se depara são imagens de santos perfeitos e imaculados, publicidade de retiros espirituais e de adorações ao Santíssimo, um ambiente tenebroso ou demasiado luminoso mas frio, um religioso, uma religiosa ou um director inalterável, hierático, mais do que uma pessoa parece parte da decoração. A nossa impressão é muito diferente da que temos quando entramos num colégio e se sente que há vida: um director que fala com os pais, joga com as crianças e atende às suas outras obrigações; a publicidade das celebrações e das actividades pastorais são chamativas, actuais, provocadoras; a estética (a luz, as plantas, os sofás, etc.) convida a ficar e sentimo-nos acolhidos.

Isto é um exemplo, se quereis, exagerado, de diferentes ambientes que podemos encontrar numa das nossas escolas. Se estamos de acordo em que a escola está em pastoral, tudo o que nela apresentamos e como apresentamos dá forma ao ambiente pastoral do centro escolar.

Não queria que parecesse que se o colégio está na última moda no que se refere ao desenho, que a sua tarefa evangelizadora funcionará melhor. Não é essa a ideia. O que quero transmitir é que tudo é importante e que o ambiental é-o de maneira significativa. Tudo o que dá forma ao ambiente do centro escolar deve beneficiar da nossa atenção e de uma contínua adaptação e criatividade. Acompanhar também é uma tarefa ambiental que, sem ser suficiente, é um primeiro passo “que possibilitará o caminho até ao encontro e ao acompanhamento personalizados”¹⁷.

Uma escola que cuida estes aspectos, acompanha ambientalmente os seus professores, aos seus alunos e alunas e às famílias. Em muitas ocasiões, o acompanhamento pastoral só é possível levá-lo a cabo nesta modalidade ambiental. Por isso é tão decisivo investir nele. Não só educamos e evangelizamos com a palavra; também o fazemos com os nossos gestos, com o nosso testemunho, com o nosso tratamento das coisas, com a nossa disponibilidade, etc...

¹⁷ JOSÉ MIGUEL NÚÑEZ, *¿De qué habláis por el camino? Acompañar a los jóvenes en la vida diaria*, en *Misión Joven* nº 320 (2003), pág. 31.

Jesus, acompanhou muita gente no ambiente da sua época e dos acontecimentos quotidianos. Através dos sermões às multidões, dos encontros com grupos de fariseus em presença de muita outra gente. Seguramente a motivação do seu acompanhamento foram as situações, as procuras de sentido, os problemas e os sentimentos da gente comum do povo. Basta recordar o Sermão da Montanha (Lc 6,19-47).



O “acompanhamento ambiental” consiste em gerar uma atmosfera ampla, maior que o grupo reduzido, de relações na comunidade educativa e entre alunos, que permita o caldo de cultura necessário (o calor humano e a projecção) para enraizar e consolidar uma identidade cristã no momento em quem se está a formar: valores, apostas e horizontes.

O certo é que se não oferecemos este ambiente propício aos valores que propomos, deixamos os nossos alunos unicamente à mercê dos outros ambientes nos quais se encontram imersos: meios de comunicação social,

família, outros grupos, outras referências educativas, a rua... Para isso, temos que desenvolver as destrezas necessárias para levar por diante este acompanhamento ambiental: animação cultural, comunicação em grandes grupos, etc.

Ocorrem alguns modos concretos deste acompanhamento ambiental ou ambiente acompanhante:

- **Acompanhar desde o estético.** Devemos acompanhar também pelo que entra pelos olhos: cartazes murais, lemas, decorações, publicidade das celebrações, dos cursos de formação; informação de acontecimentos pontuais, de campanhas, de momentos lúdicos. O modo como propomos e promovemos a pastoral é fundamental. É certo que o importante é o que se propõe, mas também que o façamos do modo mais atractivo possível.
- **Acompanhar na e desde a celebração.** São muitos os momentos celebrativos que temos com os alunos na escola: início de ano, tempos fortes, festa do colégio, celebrações pontuais, eucaristias, orações da manhã, jornadas de convívio, etc. A partir daí devemos acompanhá-los. Acompanhar a expressão celebrativa da fé é fundamental se queremos que os alunos aprendam a expressar de maneira comunitária, criativa e espontânea, o que crêem e experimentam.
- **Acompanhar desde os sacramentos.** O acompanhamento nos sacramentos ajudará a que estes sejam expressão verdadeira e profunda da experiência pessoal e comunitária da fé e não trâmites ou serviços que a escola oferece para que os alunos saiam dela “com tudo feito”. Para levar por diante este acompanhamento será imprescindível o trabalho com as famílias. O centro escolar deve promover que se envolvam totalmente na pastoral e, concretamente, em tudo o que se refere aos sacramentos que os seus filhos e filhas recebem neste âmbito. Desresponsabilizar as famílias de tais acções e compromissos leva-nos a becos sem saída, gera nos evangelizadores uma grande frustração e converte o sacramental numa actividade extra-escolar que “como não faz mal a ninguém” está bem que os alunos a frequentem. Devemos pedir e educar as famílias a serem sujeitos activos na tarefa evangelizadora dos seus filhos. De contrário, tem algum valor e continuidade o que fazemos?

E também é importante o trabalho com a comunidade cristã na qual está inserida a escola. Hoje carece de sentido que o centro escolar

administre sacramentos e trabalhe em pastoral, à margem da vida e do projecto evangelizador da comunidade cristã onde se encontra. Carece de sentido, repito, se ditas celebrações não se moldam dentro da dinâmica da vida comunitária. A escola está chamada a ser uma comunidade cristã não autónoma, não independente da comunidade cristã na qual se encontra. Acompanhar pastoralmente é também ajudar as famílias a descobrir e compreender o significado comunitário que têm, de modo particular, os sacramentos da eucaristia, da reconciliação e da confirmação.

- **Acompanhar desde os momentos lúdicos pontuais.** Na escola há (ou deveria haver) momentos lúdicos nos quais a opção de fundo do centro deve estar presente. O departamento de pastoral do centro deve acompanhar os momentos festivos, de modo que os alunos percebam que a vida e a festa vão unidas, e que a fé e as opções que dela nascem não devem ser postas a um canto ou escondidas quando se festeja algum acontecimento.
- **Acompanhar desde as opções/acções do centro.** Nos nossos colégios realizam-se diversas campanhas ao longo do ano. São opções que geralmente se traduzem em acções nas quais envolvemos os alunos e as famílias.

Também se levam a cabo iniciativas com pequenos grupos, geralmente em horário extra-escolar. Constituem o voluntariado. Se o lugar do acompanhamento é a vida quotidiana, e a acção voluntária é compreendida num marco de projecto vital solidário de motivação evangélica, e não tanto como um número de horas que alguém dá ou oferece, o acompanhamento pastoral neste campo deverá realizar-se fundamentalmente na acção: na iniciação, a incorporação e a consolidação. Se acompanhamos essas opções e acções, promoveremos o discernimento e a personalização da fé em opções concretas.

Ao falar deste acompanhamento na acção, Luis Aranguren, afirma que “o acompanhamento é uma forma de amar, e este acontecimento nasce no acto criador de ser amados, acolhidos e queridos pela força da ternura (...) não se sente o gosto como estratégia complementar de captação e incorporação de mais braços para trabalhar, mas sim como um impulso educativo que tem como fim ajudar cada pessoa voluntária na necessidade de incorporar essa acção que realiza no

seu projecto vital e de modo indirecto ajudar a melhorar a qualidade e o calor humano da mesma acção entre os mais desfavorecidos”¹⁸.

- **Acompanhar desde o carácter próprio (carisma).** Especial importância tem acompanhar desde o carisma próprio da instituição quando esta depende, por exemplo, de uma ordem ou congregação religiosa. É necessário que o ambiente do centro transmita esse carisma e possibilite que os alunos conheçam o que tem de particular e específico. Acompanhar a partir do carácter próprio é contribuir para que os alunos conheçam a diversidade de carismas que há na igreja e tenham a possibilidade de os fazer próprios.

Na escola, devemos planificar a tarefa do acompanhamento ambiental e de grupo, nas diferentes instâncias que lhe dão forma. Todas elas podem facilitar o acesso a um acompanhamento pessoal se se visse que é oportuno oferecê-lo aos adolescentes que o peçam ou que nós vejamos que se lhes pode propor, tendo em conta todos os elementos que fomos comentando ao longo destas páginas (momento evolutivo, maturidade, interiorização, discernimento, personalização, experiência de fé, condicionantes externos, etc.). Assim, no âmbito escolar podemos acompanhar desde:

- **A direcção de turma**, como espaço privilegiado de relação e conhecimento dos alunos tanto em grupo como pessoalmente.
- **O Departamento de pastoral**, há-se ser uma plataforma que facilite a aproximação, a consulta, o acolhimento, o diálogo pastoral e o compromisso (envolver-se) por, para e com os alunos.
- **O Departamento de EMRC**, ainda que a sua finalidade seja a de coordenar o trabalho de todos os docentes que leccionam a disciplina de educação religiosa (do facto religioso) no centro, deve apostar, precisamente nos conteúdos curriculares que se ensinam na aulas de religião, por apresentar a figura de Jesus como modelo de pessoa, a novidade da boa notícia como mensagem libertadora, a Igreja de Jesus como experiência comunitária da fé.
- **O grupo de docentes**, atendendo à diversidade, buscando os melhores modos de harmonizar a formação e a experiência religiosa, com o ensino de conteúdos e a aquisição de conhecimentos. Os docentes acompanham quando se trabalha e se aposta pelos alunos

¹⁸ LUIS A. ARANGUREN GONZALO, *Cartografía del voluntariado*, Madrid, PPC, 2000, pp. 190-191.

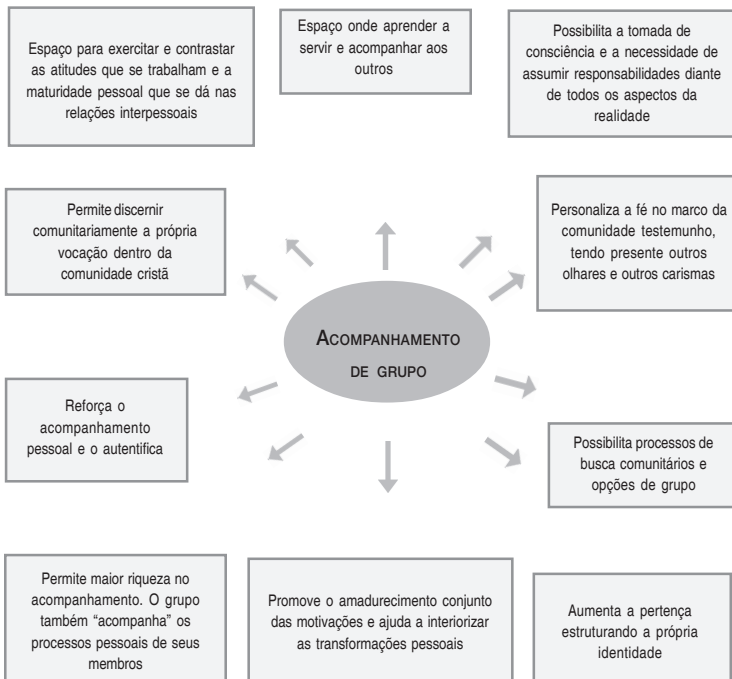
nos critérios evangélicos: os últimos, os mais necessitados os doentes, os difíceis, os que ninguém quer no seu centro, os que chegam fora de tempo...

- **A Direcção do centro escolar**, convidando, acolhendo, coordenando sempre todas as acções e iniciativas a partir dos critérios que assinalámos, ao longo destas páginas, como imprescindíveis para o acompanhamento.
 - **A comunidade religiosa titular do centro**, naqueles colégios nos quais a dita comunidade está presente. A comunidade religiosa é a primeira responsável do acompanhamento pastoral à e na comunidade educativa. As comunidades religiosas acompanham pela coerência da sua vida, pelo acolhimento aos alunos e suas famílias, pela presença e palavra. Também pela proposta vocacional. Em definitivo, pelo “estilo” das suas casas.
- **Acompanhamento de grupo (comunitário)**. Como sabemos, os valores e atitudes educam-se nas relações. Jesus praticou com os seus discípulos, sobretudo depois do que se denominou a “crise galileia”, um importante acompanhamento de grupo no qual partilhou com eles os valores e atitudes do reino a partir duma estreita relação.
- Mudou de procedimentos pastorais e dedicou-se preferentemente à formação dos seus doze apóstolos, partilhando toda a vida: êxitos, fracassos, certezas, dúvidas, sentimentos, ideais, comida e caminho. Explica-lhes mais os acontecimentos, faz-lhes perguntas, propõe-lhes parábolas e, sobretudo, retoma o seu exemplo para que eles aprendam. Jesus acompanha os seus na acção, pelo caminho num estreito contacto com a problemática da vida corrente, a de todos os dias.
- Não só o que guia o grupo acompanha, mas também os alunos que o formam também se acompanham uns aos outros. A proximidade permite que funcionem como modelos uns dos outros, que podem aproximar melhor as suas experiências e habilidades e partilhar os caminhos e descobertas que vão fazendo. A experiência de grupo facilita o reforço e o ânimo, assim como a exigência mútua.
- No grupo suscitam-se experiências de conflito, necessidade de tomada de decisões, dependência – autonomia, etc., que permitem, se as acompanhamos adequadamente, crescer no conhecimento pessoal, no realismo nas relações, nas habilidades de comunicação e expressão e abrem a novas perguntas e inquietações.

É também um espaço onde aprender a servir e acompanhar os outros sem tomar posse deles, a questionar os próprios interesses e relativizar o próprio eu em função do nós e dos outros, onde aprender a amar e a servir no concreto.

Os grupos são mais que as pessoas que os formam: dão-se dinâmicas de relações, lideranças, alianças, simpatias e antipatias, jogo de papéis... há momentos distintos e etapas na vida de um grupo que é necessário compreender para saber intervir de forma adequada em cada momento.

Muitos dos temas que se suscitam no acompanhamento do grupo será necessário trabalhá-los posteriormente no acompanhamento pessoal, num âmbito de maior intimidade e confiança. De igual forma, o acompanhamento pessoal terá de remeter em muitas ocasiões para o grupo, propondo tarefas, atitudes e aspectos a cuidar na dinâmica e participação no grupo.



- **Acompanhamento pessoal (individual).** Este último tipo de acompanhamento é um instrumento muito eficaz, muito valorizado na Igreja e do qual na actualidade, se tira pouco proveito na nossa escola. Deve ser promovido para que o resto dos acompanhamentos encontrem apoio sem esquecer que o importante não é realizar uma nova estratégia pastoral, nem procurar a perfeição da pessoa, mas sim que o aluno tenha a oportunidade de contrastar e amadurecer o seu seguimento de Jesus Cristo com alguém que também está caminhando e que já percorreu uma parte desse caminho. Este terceiro tipo de acompanhamento é, talvez o que mais *especialização* requer por parte dos acompanhantes.

Se realizamos uma leitura sistemática e sintética de quais foram as atitudes de Jesus nos seus diferentes encontros pessoais, poderíamos resgatar para os acompanhantes que queiram exercer este serviço pastoral, as seguintes:

1. Acompanhar significa respeitar a liberdade do outro. Como acompanhantes devemos sugerir, estimular, impulsionar, mas nunca impor. Bom exemplo disso são os encontros de Jesus com o jovem rico (“se queres ser perfeito...”) e com a samaritana (“se conhecesses o dom de Deus e quem é aquele que te pede de beber...”).
2. Acompanhar é descobrir e viver uma dupla fidelidade: fidelidade a Deus (“amarás a teu Deus...”) e fidelidade aos outros (“amarás o teu próximo...”), vivida em estreita relação e equilíbrio, simultaneamente.
3. Acompanhar é um processo lento e complexo, que se faz no tempo, que respeita os ritmos próprios da pessoa acompanhada, como no encontro de Jesus com Nicodemos (“há que nascer do alto...”).
4. Acompanhar é praticar a pedagogia de Deus, a pedagogia da paciência, da sementeira com esperança, da espera confiante (“saíu o semeador a semear...”).
5. Acompanhar é fazer Igreja, sentir-se comunidade, viver o mistério do encontro entre Deus e nós. É descobrir a comunidade como o Corpo e o lugar do qual recebemos a fé, a amadurecemos, a celebramos e a partilhamos (“se permanecéis unidos em mim e as minhas palavras permanecem em vós...”).

6. Acompanhar só é possível no meio da vida, da quotidianidade. É partilhar com o outro a grande notícia e a experiência de que Deus nos ama. Acompanhar é aproximarmo-nos do mistério do outro, à sua vida, para que Deus se aloje na sua história e permaneça no mais profundo da sua pessoa (“desce depressa, porque hoje tenho que alojar-me na tua casa”).
7. Acompanhar exige do acompanhante uma rica e fundamentada experiência interior, expressa, entre outros modos, na prática da oração pessoal (“Jesus retirou-se ao monte para orar...”) e comunitária (“Orai assim”).
8. Acompanhar há-de desembocar em que o acompanhado reconheça a Cristo na fracção do pão e na escuta da Palavra, como centro da vida de fé (“então abriram-se-lhes os olhos e reconheceram-nO”). Além disso, a adesão pessoal deve manifestar-se no compromisso pela construção do Reino (“puseram-se a caminho e regressaram a Jerusalém”).
9. Acompanhar supõe facilitar ao acompanhado a reconciliação consigo mesmo, com os outros e com Deus. Assim, o reconhecimento da própria história e a reconciliação, convertem-se em eixos da própria vida. Acompanhar é facilitar ao acompanhado o acesso e a gestão da própria verdade, confiados em que Deus sai sempre ao nosso encontro, nos acolhe e perdoa (“profundamente comovido, saíu correndo ao seu encontro, o abraçou e o cobriu de beijos”).
10. Acompanhar significa fazer caminho com o outro, peregrinar junto a ele e no acontecer dos dias, proclamar que só crescemos se nos fazemos crianças, que só seremos ditosos se nos descentramos, que só compreenderemos e experimentaremos a Deus se descobriremos e praticamos o amor incondicional, que só no serviço nos convertemos em palavra libertadora, em pão partido e no sacrifício verdadeiro (Ditosos...!).

Muitas destas acções realizamo-las com frequência na escola, em múltiplas ocasiões e oportunidades que temos para dialogar com os adolescentes: na direcção de turma, no recreio, num pedido para que os escutemos e quando nos contam algo que os preocupa, etc.

No entanto, é necessário dar ao acompanhamento pessoal uma identidade própria, uns lugares próprios e uma dinâmica particular, para que se estabeleça como uma prática pastoral normal e disponível para quem o deseje.

Em alguns ambientes, este acompanhamento denomina-se “diálogo pastoral”, que é o tipo de diálogo que se estabelece entre o agente de pastoral (acompanhante) e o adolescente, seja por iniciativa deste último que ocorre com alguma questão pessoal ou do primeiro, mas, de qualquer forma, livremente aceite por ambas as partes.

E tudo isto no marco de duas apostas fundamentais: que uma verdadeira pastoral não é a que se limita a perseguir mudanças concretas na conduta humana, deixando intacto o coração, mas sim aquela que aponta a uma evangelização que toca o centro da pessoa. E que numa pastoral de diálogo interpessoal a importância não está nos conselhos que se dão, nem sequer no intercâmbio de palavras, mas sim no facto de que este intercâmbio se produza no interior de uma relação humana que se tenha criado e que se vive a um alto nível de profundidade e qualidade.¹⁹

Há que recordar que o acompanhamento pessoal não é uma terapia psicológica, não é um simples encontro de amizade, não quer dizer fazer-se cargo da vida do acompanhado, não tem como objectivo agradar mas sim ajudar, não é uma dinâmica pastoral que oferece respostas para tudo, e não é não querer que o outro repita a nossa experiência.

O acompanhamento pessoal é a ajuda e orientação que uma pessoa de maior experiência proporciona a outra mais jovem ou menos experimentada na vida espiritual cristã.

Para levar por diante o acompanhamento pessoal é imprescindível que o educador-acompanhante possua, em primeiro lugar, uma formação suficiente para abordar o tipo de diálogo que prevemos.

Em segundo lugar, deve estar fortemente motivado e convencido da importância desta tarefa pastoral na Igreja e na escola: tarefa que não se pode conceber como um apêndice ou complemento menor do resto das actuações pastorais, mas com uma entidade própria e importância suficiente para poder dedicar-se a ela o tempo que seja necessário.

Em terceiro lugar, o acompanhante deve ser uma pessoa com uma disponibilidade efectiva, isto é, não basta estar bem preparado (*ser capaz*) e *querer* desempenhar este ministério, mas é preciso *poder* desempenhá-lo.

¹⁹ Cfr. MANUEL ORTA GOTOR, *Diálogo pastoral con adolescentes*, Madrid, PPC, 1988, pp. 63-64.

Em quarto lugar, o acompanhante deve ter a possibilidade de contactar quotidianamente com os alunos no âmbito do centro escolar e deve dispor de um lugar adequado que lhe permita acolher devidamente os adolescentes.

Por último, o acompanhante pessoal – não isento de outras funções e tarefas (professor, catequista, monitor, etc.) – deverá estar consciente da importância que tem assumir simultaneamente mais do que uma tarefa, salvaguardando a autonomia de todas elas e dando ao acompanhamento pessoal o lugar e a dedicação que este exige.



O acompanhamento pessoal é uma experiência humana de partilhar a busca de cada ser humano, uma experiência de encontro e apoio no nível mais profundo e mais difícil de partilhar, uma experiência entranhável de solidariedade humana, de acompanhar e ser acompanhado, (educar) de descobrir a profundidade do próprio coração e do coração do outro, uma resposta às necessidades de verdade e de honradez que habita, no coração de cada pessoa.

É cuidar de uma pessoa única com existência própria diante Deus e dos homens. É ajudar a pessoa a reconhecer-se e a desenvolver-se como imagem

de Deus. É uma experiência crente de encontro no qual o acompanhado se confronta com o que está a acontecer no hoje da sua vida, para que junto com o acompanhante possa reconhecer quem é, o que quer e onde se encontra no caminho que o leva à maturidade em Cristo e ao desenvolvimento da sua vocação pessoal.

É uma experiência da acção do Espírito, protagonista do processo de autenticidade, discernimento e serviço fraterno. *O acompanhamento é uma arte, um carisma, um processo pedagógico.*²⁰

V. Conclusão: olhando o horizonte que sempre se afasta e nos mantém em caminho

*“Caminhar rumo ao horizonte não é chegar,
Mas é progredir no caminho.
Já se encarregará o horizonte
de que nunca cheguemos a ele.”*

Joaquín María García de Dios

*“É tarde? É tarde, mas é a nossa hora.
É tarde, mas é todo o tempo que temos à mão
para construir o futuro.
É tarde, mas é madrugada
se insistimos um pouco”.*

Monsenhor Pedro Casaldáliga

O futuro é filho do presente. E mais, o futuro não existe até que não se converte no presente que nos toca viver. A escola cristã tem futuro porque tem um presente vivo e comprometido. Não há outro modo de enfrentar o futuro a não ser respondendo com frontalidade às exigências que o presente nos propõe e apostando nos aspectos sublinhados anteriormente.

Se realmente o nosso mundo está órfão de grandes propostas de sentido, a escola católica possui um elemento diferenciador de grande fecundidade no grande projecto de humanidade que se iniciou com Jesus de Nazaré. Só se precisa da liberdade e da audácia para o encarnar em palavra educativa, real, concreta e próxima, que ressoe como boa notícia.

²⁰ Cfr. *El acompañamiento pastoral a jóvenes*, pp. 22-24.

Já sabemos que tudo isto é um acumular de âmbitos de compromisso e de perspectivas que nos ultrapassam. Não há que preocupar-se! Quando o Mestre começou a sua tarefa tinha menos equipa que nós, com menor preparação, sem demasiadas estruturas nem reformulações estratégicas...

O que se passa é que soube estar atento ao cego para lhe dar a vista, a Zaqueu para provocar a sua interrogação pessoal, ao ladrão para lhe dar garantias de futuro, à Samaritana para gerar interrogações entre os seus discípulos... etc, ainda que o considerassem louco, inclusivamente entre a sua própria família!

Os nossos fundadores e os criadores de não poucas escolas diocesanas foram, na maioria dos casos, pessoas incompreendidas, às vezes pelos seus, mas pessoas sonhadoras de futuro, capazes de ler as urgências do seu tempo com olhos de futuro e de esperança, capazes de ler com os olhos desse Deus "salvador" centro da nossa pastoral.

E nós olhamos ao século XXI que temos por diante. Mal seria se não fôssemos capazes de olhar o nosso futuro com o olhar dos nossos antepassados! Faltam ainda muitos anos até que termine o século XXI e talvez os nossos sucessores se deparem com algo semelhante quando se aproxime o século XXII.

Seguramente que, então, não terão diante de si os nossos documentos, mas sim terão diante deles as árvores frondosas, cheias de frutos que nós hoje nos atrevemos a plantar.

A autêntica pedagogia tem sempre o carácter de semeadora. O sujeito, a pessoa que educamos, é um ser livre chamado a percorrer o seu próprio caminho. O Educador não deve sentir-se constrangido pelos "resultados", mas sim obrigado a levar a cabo em e com o educando uma acção formativa que se articula harmoniosamente em três direcções fundamentais: o desenvolvimento da personalidade, a socialização da pessoa e o sentido da vida. Estas chaves, adaptadas a cada momento histórico, a cada situação e, sobretudo, a cada aluno desde a infância à juventude, marcam a tarefa do educador. Mediante essa tarefa, a escola católica apresenta-se e oferece-se como sinal e proposta para todos.

A escola em pastoral será significativamente positiva dentro da nossa sociedade na medida em que assuma apostas como as aqui enunciadas e contribua a humanizar, a despertar sensibilidade a partir de uma educação integral, a ensinar a pensar, a forjar pessoas autónomas capazes de dar um sentido às suas vidas e em coerência com a sua própria identidade; converter-se em novos areópagos onde se anuncia a vida e a realização da pessoa. Só então será uma escola em pastoral que se deixa evangelizar.

A semente é formidável, os semeadores, nem o digamos! A terra impossível de melhorar. A sementeira está a postos. E já sabemos que nem o que planta, nem o que rega, nem...

A nossa missão é assumir a apaixonante aventura da Escola Católica do século XXI.

Evangelizar é...

«...Olha, evangelizar a um homem é dizer-lhe:” Tu também és amado de Deus no Senhor Jesus”, e não só dizer-lho, mas também pensá-lo realmente. E não só pensá-lo, senão portar-se com este homem de tal maneira que sinta e descubra que há nele algo de salvo, algo maior e mais nobre do que ele pensava... E isso não o podemos fazer senão oferecendo-lhe a nossa amizade; uma amizade real, desinteressada, sem condescendência, feita de confiança e de estima profundas. É preciso ir até aos homens... é preciso, sobretudo, que ao ir até eles não lhes apareçamos como uma nova espécie de competidores. Devemos ser no meio deles testemunhos pacíficos do Deus Pai, homens sem avarezas e sem desprezos, capazes de tornar-se realmente seus amigos. É nossa amizade o que eles esperam, uma amizade que os faça sentir que são amados de Deus e salvos em Jesus Cristo. ».

Eloi Leclerc, Sabiduría de un pobre

UMA COMUNIDADE EDUCATIVA ACOMPANHA...

- Desde a **Entidade Titular**, a qual partilha um carisma determinado para enriquecer a vida e missão da Igreja no âmbito educativo-pastoral, no âmbito da evangelização.
- Desde a **comunidade religiosa** que a gere, anima e convoca, com o seu testemunho, trabalho, proximidade, acessibilidade, opções e compromissos evangélicos.
- Desde a **quotidianidade**, dia a dia. Não tanto pontual nem excepcionalmente, como diária e processualmente.
- Desde a **Equipa Directiva**, principal motor de uma escola que deseja acompanhar aos seus docentes, alunos e suas famílias no crescimento humano e de fé.

- Desde o **Projecto Educativo Pastoral**, no qual está a planificação, a programação, os momentos, as acções...
- Desde as suas **opções**: tempos concretos, processos, projectos, presenças, pessoal.
- Desde as suas **acções**: o que se faz, o que se celebra (celebrações, ritos, despertar religioso, o sacramental...).
- Desde os seus **compromissos** pela justiça, a solidariedade e a sustentabilidade.
- Desde a sua **aposta por promover itinerários** que tenham uma conexão e consecução na experiência e vida das comunidades cristãs de referência e na comunidade cristã na qual está circunscrita a escola.
- Desde a sua **vivência e aposta por uma espiritualidade da comunhão**: sabendo que um centro educativo partilha missão e tarefas com muitos outros centros educativos com os quais deve existir relação, cooperação e acções conjuntas.
- Desde a sua aposta pela educação integral na qual está presente, de modo inequívoco, **a educação da interioridade**: cultivo, educação, prática...
- Desde os seus **espaços e infra-estruturas**: Departamento de Pastoral, Departamento de EMRC...
- Desde a **aposta** decidida e permanente de trabalhar **pela VIDA e a ESPERANÇA de todos**, de modo particular, dos últimos, dos difíceis, dos "feridos".
- Desde a **convicção** de que o **projecto de Jesus** é a melhor **oferta de sentido** que podemos oferecer aos nossos professores, aos nossos alunos e às suas famílias, sem esquecer que somos só **convocados, enviados e semeadores**. Só se trabalharmos com esta convicção a nossa escola será sinal evangélico, presença do Reino.

Alguns elementos que podem ajudar-nos a elaborar algum plano de acção para os próximos anos

1. Uma escola católica aberta e comprometida com o meio envolvente
2. Uma escola que cuida e fortalece as suas relações eclesiais
3. Uma escola que se deixa evangelizar permanentemente
4. Uma escola comprometida com os mais pobres

5. Uma escola com novas respostas face às novas situações interculturais e inter-religiosas
6. Uma escola em formação permanente (contínua)
7. Uma escola com capacidade para a I+D+i
8. Uma escola que aceita a incerteza
9. Uma escola criativa
10. Uma escola a tempo inteiro
11. Uma escola que opta pela melhoria contínua
12. Uma escola que aprende a descobrir o Deus da vida
13. Uma escola que trabalha “em rede”.

Escolas cristãs e católicas no espaço público europeu (*)

MONS. PERO SUDAR (**)

Introdução

Gostaria de começar por expressar as minhas sinceras saudações a todo o auditório e a minha gratidão aos organizadores deste Congresso por me terem convidado a participar nele. Creio partilhar a convicção de todos os participantes ao afirmar que o tema da Escola Católica é actual e muito importante e, ao mesmo tempo, bastante complexo.

Foi-me pedido que propusesse algumas reflexões acerca dos trabalhos do Congresso. Estou muito feliz por fazê-lo, tendo consciência de que não sou perito na matéria e que faço uso da palavra perante peritos. Mantive o título tal qual foi sugerido pelos organizadores. Mas, pareceu-me evidente desde o início, que eu não poderia apresentar aos participantes do Congresso o conjunto de questões que dizem respeito a este tema. Antes de mais, não é de todo fácil definir o que entendemos por “espaço público europeu”, porque não estamos inteiramente certos das fronteiras geográficas da Europa. Depois, o tratamento da religião enquanto tal e o estatuto jurídico das Igrejas e das confissões religiosas são muito diferentes nos países da Europa Ocidental e Oriental, naqueles que consideramos democráticos e naqueles que saíram do comunismo. Além disso, o assunto não é tratado da mesma forma mesmo no interior da União Europeia. No entanto, existem certamente condições e problemas que podem ser considerados comuns e que é necessário ter em conta.

(*) Conferência apresentada no Congresso Europeu sobre a Escola Católica CCEE-CEEC, Roma, 30 de Novembro - 2 de Dezembro de 2008.

(**) Bispo Auxiliar de Sarajevo.

Vou, então, tentar identificá-los e daí retirar certas questões que poderão inspirar a discussão e o trabalho de grupo. Para tal, dividi a minha comunicação em quatro partes. Vou tentar identificar o clima social e cultural do espaço público europeu, respeitando o teor espiritual e a abordagem cristã que são, por excelência, o sinal das escolas católicas. O exemplo para a Europa das Escolas Católicas da Bósnia-Herzegovina pode ser considerado a prova de que hoje o espaço público europeu apresenta um desafio à Igreja e às suas escolas.

1. Os cristãos no espaço público europeu – entre a neutralidade radical e o apelo ao diálogo

Durante quarenta anos, a Igreja observou, no espaço público europeu, uma certa complexidade, por vezes pouco definida, e uma perplexidade a propósito dos valores sem os quais a Europa *deixaria de ser ela própria*¹. Nos seus documentos, a Igreja repete incessantemente que *a Europa de hoje (...) parece padecer de uma profunda ausência de valores*². O Magistério da Igreja mantém que *a situação actual do continente [europeu] é marcada por graves incertezas ao nível da cultura, da antropologia, da ética e da espiritualidade*.³ *É dito que por causa da perda de valores*⁴ na Europa, *perante o futuro, sentimos mais medo do que desejo*.⁵ A incerteza e o medo do futuro reflectem-se na vida quotidiana quer dos indivíduos quer de comunidades inteiras, dando lugar a questões às quais é difícil responder.

A própria Igreja não esconde o seu receio em relação à *ideia de que só a cultura radical nascida do Século das Luzes, que atingiu o seu apogeu na nossa época, pode constituir a identidade europeia. Junto a essa cultura, diversas culturas religiosas, com os seus respectivos direitos, podem coexistir com a condição de que (e na medida em que) respeitem os critérios da cultura do Século das Luzes e que se lhes submetam*.⁶

¹ *Ensinamentos de Paulo VI*, vol. I, p. 114.

² Congregação para a Educação Católica, *L'École Catholique*, nº 108, 19 de Março de 1977.

³ João Paulo II, Exortação Apostólica pós-sinodal, *Ecclesia in Europa*, nº 3, p. 6.

⁴ Z. Grochowski, Apresentação do documento *Eduquer ensemble dans l'école catholique*, 20 de Novembro de 2007.

⁵ João Paulo II, *Ibid.*, nº 8.

⁶ J. Ratzinger, *Christianity and the Crisis of Cultures*, São Francisco, Ignatius Press, 2007, p. 34.

É por causa da Europa que existe o futuro dos seus cidadãos, entre os quais também há cristãos, e não é só por causa da referência ao termo “cristão” na Convenção Europeia, que *as Igrejas estão preocupadas com o facto de a Europa ser um espaço aberto a Deus, porque se ela não está aberta ao transcendente, não tem futuro concreto.*⁷

Para além disso, um grupo de defensores do espaço público da Europa de hoje demonstra uma forte desconfiança, para não dizer hostilidade, para com a Igreja e as comunidades religiosas. Ainda que a intensidade desta desconfiança e a maneira de ela se manifestar variem consoante as diversas nações europeias, poderia parecer que ela estava a aumentar junto dos membros do Parlamento Europeu. Mais, as tendências não deixam de promover um certo dogmatismo laico caracterizado por uma subtil intolerância à religião e aos crentes. Ao designar a Igreja e as confissões religiosas como obstáculos ao progresso e a uma coexistência pacífica, essas tendências visam libertar o espaço público de qualquer conteúdo religioso e transformá-lo de acordo com uma escala humana onde *o homem já não aceita autoridade moral alguma afastando-se do seu próprio cálculo.*⁸ Como é que a Igreja e as confissões religiosas deveriam responder a esta evidente e forçada tensão no seio do espaço cultural e político? A resposta do Cardeal Re parece-me sábia e atraente quando diz: *Mesmo que hoje existam na Europa forças que tentem marginalizar os cristãos e os seus valores, não vale a pena desencorajá-los; o tempo é de comprometimento.*⁹

2. Algumas considerações acerca do estado e da missão ulterior da Escola Católica na Europa de hoje

A questão de base é saber se e como é que as tendências mencionadas mais acima tornam difícil, ou mesmo impossível, a situação dos cristãos, e em particular das escolas católicas, no espaço público europeu.

Referindo-me à Constituição Europeia (assinada a 29 de Outubro de 2004), posso afirmar que a Igreja não deveria ter de se preocupar muito com o seu próprio estatuto jurídico. De facto, ao mesmo tempo que faz referência

⁷ A Giordano, *Entrevista*, 25 de Março de 2007.

⁸ J. Ratzinger, *Christianity and the Crisis of Cultures*, São Francisco, Ignatius Press, 2007, p. 40.

⁹ G.B. Re, Fátima, 05 de Outubro de 2007, *Associazione Culturale, ON-LINE*.

à herança cultural, religiosa e humanista¹⁰, a Constituição protege a liberdade religiosa¹¹ e a liberdade dos ritos religiosos¹², assim como o direito dos pais de escolher a educação e a instrução dos seus filhos de acordo com as suas convicções religiosas, filosóficas e pedagógicas¹³. Fazendo seu o princípio do respeito do que foi estipulado pela lei eclesiástica de cada Estado-Membro a propósito do estatuto jurídico da Igreja, *a União manterá um diálogo aberto e regular com estas Igrejas e organizações*¹⁴.

Parece-me que este quadro jurídico deixa espaço suficiente para aí situar as escolas católicas enquanto instituições dedicadas e preparadas para servir a causa da Humanidade. De facto, *a tradição pedagógica católica confirma veementemente a centralidade da pessoa humana no percurso educativo (...) visando formar um mundo melhor*.¹⁵ Para servir o que é autêntico e verdadeiro, a causa humana coincide sempre e de forma absoluta com o serviço da causa de Cristo, porque *todos os valores humanos encontram em Cristo, o homem perfeito, a sua plenitude e a sua unidade*.¹⁶ Seria, então, essencial, levar a cabo uma análise séria e sólida acerca da condição real das escolas católicas na Europa. Claro que as estatísticas, por si só, não explicam tudo. No entanto, é preciso notar que enquanto o número de estudantes das escolas católicas no resto do mundo está a aumentar¹⁷, na Europa, assiste-se a uma quebra considerável¹⁸, de tal forma que, em certos países, algumas escolas católicas deverão fechar. Esta situação constitui um facto que não podemos nem ignorar nem subestimar. Há três anos, havia 7 514 365 alunos em 30 754 escolas católicas. Hoje, na Europa Ocidental, existem 7 317 843 alunos, dos quais quase metade (3 378 378) se encontra em França e em Espanha. As escolas católicas dos antigos países comunistas não têm senão 196 522 alunos. Onde devemos procurar as causas de uma possível falta de interesse pela Escola Católica? Certamente não diminuiu a necessidade que a Igreja tem

¹⁰ *Constituição Europeia*, Preâmbulo.

¹¹ *Ibid.*, Art. II-70º.

¹² *Ibid.*, Art. III-121º.

¹³ *Ibid.* Art. II-74º.

¹⁴ *Ibid.* Art. I-52º.

¹⁵ Z. Grochowski, *Ibid.*

¹⁶ Congregação para a Educação Católica, *L'École Catholique*, nº 35, 19 de Março de 1977.

¹⁷ Cf. *Ensinos de Paulo VI*, vol. II, p. 817 e *Relatório OIEC* 2001.

¹⁸ Cf. *Estatísticas escolares OIEC* 2000-2001 e CEEC 2005-2006.

de utilizar esta ferramenta muito boa para levar a bom porto a sua própria missão. Bem pelo contrário. É particularmente importante para as escolas católicas não se deixarem desencorajar pelas tentativas de marginalização dos valores espirituais. Uma vez que *elas são um meio privilegiado de promover a formação da pessoa no seu todo, uma vez que a escola é um centro onde se desenvolveu e transmitiu um conceito específico do mundo, do Homem e da História*¹⁹, a obrigação das Igrejas particulares de abrir escolas católicas²⁰ torna-se cada vez mais urgente. O facto de *o ensino também padecer de males que afligem as nossas sociedades – subjectivismo largamente expandido, relativismo moral e nihilismo*²¹ –, torna ainda mais actual o direito dos pais católicos a inscrever os seus filhos em escolas onde *uma educação católica é assegurada*.²²

Nesta fase, parece necessário colocar-se a questão: como podemos dar um novo fôlego e uma nova vitalidade ao sistema de ensino católico na Europa? Não devem estas escolas tornar-se um dos grandes órgãos eclesiais apropriados para a evangelização na Europa? É também esta uma contribuição válida que a Igreja de Cristo deve oferecer ao renascimento da consciência e da alma da Europa? O Papa João Paulo II na sua audaciosa visão da Europa, *com os olhos da fé, via sinais de esperança*²³ sob aparências desencorajadoras. É mais do que evidente que, sem a contribuição de pessoas de fé, o continente europeu é, hoje em dia, incapaz de encontrar as respostas adequadas a determinadas questões fundamentais. Convencido disto, o Papa João Paulo II convidou a Igreja da Europa a *deixar-se estimular por um melhor conhecimento das outras religiões, para poder instaurar um diálogo fraternal com as pessoas da Europa de hoje que a ele aderem*.²⁴

Reafirmo que uma das tarefas fundamentais das pessoas de fé é convidar o mundo laico a uma leitura mais autêntica da contribuição histórica das religiões para a herança europeia e persuadi-lo de que o “projecto Europa” é a tarefa comum de todos os europeus. Além disso, é preciso reconhecer e sublinhar que nem todo o mundo laico e nem todos os parlamentares

¹⁹ Congregação para a Educação Católica, *L'École Catholique*, nº 8, 19 de Março de 1977.

²⁰ Code Loi Canon, can. 808, § 2.

²¹ Z. Grocholewski, *Ibid.*

²² Code Loi Canon, can. 802.

²³ João Paulo II, Exortação Apostólica pós-sinodal, *Ecclesia in Europa*, nº 3, p.12.

²⁴ *Ibid.*, nº 57.

europeus são defensores do laicismo. Também há aqueles que sabem e reconhecem que *nós, europeus, somos os herdeiros de uma civilização profundamente enraizada numa série de valores religiosos e civis*,²⁵ e que *as Igrejas e algumas comunidades religiosas trouxeram uma contribuição específica à União Europeia*.²⁶

3. Desafios para a Escola Católica

Sem qualquer espécie de dúvida, a questão mais premente no mundo actual, e em particular na Europa, é a de saber se é possível fazer viver em paz pessoas de raças, de culturas e de religiões diferentes; e se sim, como. O facto de, na União Europeia, as novas minorias étnicas não serem reconhecidas apesar da imigração massiva prova que subsiste uma intolerância subtil, mas real, em relação às diferenças. Os pequenos mas significativos tremores de terra dos últimos decénios, no seio da União Europeia, assim como a indiferença em relação à destruição de concelhos multiétnicos na Bósnia-Herzegovina²⁷ ilustram a fragilidade do seu carácter multiétnico e multi-religioso.

A questão coloca-se, então, naturalmente: como é que a cidadania europeia deveria estar organizada e estruturada e sobre que valores deveria estar baseada para ser capaz de garantir as condições de uma coexistência pacífica e próspera? É possível supor – e sobre que pressupostos – um mundo no qual coexistam pacificamente uma identidade legítima religiosa e nacional, e a necessária identidade político-estatal? A natureza actual, para não dizer dramática, desta questão não pode apenas limitar-se a sociedades tradicionalmente compostas por diferentes povos e culturas ou a zonas fronteiriças; ela é cada vez mais importante para a totalidade do mundo habitado. Mesmo a missão da Igreja não pode evitar a tentativa de fornecer uma resposta válida. As acusações proferidas contra as religiões estão mais vivas do que nunca, particularmente contra as escolas católicas, que alguns dizem ser a origem do desacordo porque, ao seleccionar os seus alunos, encorajam as crianças a relacionarem-se unicamente com pessoas da mesma fé.

²⁵ R. Prodi, Discurso no Parlamento Europeu, 15 de Fevereiro de 2000.

²⁶ J.M. Barroso, Discurso na III Assembleia Ecuménica em Sibiu, 06 de Setembro de 2007.

²⁷ Cf. Ivo M. Tomic, *Bosna i Hercegovina u stanju hipokrizije modernoga svijeta* [A Bósnia-Herzegovina no contexto da hipocrisia do mundo moderno], in *Bosna i svijet*, p. 251.

Visto sob o ponto de vista da mensagem evangélica, o carácter multiétnico da Humanidade, com os diferentes povos vivendo lado a lado, não é um problema real; o mesmo é dizer que não deriva necessariamente da natureza humana ou do comportamento das pessoas comuns. De facto, o Homem é por natureza um ser social. O Homem provém do outro e procura o outro, porque não pode viver só.²⁸ É igualmente evidente que o Homem dos nossos dias precisa de ser ajudado e educado a tomar consciência desta verdade, para que seja capaz de viver relacionando-se com os outros, porque só assim poderá ser ele próprio e só assim poderá promover uma sociedade pacífica. O ponto de partida fundamental, mas também o ponto de chegada, neste compromisso educativo deveria ser o conhecimento e a experiência de que a alteridade e a diversidade não conduzem a uma confrontação que empobrece, mas, antes, a um encontro que enriquece. Esta lição deve ser dada numa linguagem razoável e convincente para todos, porque só então um futuro pacífico, que está no coração de Deus, passará a ser possível.

A cidadania só se pode tornar interétnica, intercultural e inter-religiosa se toda a Humanidade aprender a aceitar, a respeitar e a apreciar os valores e virtudes dos outros: o Homem como valor supremo e central, igualdade de dignidade, justiça e solidariedade. Logo, não se fala apenas de um direito à igualdade, mas também de um direito igual à diferença! Parece que, em matéria de multi-realidades, é precisamente este direito que confirma ou refuta a autenticidade ou a credibilidade de todos os outros direitos. A situação mundial actual demonstra que a famosa *governança global* é incapaz, pelo menos por si só, de criar um clima apropriado para uma multicitadania pacífica. É preciso um comprometimento forte e comum por parte do mundo do conhecimento, da cultura e das organizações não governamentais e, sobretudo, das religiões! A autenticidade e a credibilidade das próprias religiões exigem-no. Assim, o que é requerido é um comprometimento corajoso e preciso das escolas católicas que, dada a sua natureza, são convocadas a educar na cultura da comunicação e dos *intercâmbios fraternais com os outros povos para favorecer a genuína unidade e a paz no mundo*.²⁹

²⁸ Deus Eterno disse: "Não é conveniente que o homem esteja só; vou dar-lhe uma auxiliar semelhante a ele." (Gn 2,18).

²⁹ Concílio do Vaticano II, *Gravissimum Educationis*, nº 1.

As escolas católicas não são chamadas, em primeira instância, a pôr em prática este forte apelo do Concílio para dar a sua própria resposta ao desafio e contrariar, desta forma, a crescente ameaça de intolerância na Europa de hoje? Parece-me que isto é possível concedendo igualmente aos alunos não católicos a oportunidade de frequentar estas escolas. Estou certo de que valores como *a reconciliação, o amor ao próximo, o respeito pelas diferenças são intrínsecos ao ensinamento católico porque são intrínsecos à mensagem de Jesus*³⁰ e que são compatíveis com um sistema educativo inter-religioso e apropriados para tal. Num mundo mais do que nunca ateu, a identidade católica não se opõe às outras identidades religiosas, mas pressupõe-nas. Conceder um lugar à identidade religiosa de não católicos no seio das escolas católicas não significa comprometer ou enfraquecer a identidade dos católicos. Pelo contrário, a identidade católica no espaço público europeu é confrontada e colocada à prova a cada dia. Estou convencido de que esta exigente confrontação pode ser mais bem suportada e experimentada por aqueles que já a tenham aprendido na infância. Através deste tipo de acolhimento, as escolas católicas tornam-se, entre outros, o meio desejado *de propor a tradição cristã àqueles que dela estão afastados*.³¹ Se, como é dito no Livro do Apocalipse, o próprio Reino dos Céus é composto por *uma multidão enorme (...) de todas as nações, tribos, povos e línguas*,³² a proclamação cristã deve ter em conta esta coexistência, num mundo onde ela se torna cada vez mais a própria condição de sobrevivência.³³ Parece-me que, hoje, o desafio real para a Igreja e para as suas escolas consiste em perceber e aceitar o lado positivo da diversidade, mesmo no sentido religioso. Com efeito, a centralidade da pessoa, que caracteriza as escolas católicas, só pode ser convincente se ela reconhecer e proteger o conjunto da sua realidade, incluindo a sua natureza religiosa. Aqui coloca-se a questão fundamental: do ponto de vista da escola católica, qual é a sua missão específica? Não corremos o risco de excluir a obrigação de evangelizar? A questão é muito delicada e requer, parece-me, uma abordagem subtil e perspicaz. Podemos inspirar-nos na *lógica moral*, invocada por João Paulo II na sua alocução na Assembleia das Nações Unidas, porque só ela é capaz de *tornar possível o diálogo*

³⁰ S. Brady, Sítio Internet do *Consultative Group on Catholic Education*, 21 de Setembro de 2002.

³¹ João Paulo II, Exortação Apostólica pós-sinodal, *Ecclesia in Europa*, nº 59.

³² Ap 7,9.

³³ Cf. P. Sudar, *Convivere per vivere*, Rome, Ave, 2002.

entre as religiões. A missão específica das escolas católicas não é negligenciada, mas, antes, executada de uma outra maneira, ou seja sob a forma de uma abordagem de testemunho.

4. O testemunho das “Escolas pela Europa”

Em circunstâncias normais, uma pessoa normal não pode combater o seu próprio bem e os dos outros! Isto é particularmente verdadeiro para os jovens. Consequentemente, deveria ser possível educar para o valor da coexistência enquanto pressuposto fundamental de uma vida pacífica. Este seria, então, o método educativo por excelência, único e normativo. Com uma certa alegria e satisfação, posso dizer que as Escolas pela Europa, abertas em Sarajevo durante a guerra, são a confirmação disso mesmo. Em catorze anos de existência, num ambiente de pós-guerra e pouco tolerante, não houve qualquer caso de intolerância motivado pela diversidade étnica ou religiosa, por parte dos nossos alunos.

Muitas pessoas consideram este facto um fenómeno inexplicável. Em resposta a todas as questões que me são colocadas para saber qual é a nossa fórmula, digo que não há uma fórmula especial. A identidade destas escolas baseia-se na *Regra de Ouro* do Evangelho. Ao aplicá-la, tentamos aceitar e respeitar cada aluno na sua identidade étnica, cultural e religiosa, ajudando-o a conhecer-se a ele próprio, ou a ela própria, e a desenvolver os seus próprios aspectos positivos. O ponto de partida, mas também o ponto de chegada, do projecto educativo reside na convicção de que as diferenças étnicas, culturais e religiosas não são um flagelo, mas uma riqueza! Seguros da sua própria identidade, que é a marca-tipo da liberdade, os alunos abrem-se ao conhecimento do bem precioso que representam uns para os outros. Cada boa pessoa representa um trunfo para o que lhe está próximo. É por isso que a *Regra de Ouro* está traduzida por *Mandamento de Ouro: Amarás (...) ao teu próximo como a ti mesmo*³⁴, para que a história da Bósnia-Herzegovina, mas não apenas ela, possa ensinar que sem amor ao próximo, o amor-próprio torna-se uma auto-condenação.

No entanto, a experiência ensina-nos que mesmo as melhores teorias podem parecer menos apropriadas ou problemáticas, aquando da sua colocação em prática. Um dos problemas encontrados nas nossas escolas,

³⁴ Lc 10, 27.

mas que me parece ser um falso problema, é o do ensino da religião. Somos confrontados com a questão e com a objecção: como é que é possível que, nas escolas católicas, se ensine a matéria de outras religiões ou que “nenhuma religião” seja ensinada? A prática das escolas católicas que respeitam a liberdade de escolher ou de não escolher o ensino da religião é a referência. O programa académico das nossas escolas tende a acentuar, antes de tudo mais, a importância do ensino. Todas as disciplinas são vistas tendo em conta os valores fundamentais que, em última análise, são comuns a todas as religiões. O ensino da religião tem um lugar privilegiado neste programa! Isto advém do facto de que todos os alunos são obrigados a frequentar as aulas de História das Religiões, que têm por objectivo fazê-los compreender o papel positivo da fé humana na vida futura e o contributo da religião na história da Humanidade. Ao deixar aos pais e aos alunos das turmas mais avançadas do secundário a liberdade de escolher entre as aulas de religião católica, ortodoxa e islâmica, por um lado, e as aulas de ética, por outro, as nossas escolas não encorajam o sincretismo, mas põem em prática a *Regra de Ouro* e o *Mandamento de Ouro*. A paz e a coexistência continuam a ser uma ilusão se não são sustentadas e alimentadas pelo respeito da identidade de cada pessoa, que é a base dos direitos humanos. Amar ao próximo como a si mesmo quer dizer preocupar-se primeiro em reconhecer e respeitar tudo o que a identidade do outro significa. Vejo aqui o elemento mais profundo da catolicidade das nossas escolas. Jesus Cristo ensinou-nos e autorizou-nos a conquistar apenas pelo amor. A catolicidade das nossas escolas reside no testemunho do Evangelho através do amor cristão dos nossos professores e directores. A forma de agir e o comportamento que caracterizam as nossas relações com os nossos alunos abrem um largo espaço para confirmar Jesus Cristo e a sua Igreja. Para mim, por exemplo, o facto de um jovem muçulmano, cujos pais e amigos foram mortos pelos cristãos em Srebrenica, ter escolhido uma das nossas escolas de entre as muitas escolas públicas de Tuzla e o facto de se ter tornado o melhor aluno do ano académico é uma real e inestimável maravilha. Um episódio assim deve ser interpretado dentro do contexto de termos dito aos muçulmanos de Srebrenica que muçulmanos (cerca de 7 000 em poucos dias) foram mortos por cristãos, apenas porque eram muçulmanos. Ou, ainda, um outro exemplo: quando pais intelectuais, não baptizados e ateus, de etnia mista, decidem baptizar os seus filhos depois de terem sido educados na nossa escola durante alguns anos.

Durante a guerra dos anos 90, a Igreja era, uma vez mais, colocada à prova no plano da sua própria sobrevivência. A prática da depuração étnica, por assim dizer, conduziu ao exílio de mais de 50% de católicos. Cerca de um milhão, mais ou menos 450 000 ficaram. Por causa da intolerância que eles viviam nas escolas do Estado, os pais católicos tentaram emigrar para o estrangeiro. Durante este período, as escolas católicas eram essencialmente um dos lugares de sobrevivência da Igreja no nosso país. E a Igreja deve servir a causa da Humanidade em todas as circunstâncias; esta é a única forma de pôr em prática o Evangelho.

A paz acaba sempre por chegar e surge, ainda mais nos dias de hoje, como o pressuposto de todas as causas humanas. Estou intimamente convencido de que um futuro em paz só será possível se os diferentes povos, culturas e religiões forem capazes de viver em conjunto, com respeito mútuo, e se estiverem preparados para tal. Servir a paz na Bósnia-Herzegovina coincide com o facto de se estar preparado e de se ser capaz de ajudar as pessoas a viver e a deixar viver em paz. Parece-nos que servimos os cidadãos, os povos e também a Igreja ao ajudar os jovens a compreender e a aceitar a tolerância e a coexistência como valores pelos quais vale a pena comprometermo-nos. A nova geração pode ser educada no espírito de coexistência por escolas nas quais os jovens podem ver e experimentar exemplos concretos. Assim, as Escolas pela Europa foram desejadas e instituídas durante a guerra como escolas interétnicas e inter-religiosas por duas razões. A primeira razão era a própria sobrevivência da Igreja Católica na Bósnia-Herzegovina; e a segunda era a promoção da paz e da integração através de um ensino em coexistência pacífica, num país destruído por um conflito e num mundo sempre mais conflituoso, devido às injustiças camufladas pelas diferenças.

Conclusão

O número de alunos que frequentam as nossas escolas – que em treze anos passou de 420 para 4 500 – indica, sem dúvida, o caminho pelo qual devemos prosseguir a nossa viagem. A Igreja Católica não deve ter medo de promover a pessoa humana e os direitos humanos autênticos. De facto, ela deve promovê-los em qualquer lugar e de todas as formas possíveis! Porque os direitos humanos constituem as únicas perspectivas para o mundo em que vivemos. Mas, constituem também a base mais segura que, hoje, pode sustentar a proclamação do Evangelho. Para esta proclamação, as escolas

católicas são uma ferramenta da qual, parece-me, não podemos abdicar. Especialmente se podemos encontrar o meio de alargar o seu serviço para lá da sua *jurisdição canónica*, servindo a verdadeira causa humana que coincide sempre com a do Reino de Deus.

Roma, 1 de Dezembro de 2008

As citações bíblicas foram retiradas da *Nova Bíblia dos Capuchinhos*, "Para o Terceiro Milénio da Encarnação", 1ª ed., Lisboa/Fátima, Difusora Bíblica, 1998. (N.T.)

A Igreja e as escolas católicas: ensino, aprendizagem e diálogo. Os desafios para o ensino católico na Europa de hoje (*)

MONS. VINCENT NICHOLS (**)

Estou encantado por me dirigir a este congresso, hoje, acerca de um tema tão importante.

As escolas católicas são preciosas. São-no certamente em Inglaterra e País de Gales, onde são altamente consideradas pela nossa população católica, que investe o seu tempo e os seus recursos não apenas no estabelecimento de novas escolas, mas também na manutenção e na defesa das nossas escolas católicas hoje.

Sei que a situação das escolas católicas nos diferentes países da Europa cobre um largo espectro de condições e circunstâncias. Espero que aceitem que as minhas observações, que são por vezes bastante práticas, se baseiam na minha própria experiência em Inglaterra e País de Gales. Estou certo de que os participantes poderão adaptar e aplicar esta contribuição nos seus casos particulares.

Nesta exposição, vou tentar clarificar alguns desafios com os quais as nossas escolas católicas se deparam na época actual. São muitos os desafios. Alguns deles são políticos, como em Inglaterra e País de Gales, por exemplo; alguns são eclesiais e dizem respeito a problemas nas relações entre as autoridades da Igreja e as direcções de escolas; alguns são financeiros e outros são mais profundos e ligados à identidade. No

(*) Conferência apresentada no Congresso Europeu sobre a Escola Católica CCEE-CEEC, Roma, 30 de Novembro - 2 de Dezembro de 2008.

(**) Arcebispo de Birmingham, Presidente da Comissão CCEE Catequese, Escola, Universidade.

entanto, os desafios que pretendo expor-vos esta manhã estão mais directamente ligados à tarefa central da escola: o ensino e a aprendizagem. Estes desafios dizem também respeito à identidade da escola como expressão da vida da Igreja e como projecto educativo coerente.

1. Visão

1.1. Mas permitam-me começar dando uma visão sucinta daquilo que, estou certo, tentamos fazer no nosso trabalho no seio das escolas católicas, quaisquer que sejam as circunstâncias. Qual é a visão que nos move?

1.2. Sugiro quatro aspectos da visão das escolas católicas:

- a) A escola tem um papel fundamental na missão da Igreja de dar a conhecer Cristo a todos;
- b) A escola assiste os pais na educação e na formação dos seus filhos;
- c) A escola está ao serviço da Igreja local – da diocese, da paróquia e do lar;
- d) A escola está ao serviço do bem-estar da sociedade;

1.3. Seria bom dedicarmos algum tempo a explorar estes quatro aspectos da nossa visão e o sentido do objectivo para o qual tendem as nossas escolas católicas. Isto poderá talvez fazer-se em parte na discussão. Aceitam que estes quatro aspectos sejam os elementos-chave da nossa visão?

1.4. Proclamar Cristo: entenda-se que isto se destina a todos os aspectos da vida escolar. E, certamente, Cristo está no centro de todos os esforços, porque Nele está a verdade daquilo que somos e daquilo em que nos queremos tornar, tanto como indivíduos como sociedade. Ele é *o caminho, a verdade e a vida* e, logo, todo o desenvolvimento pessoal, o nosso ensino e a nossa aprendizagem, a formação da cultura e a sociedade, tudo está bem fundamentado se está centrado Nele.

1.5. Dar assistência aos pais: como dizemos frequentemente, os pais são os primeiros educadores dos seus filhos e as escolas devem trabalhar conscienciosamente em cooperação com os pais na formação geral e religiosa dos seus filhos.

1.6. Servir a Igreja local: também a Igreja tem expectativas em relação à escola. Para citar o Papa João Paulo II, *[a] comunidade paroquial é um*

espaço de educação religiosa e espiritual. A escola é um lugar de educação cultural. Estas duas dimensões devem estar ligadas, porque são inspiradas pelos mesmos valores: são os valores das famílias cristãs que, numa sociedade dominada pelo relativismo e ameaçada pelo vazio existencial, querem oferecer aos seus filhos uma educação baseada nos valores inalteráveis do Evangelho.¹

1.7. E as escolas católicas servem a sociedade de inúmeras maneiras.

1.8. Antes de mais, as escolas católicas ajudam o Estado a responder às legítimas expectativas dos pais, os quais, conforme estipulado pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem², têm o direito de dar aos seus filhos uma educação que corresponda às suas convicções religiosas fundamentais.

1.9. Em seguida, as escolas católicas apoiam também a sociedade ao ajudar os alunos a desenvolver a sensibilidade religiosa, os princípios primordiais e os valores éticos, assim como a ajudá-los a apreciar os dos outros; tudo isto é essencial para a coesão das sociedades modernas.

1.10. Estes quatro elementos da nossa visão para as escolas católicas formam o contexto e o plano de fundo da tarefa quotidiana de ensinar e de aprender, qualquer que seja a matéria. De facto, esta visão é a de uma humanidade exaltada, a visão da pessoa comprometida não só com a luz da fé e da revelação, mas também educada pelo dom da graça e destinada, em cooperação com esta graça, a alcançar a sua plenitude eterna.

2. A realidade social

2.1. O contexto e a cultura nos quais o projecto das escolas católicas é levado a cabo não são sempre compatíveis com aquilo que nós queremos realizar. Posso talvez sublinhar dois aspectos da cultura contemporânea que desafiam especialmente esta tarefa particular de ensino e de aprendizagem.

¹ João Paulo II, Discurso de 23 de Fevereiro de 1997.

² Art. 2º do Protocolo nº 1.

2.2. O primeiro aspecto tem a ver com a atmosfera de positivismo profundamente secular na qual vivemos. É muito simples, como sabem, e consiste no facto de que qualquer verdade que pode ser conhecida deve ser ridícula, e só pode ser conhecida através da observação da realidade, uma realidade que pode ser medida, testada e a partir da qual as conclusões ou as verdades devem ser verificadas. Tudo o resto não é senão uma opinião ou uma hipótese. Este constitui um verdadeiro desafio e, certamente, um desafio sério para todos aqueles que desejam deslocar-se, ensinando, do positivo para o abstracto, do empírico para o espiritual, na busca da verdade objectiva.

2.3. Isto leva-nos à segunda característica da nossa cultura, que tem um impacto sobre qualquer tipo de ensino ou aprendizagem. Vivemos numa sociedade onde existe uma forte ideologia de liberalismo, que insiste no facto de que a verdade, em particular a verdade moral, é inteiramente subjectiva e não deve ser apresentada como “objectiva” ou, de forma alguma, como normativa.

2.4. A nossa discussão sobre estes temas é, necessariamente, breve e superficial. Aqui não posso senão esboçá-los dentro do contexto.

3. Os desafios

3.1. Existem quatro desafios para o ensino e para a aprendizagem numa escola católica que vos quero apresentar, hoje, como temas-chave da nossa discussão. São os seguintes: fazer face ao pluralismo, consentir uma liberdade pessoal, manter um compromisso de verdade e ensinar a solidariedade. Estas são tarefas cruciais para as nossas escolas. E são desafios significativamente cruciais para a nossa Igreja. Sou confrontado com isso cada vez que prego [a palavra de Deus]. Estes desafios são experienciados em cada paróquia e em cada escola. De facto, queria dizer-vos, esta manhã, que, de todas as maneiras, as nossas paróquias, a nossa vida na Igreja têm muito a aprender acerca da nossa escola, na forma como enfrentam estes quatro desafios. Analisemo-los um a um.

3.2. Enfrentar o pluralismo

Uma escola procura formar uma verdadeira comunidade a partir de uma diversidade real de membros e de uma pluralidade de qualidades. As escolas

e o seu pessoal são ética, cultural, religiosa e socialmente muito diversas. Antes de qualquer outro sector da sociedade, as escolas sentem a influência das alterações demográficas e da movimentação dos povos. Como é que as nossas escolas fazem para estabelecer um sentido partilhado de comunidade a partir de uma tal diversidade? Que meios utilizam? Como criam uma identidade partilhada? Seguramente, somos todos portadores, dentro de nós, de múltiplas identidades: Inglês, adepto do Liverpool, católico, bispo. Mas como é que conseguimos formar um sentido de unidade e quais são os meios-chave para chegar aí?

Esta é uma tarefa para cada escola. Esta é também uma tarefa para cada paróquia. E não se realiza facilmente. Que podem as paróquias e as escolas aprender umas com as outras? O que é que a escola ensina à paróquia?

3.3. Consentir a liberdade

A liberdade é um valor fundamental dos nossos dias. A liberdade pessoal deve andar lado a lado com um sentido da comunidade. A liberdade, com a expressão de si própria, e a auto-motivação são factores-chave no processo de aprendizagem. As escolas têm, então, de assumir a forma de admitir uma liberdade apropriada, especialmente no processo de aprendizagem. Ao mesmo tempo, como é que as escolas ensinam os jovens a utilizar devidamente a sua liberdade? Isto pode ser feito nas aulas, no recreio, no teatro e em todas as discussões. O desenvolvimento de uma prática adequada da liberdade é um problema-chave quer na sociedade quer na Igreja. Com efeito, a boa prática da liberdade é frequentemente uma questão muito delicada na vida paroquial!

Como é que a escola católica pode contribuir para a vida da Igreja, em sentido lato, na sua exploração do papel-chave da liberdade pessoal no processo de aprendizagem?

3.4. Consagrar-se à verdade

Numa época “sem verdade objectiva” e onde “ninguém responde”, as escolas católicas consagram-se à verdade de Jesus Cristo. Contudo, muito frequentemente, nas nossas escolas, os professores ouvem esta resposta: *Mas é apenas a sua opinião!* No entanto, no processo de ensino, consagramo-nos à integralidade do conhecimento. Procuramos apresentar aos alunos a integridade da verdade, por oposição à sua fragmentação num

mundo tecnológico. Consagramo-nos à integralidade da verdade como sendo simultaneamente do coração e do espírito, da beleza como da proposição, do exemplo como da teoria. Este compromisso para a liberdade, a concretizar através das palavras e da acção, é um desafio crítico lançado às nossas escolas. Ele exige de cada um dos nossos professores uma integridade total, assim como exige estar pronto a interligar as disciplinas e a lutar contra a especialização que isola.

Qualquer comunidade religiosa, incluindo a comunidade paroquial, é também confrontada com este compromisso para a liberdade. Quando parece que o sacerdote já não acredita no que faz, a vida dinâmica da paróquia pode desaparecer. Quando falta a integridade fundamental à vida paroquial – mas sem ausência de luta ou de tensão –, então o poder de atrair os outros para o Evangelho está seriamente enfraquecido. Um comprometimento vivido pela liberdade é crucial para a escola e para a Igreja. Um comprometimento vivido pelo diálogo, enquanto parte do método de ensino, é também crucial numa escola. Creio que podemos aprender muito uns com os outros.

3.5. Ensinar a solidariedade

Existe em cada um de nós, e bem vincado na nossa cultura, uma tendência para colocar as nossas necessidades pessoais à frente das dos outros. Pouco a pouco, podemos aprender a ver mais longe do que nós próprios, do que o nosso círculo de proximidade, e apreciar as necessidades dos outros. A política, com o seu axioma “do interesse nacional” é um exemplo sofisticado disso mesmo. Uma tarefa crucial da escola católica consiste, desde logo, em alargar os círculos de preocupações dos seus membros de forma a que possam sistematicamente, e em repetidas ocasiões, praticar a solidariedade com os mais carenciados.

Isto far-se-á como uma encarnação importante do sacrifício de Jesus que testemunha, em última análise, a liberdade salvadora da vida através do sacrifício de si próprio.

A prática da generosidade sacrificial é um ponto crucial do desenvolvimento na virtude, que prepara realmente os jovens para o seu papel de cônjuges, de pais e de membros construtivos da sociedade. Frequentemente, os êxitos das nossas escolas nesta matéria são notáveis. O mesmo se passa com os êxitos das nossas paróquias, especialmente face à necessidade absoluta. No entanto, por vezes, este sentido de guardar

o que sempre amámos impede de ver as necessidades mais amplas da Igreja local.

4. Conclusão e Questões

4.1. Isto não é um documento profundo ou filosófico. É deliberadamente prático. Tentei delimitar, tão simplesmente, alguns dos desafios fundamentais do ensino e da aprendizagem nas nossas escolas actualmente. Ao fazer isto, tentei mostrar a realidade das nossas escolas, que são confrontadas com a alteração demográfica, com as modificações culturais e com os desafios filosóficos ancorados na nossa sociedade. Estou convencido de que muitas das nossas escolas católicas ficaram com uma ideia acerca da forma de pôr em prática a visão fundamental do ensino católico nestas circunstâncias. São espaços de grande pluralismo mas, frequentemente, têm uma identidade clara. Elas respeitam cada indivíduo e a liberdade que é, com toda a justiça, o seu orgulho; e elas contribuem de forma significativa para os meios pelos quais os jovens aprendem a utilizar estas liberdades das quais se orgulham tanto. E, nestas circunstâncias, as nossas escolas lutam para continuar a ser dedicadas à verdade fundamental de Cristo, a unidade fundamental da aprendizagem. As nossas escolas são também frequentemente sementeiras de solidariedade.

4.2. Este resumo é optimista. A realidade pode ser mais sombria. Às vezes, um modelo de escolaridade pode sair do seu caminho e perder a sua especificidade. Em casos assim, espero que estas considerações nos ajudem a compreender porque é que isso pode acontecer e como falar sobre isso com interesse.

4.3. E, finalmente, creio que as nossas melhores escolas, enquanto expressões da missão da Igreja na Europa actual, têm lições a dar ao resto da Igreja. E espero que nós que representamos a vasta Igreja sejamos suficientemente bons, não só para reconhecer as dificuldades contra as quais as escolas católicas devem lutar, mas também para considerar o quanto esta luta é profícua em ideias e em êxitos com os quais também podemos aprender. As escolas são peritas em ensinamentos e aprendizagens. Possamos todos, hoje, e em particular aqueles de nós que são reconhecidos como professores no seio da Igreja, ser também entusiastas aprendizes.

Roma, 2 de Dezembro de 2008

Catequese

Anunciar o Evangelho nas categorias da cultura contemporânea

ANDRÉ FOSSION, S.J. (*)

Caras amigas e amigos, sinto-me muito honrado por participar no vosso encontro nacional. Agradeço profundamente a Walter Ruspi e aos organizadores desta sessão o convite.

Foi-me proposto reflectir convosco acerca do desafio e das possibilidades do anúncio evangélico no seio da cultura contemporânea. Sem demora, entremos no cerne da questão.

Houve um tempo em que a fé se transmitia garantidamente. O nascer e o tornar-se cristão andavam de mãos dadas. Aprendíamos a fé ao mesmo tempo que a vida. Tornávamo-nos cristãos ao mesmo tempo que bebíamos o leite materno. Hoje, pelo contrário, devido ao próprio desenvolvimento cultural da Humanidade, a adesão de fé passa por uma exigência de liberdade e de inteligência. Não nascemos cristãos, tornamo-nos cristãos por adesão pessoal e logo, necessariamente, debatendo-nos connosco e com os outros, passando pela dúvida, medindo os prós e os contras. Nesta medida, hoje mais do que nunca, a fé é um assunto de “convicção”. Como a etimologia da palavra indica, a convicção é uma “vitória”: uma vitória que conquistamos no debate, ultrapassando um conjunto de dúvidas e de resistências. Estarmos convencidos de algo, não é desejarmos saber tudo, mas é ligarmos-nos a uma perspectiva que sentimos ser coerente e importante para a vida. O mesmo acontece com a adesão à fé cristã.

(*) Conferência apresentada no Congresso dos Directores Diocesanos da Catequese, Itália, 2008.

(**) André Fossion é sacerdote jesuíta, catequeta e professor no Centro Nacional Lumen Vitae. Ensina também ciências religiosas nas Faculdades Universitárias de Namur. Foi director do Centro Lumen Vitae de 1992 a 2002 e presidente da Equipa Europeia de Catequese de 1998 a 2006.

Tendo por base estas considerações preliminares, proponho-vos uma reflexão em três etapas.

- Num primeiro ponto, enunciarei as resistências com que o homem ocidental contemporâneo, na sua preocupação legítima com a liberdade e com a inteligência, se depara no caminho da fé. Enunciarei cinco tipos de resistências.
- Num segundo ponto, do interior da própria fé, proporei um olhar evangélico sobre essas resistências. Elas não são uma adversidade e podem ser profícuas. Porque, ao colocar a fé à prova, elas constituem uma oportunidade para redescobrir uma fé nova, para além dos obstáculos de todos os géneros que conseguiram acumular-se ao longo da História.
- Num terceiro ponto, finalmente, aquele em que mais nos deteremos, arriscarei a enunciar cinco orientações de fundo para tornar, hoje em dia, o cristianismo não só compreensível, mas também desejável, através e para além das resistências encontradas. Entenda-se que, no que à transmissão da fé diz respeito, não existe uma solução milagrosa, mas o nosso dever é, pelo menos, o de ajudar os nossos contemporâneos a encontrar o caminho da fé, a facilitar-lhes o acesso a ela.

1. Cinco tipos de resistências no caminho da fé

Como o demonstram com insistência as narrativas evangélicas, a fé em Jesus Cristo ressuscitado surgiu através da dúvida superando um conjunto de resistências. O que foi verdade na origem para os próprios Apóstolos é-o ainda hoje, de forma diferente sem dúvida, no contexto cultural contemporâneo. O advento das ciências, a inteligência crítica, as demandas pelos direitos do Homem, o pluralismo circundante, a autonomização dos indivíduos são factores culturais que não se opõem à fé cristã – esta, além disso, contribuiu para os fazer nascer – mas, pelo menos, questionam-na e tornam-na mais problemática.

Eu gostaria, a este propósito, de sublinhar cinco grandes tipos de resistências que são sentidas em relação à fé cristã hoje em dia. Para muitos, Deus parece irresolúvel, incrível, insuportável, indecifrável ou ainda inclassificável. Retomemos cada uma destas resistências.

1.1. Um Deus irresolúvel. Esta posição, que sempre teve os seus adeptos na História, corresponde ao agnosticismo. Ela resiste à fé, afirmando que o problema de Deus é, na realidade, insolúvel. Não se sabe se Deus existe, mas também não se pode provar que Ele não existe. *Deus existe? Não sabemos. Nunca saberemos, pelo menos nesta vida*, escreve Comte-Sponville na sua obra *O espírito do ateísmo*¹. Existem argumentos a favor e argumentos contra, mas, tudo somado, nenhum é absolutamente conclusivo. Ou seja, tratando-se da questão de Deus, existe uma porta pela qual a razão humana não consegue passar. A razão humana é assim mesmo, indecisa, e é com isso que temos de viver. Esta é a posição do agnosticismo que, se não chega a negar Deus, conduz, na realidade, a um ateísmo prático, pois, de facto, ignora-O. Deus irresolúvel é uma primeira resistência à adesão de fé. E a questão que é colocada é a de saber, tratando-se de Deus, se é possível sair dessa indecisão.

1.2. Um Deus incrível. Neste segundo tipo de resistência que remete para a tradição do Século das Luzes, a fé aparece oposta à razão. *Que Deus existe como um ser pessoal distinto de nós, que esse Deus tenha um filho, que esse filho tenha reencarnado na nossa História, que exista uma ressurreição da carne, não, isso não é possível!*² Para muitos, com efeito, estas afirmações parecem incríveis. Elas contrariam por todos os lados a observação e a razão. Porque seria preciso explicar o mistério da nossa existência mediante uma realidade divina ainda mais inexplicável e que, além disso, não corresponde a qualquer observação? Esta resistência à fé em Deus é frequentemente alimentada pela razão científica, ou, antes, por uma certa concepção da ciência que confina o real ao que é observável, ao que é objecto de experimentação, de verificação ou de demonstração. As religiões, aqui, são consideradas produções culturais humanas que podem ter os seus valores e as suas razões de ser sociais, mas a sua pretensão de verdade sobre o plano ontológico manifesta-se muito, para utilizar uma expressão de Freud, como tendo a estrutura de uma “ilusão”.

1.3. Um Deus insuportável. A resistência, aqui, é mais existencial, frequentemente ligada ao comportamento histórico da Igreja. Ela remete, com efeito, tanto para experiências religiosas negativas, como para discursos e funcionamentos da Igreja que feriram, ofenderam ao ponto de

¹ André Comte-Sponville, *L'esprit de l'athéisme*, Paris, Albin Michel, 2006, p. 81.

² Ver Maurice Bellet, *Le Dieu pervers*, Paris, Desclée de Brouwer, 1979.

tornar a fé cristã indesejável. Muitos, é verdade, até nas nossas próprias famílias, afastaram-se da fé e da prática cristã para crescer em humanidade, para escapar a um discurso, a normas e a uma instituição que já não os faziam viver. O que é insuportável é um Deus juiz, que culpabiliza, que ameaça com as penas do inferno. É também e ainda a pretensão de verdade, a suspeita lançada sobre o prazer, a alienação da razão sob a autoridade da revelação, a imposição dogmática, a tutela clerical, etc. Assim, para segmentos inteiros da nossa cultura, o cristianismo aparece, sob vários pontos de vista, como uma perversão, como uma alienação de si mesmo, como um crime contra a vida. É possível, ainda, em tais condições, descobrir um cristianismo desejável para lá destas deformações?

1.4. Um Deus indecifrável. Esta quarta resistência à fé é mais recente que as três primeiras. Ela está ligada ao contexto pluralista contemporâneo que é complexo e que, forçosamente, gera a perplexidade. A resistência à fé advém do facto de a sua mensagem, perdida na quantidade de propostas de sentido, permanecer obscura. Como acreditar nesta mensagem – entre tantas outras – que dificilmente compreendemos, que é interpretada de diversas maneiras, por vezes contraditórias, cuja coerência não discernimos e cujas palavras estranhas – redenção, remissão, encarnação, Trindade, escatologia, carisma, magistério, etc. – acarretam mais perplexidade do que esclarecimento. A cultura mediática de hoje, ao multiplicar a informação, não facilita as coisas. Esta sobrecarga frequentemente as representações religiosas de elementos disparatados, onde tudo se mistura sem distinção. Assim, as representações religiosas são frequentemente parciais, caóticas, sem ordem nem ênfase, sem percepção do que é essencial, secundário e acessório. Esta dificuldade de compreender tem, pelo menos, um duplo efeito. Primeiro, ela acarreta o sentimento de que, para além das suas diferenças, que não compreendemos muito bem, todas as religiões estão afinal ao mesmo nível. Depois, como apreendemos mal a mensagem religiosa das instituições que a exprimem, cada um adquire a sua autonomia e daí extrai a sua própria interpretação. É assim que assistimos, hoje em dia, a uma subjectivização, a uma pluralização e também a uma individualização das crenças, com uma perda do sentimento de pertença a uma comunidade ou a uma tradição particular.

1.5. Um Deus inclassificável. Esta resistência é sem dúvida a mais recente. Refere-se à própria questão de Deus, à sua pertinência para a vida. Para muitos, com efeito, a questão de Deus não se coloca ou já não se

coloca. Já não tem lugar, já não tem como se fundamentar. A experiência humana de hoje mostra que é bem possível viver-se uma vida sensata, alegre, generosa e bem preenchida sem que a questão de Deus esteja presente. A vida nos seus limites próprios, na sua imanência, não se basta, com efeito, a ela mesma sem que seja preciso apelar a uma alteridade transcendente? Como diz Comte-Sponville, se a Humanidade não pode dispensar a comunhão e a fidelidade, não é necessário que essas comunhões e fidelidades sejam de natureza religiosa. O mesmo é dizer que se pode viver totalmente em humanidade sem religião. Aqui, é a própria questão de Deus que se dilui.

As cinco resistências à fé que acabo de nomear estão presentes na nossa cultura. Elas estão carregadas de História. Elas estão activas no interior de um grande número de contemporâneos nossos, tornando-os perplexos ou mantendo-os afastados da fé. Elas são deixadas por herança às jovens gerações que, necessariamente, as encontram no seu ambiente cultural. Estas resistências, sublinhemo-lo enfim, são igualmente nossas. De facto, elas não são estranhas aos crentes. Se hoje em dia ainda professamos a fé em Jesus Cristo, não é sem que as encontremos e sem que as transponhamos sempre de novo como os crentes que nos precederam na fé. É através das resistências que a fé perdura e persiste.

E, isto leva-nos, se quiserem, a lançar um olhar evangélico sobre a situação presente.

2. Um olhar evangélico sobre a situação presente

2.1. Deus não se encontra longe de cada um de nós³. As cinco resistências à fé que mencionei, apesar da sua rudeza, não traduzem uma rejeição de Deus, mas antes uma distância crítica em relação à proposta da fé que, dada a sua própria novidade, não é imediatamente evidente. Estas resistências demonstram até, frequentemente, ser um passo necessário para se chegar a uma fé madura, ponderada, adulta, purificada dos seus elementos acidentais que não honram nem a grandeza de Deus nem a dignidade do Homem. Deste ponto de vista, as resistências relativamente à fé, mesmo se elas a afastam ou parecem desviar-se dela, podem ser um caminho de descoberta de Deus, uma via para que nos aproximemos d'Ele. É por isso que podemos dizer hoje ainda, no universo garrido, colorido, com

³ Act 17,27.

contrastes do mundo contemporâneo que resiste à fé, que duvida, que procura tacteando, como disse no passado São Paulo, na ágora ateniense: *Realmente, Deus não se encontra longe de cada um de nós*⁴. Aqui se encontra, com efeito, uma primeira afirmação que podemos abranger na fé: Deus nunca está longe do Homem. Encontra-se no próprio âmbito das suas dificuldades acreditar que Deus está presente e pode deixar-Se reconhecer por vias que nos podem surpreender.

2.2. Homo, capax Dei. Uma segunda afirmação que podemos abranger na fé é a de que o Homem continua a ser “capaz de Deus”, incluindo no próprio âmbito das resistências que registámos mais acima. Nós não criamos esta “capacidade de Deus”; ela está presente, hoje como no passado, no íntimo dos seres humanos e nos seus encontros. Esta fé no Homem “capaz de Deus” autoriza um anúncio evangélico, inteligente entenda-se, mas sem medo nem timidez.

2.3. Ele precede-vos a caminho da Galileia; lá o vereis⁵. Se Deus não se encontra longe do Homem e se o Homem é “capaz de Deus”, então o trabalho do evangelizador é reunir os homens no sítio onde estão para os acompanhar a partir daí e ao longo do caminho do reconhecimento de Deus, que já está no sítio para onde vão. Recordemo-nos da mensagem angelical na manhã de Páscoa: *Ele precede-vos a caminho da Galileia; lá o vereis*.⁶ Este anúncio angelical move-nos constantemente enquanto evangelizadores. Ele convida-nos a uma inversão radical de perspectiva. Não temos Cristo connosco como um objecto guardado, retido, dominado que é preciso transmitir a outros que não o tenham. Cristo não é um objecto possuído que possamos guardar “aqui” para o comunicar além. Para nos juntarmos a Ele, precisamos de sair de nós, de deixar o nosso espaço e ir para o espaço do outro – a Galileia das nações – onde Ele nos precede. Onde quer que cheguemos somos precedidos pelo Espírito de Cristo. Não levamos aos outros aquilo que eles não têm, mas juntamo-nos a eles no seu caminho – o seu caminho de Emaús – para descobrir com eles, na própria esfera das suas dúvidas e das suas resistências, as marcas de Cristo Ressuscitado já presente. A arte do evangelizador é favorecer o reconhecimento do Reino de

⁴ Act 17,27.

⁵ Mc 16,7.

⁶ Mc 16,7.

Deus nas pessoas e nas diversas situações, mesmo onde era menos esperado. Da mesma forma, temos de nos dirigir até ao outro não para o conquistar para a nossa causa, não para lhe levar o que ele não tem, mas para reconhecer com ele, na sua vida, a presença de Cristo Ressuscitado de uma forma que nos pode surpreender. Assim, como se passou com São Tomé, o Apóstolo incrédulo, é justamente no vazio das resistências à fé que um caminho de fé se pode abrir, que a fé se pode lançar. Assim, temos de nos juntar aos homens de hoje nas suas resistências à fé; este é um dos caminhos possíveis para um nascimento renovado da fé no seio do mundo contemporâneo.

2.4. Sou de opinião que não se devem importunar os pagãos convertidos a Deus⁷. A tarefa do evangelizador hoje é, desde logo, compreender e acompanhar as resistências à fé para remover os obstáculos e facilitar o acesso a ela. O evangelizador não tem o poder de transmitir a fé. Ele não pode tomar o lugar do outro, mas pode, pelo menos, esforçar-se por criar as melhores condições para tornar a fé possível, credível, desejável. O amor de Deus é concedido graciosamente a cada um. Este não se merece. Deste ponto de vista, não é difícil ser-se cristão; basta apenas abrir-se a um amor oferecido. Mas tornar-se cristão, aceder ao reconhecimento desta graça já concedida pode ser um caminho longo e difícil. Também a missão do evangelizador, à imagem do Apóstolo Tiago, consiste em acompanhar as suas irmãs e irmãos em humanidade neste caminho difícil tornando-o, na medida do possível, afortunado.

Resumamos. Mencionei cinco tipos de resistências à fé, nos dias de hoje. Elas não são uma adversidade, elas não significam um afastamento de Deus, mas constituem o terreno onde a fé pode crescer, de onde a fé se pode lançar. Como no combate de Jacob com o anjo, é nas suas próprias resistências à fé que o Homem contemporâneo continua a ser capaz de Deus e que Deus se pode deixar ouvir. O evangelizador não tem o poder de comunicar a fé, mas ele pode, pelo menos, velar pelas condições que a tornam possível; ele pode facilitar o acesso a ela. O seu papel é juntar os seres humanos no sítio onde estão, nas suas próprias resistências, para descobrir com eles a graça do amor de Deus que é concedido graciosamente a todos.

⁷ Act 15,19.

3. Orientações para uma proposta actual de fé que a tornam possível, compreensível e desejável

Neste terceiro ponto, gostaria de propor algumas orientações para ajudar os nossos contemporâneos a atravessar as resistências relativamente à fé e a descobri-la como nova e desejável.

Para tornar possível e desejável a fé cristã aos olhos dos nossos contemporâneos, precisamos de uma teologia compreensível, pertinente, que encontra o seu lugar no âmbito da racionalidade e que fala à inteligência. A renovação catequética e pastoral, a este respeito, não pode simplesmente confinar-se à ordem pedagógica, comunitária ou litúrgica. Também é necessário um verdadeiro trabalho da inteligência que torne a fé plausível. Marcel Gauchet escreve a este propósito: *A sobrevivência do cristianismo depende de uma profunda renovação teológica e filosófica. O desafio é o de voltar a dar um estatuto plausível ao discurso sobre o além, sobre Deus, sobre a fé. São as categorias do crível a nível religioso que são colocadas à prova*⁸. Como em qualquer situação de mudança cultural e de pluralidade convencional, a evangelização passa por um trabalho apologético, nunca de polémica ou de controvérsia, mas através de um discurso que se esforça por dar conta da fé através do intelecto, no espírito do diálogo sereno e fraternal que exprimia o Vaticano II no seu decreto sobre a liberdade religiosa. Cito: *A verdade deve ser procurada segundo a maneira adequada à dignidade da pessoa humana e à sua natureza social, nomeadamente através de uma livre procura, através do ensino ou da educação, da partilha e do diálogo em que uns expõem a outros a verdade que encontram ou pensam ter encontrado, para se ajudarem mutuamente na busca da verdade*⁹. Nesta perspectiva, gostaria de indicar aqui cinco espaços de trabalho de inteligência da fé para ajudar os nossos contemporâneos a encontrar e a ultrapassar as suas resistências à fé. Estes cinco pontos dizem respeito ao prazer, à liberdade, à razão, à ocupação do tempo e à acção, respectivamente.

3.1. O prazer como bênção divina. Vivemos hoje em dia numa sociedade que qualificamos frequentemente como hedonista. A procura do prazer, da satisfação dos sentidos (a visão, a audição, o tacto, o olfacto, o paladar) desempenha, aqui, um papel essencial na busca da felicidade e de

⁸ Marcel Gauchet, *Un monde désenchanté?*, Paris, Ed. de l'Atelier, 2004, p. 230.

⁹ §3.

uma boa qualidade de vida. Na Igreja, pelo contrário, o termo “hedonismo” é muitas vezes utilizado com desprezo e desdém. Ele designa a procura de prazeres superficiais, passageiros, leia-se degradantes, que não estão à altura da dignidade do Homem. É por isso que, na cultura contemporânea, o cristianismo é considerado, sob vários pontos de vista, triste, inimigo do prazer. Para muitos, o cristianismo, com a sua tradição ascética, com a sua insistência na alimentação espiritual e nas alegrias duradouras opostas à alimentação terrena e aos prazeres passageiros, surge como um crime contra a vida. E que dizer da suspeição lançada sobre o prazer sexual! *Quase dois mil anos de repressão sexual, de milhões de vidas destruídas (tornadas neuróticas) é um preço muito elevado para uma religião de amor*, diz um filósofo humanista, traduzindo, assim, a aversão de muitos em relação ao cristianismo.

O cristianismo é verdadeiramente o inimigo do prazer? Não teríamos de o visitar com inteligência para indicar o quanto uma fidelidade autêntica à tradição cristã abre espaço de reconhecimento da fé à cultura hedonista? A reflexão cristã parece-me, a este respeito, muito tímida e pouco audaciosa. Contudo, não faltam elementos na tradição judaico-cristã para considerar o prazer uma bênção de Deus. Lembremo-nos que, desde a Narrativa da Criação, Deus viu que o prazer era bom, mesmo muito bom. As árvores do jardim são *agradáveis à vista e de saborosos frutos bons para comer*. Quanto ao fim que nos está prometido, esse é evocado no Evangelho, sob a imagem de uma festa de casamento, ou seja sob a imagem das alegrias do amor e da mesa. Jean-Claude Guillebaud, autor da obra *Como me tornei cristão?*¹⁰, sublinha nos seus textos o quanto o mistério da encarnação reabilita a satisfação do corpo e conduz a uma mística da carne. A este respeito, não há prazeres superficiais, visto que estes são essenciais à vida, para aceder à satisfação e à felicidade. Os nossos contemporâneos sabem-no e ensinam-nos isso. A tradição cristã não está privada de falar sobre Deus nesta cultura. Tem até mesmo meios muito pouco conhecidos, sem dúvida. A título exemplificativo, tomemos o Livro de Eclesiastes. O sábio Qohélet está um tanto desiludido com a vida. Tudo é vaidade. Para ele, o Homem pena em vão, incluindo na sua vida religiosa, com a qual não beneficia mais do que o pecador ou o Homem sem Deus. Qohélet não compreende Deus e os seus julgamentos, mas, desencantado, com realismo, sabe apreciar as alegrias efémeras da vida que são para ele bênçãos de Deus. Cito: *Nada há de*

¹⁰ Albin Michel, 2007.

*melhor para o homem do que comer e beber e gozar o bem-estar, fruto do seu trabalho. Mas notei também que isto vem da mão de Deus*¹¹. *Vai, come o teu pão com alegria e bebe com prazer o teu vinho, porque a Deus agradam as tuas obras. (...) Goza da vida com a mulher que amas, durante todos os dias da tua fugaz existência que Deus te concede debaixo do Sol*¹². Assim, para Qohélet, se a vida é insignificante, ela oferece, apesar de tudo, momentos de alegria dos quais devemos desfrutar. *Qohélet, que critica incessantemente as ilusões da “vida”, canta também a alegria de viver. Ele ataca a espiritualidade ascética, que desconfia do mundo e dos seus prazeres. (...) Dito de outra forma, a arte de viver consiste em aproveitar os pequenos momentos de prazer que Deus concede. Pois é Ele que os concede e que faz com que existam*¹³. Qohélet, sob vários pontos de vista, parece-se com o Homem contemporâneo, desencantado, crítico, céptico, que já não é seduzido pelas grandes ideologias, mas que se pode mostrar “capaz de Deus”, capaz de reconhecer as suas bênçãos e de lhe dar graças pelos prazeres da vida que leva.

Parece-me que aquilo que importa, em todo o caso, na evangelização dos dias de hoje, é não julgar mal o prazer, mas encará-lo sob o olhar benevolente de Deus. Estamos destinados ao prazer. E não é por acaso que a Eucaristia assume a materialidade do vinho que alegra o coração e o corpo do Homem para lhe dar o sinal da presença de Deus no meio de nós, o sinal da nova aliança.

Mas certamente que, se a procura do prazer é legítima, sabemos também que ela pode levar, por imbecilidade ou por malícia, a praticar o mal, tanto aos outros como a si próprio. O mesmo é dizer que reconhecer a bondade do prazer e celebrar a alegria de viver exortam também, ao mesmo tempo, a agir com educação – educação ética, educação para a sabedoria, para a razão e para a temperança – para que a procura do prazer seja responsável e não dê lugar ao egoísmo, às injustiças, aos autoritarismos e a violências de qualquer espécie. Em suma, precisamos, para o mundo actual, de uma inteligência da fé e da vida cristã que conceda todo o espaço ao prazer, mas com responsabilidade em relação aos outros e a si próprio.

3.2. A liberdade e a interdição que a consente. Para muitos dos nossos contemporâneos, a afirmação de Deus pesa sobre o Homem como

¹¹ Ecl 2,24.

¹² Ecl 9,7-9.

¹³ Jacques Vermeylen, “La sagesse de la Bible”, in *Revue Théologique de Louvain*, nº 35, 2004, pp. 461-462.

uma ameaça à sua liberdade. *Se Deus existe, serei ainda livre? Se Deus existe, não serei forçado a viver submetido a Ele?* Mas, como diz a obra musical *Starmania*, [d]e que serve estar na terra se é para levarmos a vida de joelhos? Para que o Homem seja ele mesmo, não é preciso que ele retire Deus do céu e seja enfim livre? Para muitos, hoje, Deus é um estorvo, Deus é insuportável e indesejável, pois Ele pesa sobre a nossa liberdade determinando-nos à obediência. A heteronímia de Deus dificulta, leia-se impossibilita, a nossa autonomia. O que é reservado a Deus é-nos retirado. Deus aparece assim sob a figura da interdição que nos limita. Mais vale libertarmo-nos de Deus para chegarmos inesperadamente a nós próprios. Não seria este, além disso, o resultado último do cristianismo na nossa História: reconhecer a morte de Deus para que o Homem seja, enfim, livre?

Estamos aqui perante uma questão crucial do nosso tempo que muitos dos nossos contemporâneos resolvem com a negação de Deus em nome da grandeza do Homem. Mas é a liberdade do Homem verdadeiramente incompatível com a afirmação de Deus? É a alteridade de Deus necessariamente uma sombra lançada sobre a autonomia da Humanidade? Esta questão convida-nos a reler a Narrativa do Génesis, cujas interpretações díspares tiveram uma influência enorme sobre a nossa cultura, sobre as nossas representações fundamentais de Deus, por vezes inconscientes, sobre as práticas eclesiais também. Nesta narrativa, tudo começa pelo dom de um jardim magnífico e por uma permissão sem limites: *Podes comer do fruto de todas as árvores do jardim*. A seguir, aparece uma interdição: *Mas não comas o da árvore do conhecimento do bem e do mal, porque, no dia em que o comeres, certamente morrerás*. Esta interdição não é uma restrição, ela permite a liberdade, ou melhor, ela suscita a liberdade mas tornando-a responsável perante a vida e a morte. O ser humano sabe desde esse momento que pode agir de forma a inverter a criação e a dirigir-se em direcção à morte. Mas em que consiste esta interdição? O que importa ver é que a interdição não limita a permissão, mas assegura as condições dessa permissão. É como se Deus dissesse: *Dou-vos a vida, mas por favor não mateis*. Vê-se imediatamente que “não mateis” aparece ao mesmo tempo que o dom da vida. É como se Deus dissesse: *Podeis ir para qualquer lado e tomar todos os caminhos, mas atenção: circularai pela direita e não pela esquerda*. Porquê? Porque existe o outro. Se circularmos de qualquer maneira, haverá engarrafamentos e acidentes e, assim, a permissão para ir e vir tornar-se-á impossível. Assim, a interdição de circular pela esquerda não retira nada à permissão; pelo contrário, torna-a possível. Outro exemplo

ainda: a interdição da violência numa sociedade concede a uns e a outros a liberdade de viver, de ir e de vir. Assim, a interdição de Deus longe de limitar a permissão, fundamenta-a, garante-a, torna-a possível. O que é interdito é o que é arbitrário. É a interdição de fazer o que quer que seja como se estivéssemos sós, como se o outro não existisse. Esta interdição do que é arbitrário não limita a liberdade. Pelo contrário, concede a liberdade, mas com responsabilidade.

Ora a serpente – a diabólica, a mentirosa, a que divide – vem alterar o sentido da interdição. Ela lança a suspeita sobre Deus, fazendo acreditar que, através da interdição, Deus retira com uma mão o que concedeu com a outra, como se Ele guardasse coisas que não quer dar. Assim, no lugar de um “mas” que responsabiliza, a serpente faz com que se leia um “excepto” que limita o dom. A serpente é, pois, esta pequena voz interior que faz ouvir, no coração do Homem, que Deus não é assim tão bom como se pensa. É, até mais, um Deus rival, um Deus concorrente que guarda com inveja coisas que não quer dar. Deus torna-se, assim, um concorrente do qual devemos desconfiar. A desconfiança conduz ao medo. Quando temos medo, armamos-nos, e quando temos armas, acabamos sempre por utilizá-las. Foi assim, a partir de uma representação imaginária e falsificada de Deus, que a violência se insinuou na Humanidade.

Hoje, com os nossos contemporâneos, não temos de instruir de novo sobre a questão de Deus? É Ele que limita o Homem? É Ele que o reconduz ao medo para o fazer viver na escravatura ou na revolta? Ou é Ele que dá, que permite, que autoriza, quer dizer, literalmente, que torna “actor” e “autor” da sua própria existência, com total liberdade e responsabilidade? Creio que temos de trabalhar em profundidade as representações de Deus – tanto no domínio eclesiástico, como no próprio domínio cultural – para que nós e os nossos contemporâneos tenhamos a possibilidade de nos aproximar de Deus, estando nós próprios em vantagem. Como diz São Paulo, nós não recebemos um Espírito que nos escravize e que volte a encher-nos de medo, mas recebemos um Espírito que faz de nós filhos adoptivos pelo qual clamamos, com total confiança, *Abbá, ó Pai!*¹⁴ Temos igualmente de iniciar com rigor um trabalho de auscultação das aspirações contemporâneas, de releitura da tradição, como também um trabalho de vigilância nas nossas

¹⁴ Cf. Rm 8,15.

práticas pastorais, para que Deus possa ser verdadeiramente reconhecido como o aliado e não como o inimigo da nossa liberdade.

3.3. A revelação, uma palavra de homens onde o chamamento de Deus se deixa reconhecer dando que pensar e viver. Uma outra resistência crucial à fé reside, hoje em dia, na dificuldade em articular a razão e a revelação. A revelação permite a liberdade de pensar? Para muitos dos nossos contemporâneos, o cristianismo aparece como um dogmatismo que procura impor-se com superioridade, devido a uma verdade, infalivelmente mantida por revelação. Ou, ainda, o cristianismo é entendido como um obscurantismo que controla a razão, que a refreia em vez de a desenvolver o mais possível. Nos meios intelectuais, onde o método científico está culturalmente atracado, a própria ideia de uma revelação ofende os espíritos. Como falar, hoje, num mundo científico, acerca da revelação? Como falar dos dogmas de uma maneira que a fé em Deus se torne não só razoável e compreensível, no seio dos seres racionais contemporâneos, mas também boa e desejável para a vida?

A este propósito enunciarei as seguintes perspectivas:

É conveniente sublinhar, desde já, que a vida, para qualquer Homem, é um mistério. Que exista qualquer coisa em vez de nada é um facto que sentimos e que, por si só, é inexplicável. As ciências podem explorar o real e estender a cadeia das causalidades, mas o facto de o real propriamente dito existir continuará sempre a ser um motivo de admiração que nos interroga e nos interpela. E, face ao mistério da existência, o Homem não pode excluir *a priori* a possibilidade de uma eventual revelação. Mas como é que, na tradição judaico-cristã, se coloca a questão da revelação?

A ideia de Deus, reconhecemo-lo, é um facto cultural. De um ponto de vista antropológico, a ideia de Deus é uma criação humana; é um conceito humano, forjado pela razão humana na sua interrogação acerca do mistério da vida. Mas, neste ponto, a tradição judaico-cristã, relativamente à história que conta, traz consigo uma mensagem nova: seguramente são os homens que falam de Deus, mas ei-los conduzidos, em plena inteligência e liberdade, a reconhecer nessas palavras humanas a própria Palavra de Deus que se encarna na História e se dirige a eles. Por outras palavras, na tradição judaico-cristã, Deus é reconhecido a falar aos homens pelos homens que falam Dele. E, de um ponto de vista teológico, temos autorização para pensar que Deus, ao criar, ao conceder a vida, remeteu-Se ao silêncio para conceder ao Homem total iniciativa. Assim também, é o Homem que, ao falar de Deus, O retira do Seu silêncio e do esquecimento. Assim, Deus não entra

na História humana como um intruso ou com violência. Se Ele fala aos homens, se Ele pode ser reconhecido ao dirigir-Se ao Homem, é através dos homens que O acolhem na sua linguagem, no próprio âmbito da sua razão e das suas conversas.

Sublinhemos, ainda, que esta revelação de Deus que acontece na História através da palavra dos homens não se situa no eixo “pergunta/resposta” (*question/answer*), como se a Palavra de Deus viesse satisfazer a interrogação humana e saciá-la com uma verdade definitiva que se imporia com superioridade. Esta Palavra situa-se, antes, no eixo “chamamento/resposta” (*call/answer*). Este chamamento ocorre no interior da História e é da ordem do acontecimento. Inscreve-se na história de um povo e propõe-se oferecer uma aliança que faz viver. A fé, deste ponto de vista, não apazigua a interrogação humana; não nos enche de respostas óbvias. A fé é, antes, uma resposta a um chamamento ouvido que interroga e que podemos reconhecer, com inteligência e liberdade máximas, como verdadeiro porque bom, justo e benéfico para a vida. Assim, o acto de fé, do ponto de vista do crente, é sensato, no plano intelectual, e, ao mesmo tempo, benéfico, no plano prático da vida. O acto de fé não subjuga a razão. Pelo contrário, o acto de fé dá que pensar; permite uma compreensão renovada da vida, ao mesmo tempo que conduz a uma arte de saber viver, a uma forma de estar, a uma sabedoria que, sem dúvida, não esvazia de sentido o mistério da existência, mas permite passar por esta com inteligência e felicidade.

Esta forma de compreender e de viver a fé não dá azo nem ao obscurantismo nem ao dogmatismo. A inteligência crítica e a liberdade do Homem, com efeito, são honradas de parte a parte, desde o início e durante o caminho. Quanto aos dogmas – entendamos como tal as afirmações essenciais da fé cristã em que ninguém é obrigado a acreditar – longe de limitarem a comunicação, falam sobre a comunicação, dando-lhe início de uma forma singular. As afirmações essenciais da fé cristã, com efeito, falam de um Deus que é em Si próprio comunicação, que Se comunica e permite a comunicação. A este respeito, todos os dogmas cristãos podem ser revisitados ao mergulharmos no mistério da comunicação. Dois exemplos. A confissão trinitária fala-nos de um Deus uno em três pessoas distintas e iguais que juntas são o Amor. Acreditar na Trindade, viver deste Amor, é procurar formar uma unidade entre nós, não uma unidade uniformizante, mas uma unidade que, à imagem da Trindade, nos diferencia e nos personaliza, sem que a unidade e a diferença dêem azo à dominação, mas, pelo contrário, de forma a que honrem a nossa igual dignidade. Outro exemplo: a afirmação da catolicidade da Igreja. Esta afirmação apoia-se na

universalidade da mensagem evangélica e implica que todo e qualquer ser humano, para além dos laços de sangue, de cultura, de religião e de língua, seja meu irmão, seja minha irmã. Não reside aqui uma abertura máxima à comunicação? Em suma, a dogmática cristã, se bem compreendida, longe de oprimir a comunicação, convida-nos a excelsarmos na arte de viver em comunicação entre nós e com o mundo. Obviamente, é necessário também que as práticas eclesiais se ajustem a esta exigência, afastando-se de qualquer forma de doutrinação.

3.4. A arte de ocupar o tempo. Como demonstraram muitos sociólogos, o indivíduo, na actual sociedade ultramoderna, valoriza os instantes sucessivos sem olhar para o passado e sem fazer projectos a longo prazo. *As sociedades modernas são cada vez menos sociedades de memória*, diz Danièle Hervieu-Léger. *Elas são, pelo contrário, governadas de forma cada vez mais imperiosa, pelo imperativo do imediato. É, além disso, porque elas são levadas a libertar-se dos grilhões da memória forçada que se tornaram sociedades de mudança, instituindo a inovação como regra de conduta*¹⁵. Assim, o homem da ultramodernidade surfa sobre a onda do tempo. Deste ponto de vista, para as novas gerações, o cristianismo pode parecer antiquado, obsoleto, ultrapassado. Não poderia, contudo, um cristianismo revisitado oferecer um modelo de ocupação do tempo que pudesse ir ao encontro do homem de hoje, ávido tanto de intensidade como de novidade?

O cristianismo, de facto, parece-me que conduz a uma forma de viver intensamente cada momento presente, ao articular estreitamente “promessa”, “memória” e “novidade”.

- **Primeiro, a promessa.** Para os cristãos, como para os judeus, uma promessa de salvação domina, desde a origem, a História da Humanidade, apesar da violência que a marca. Um dia, diz a Narrativa do Génesis, a descendência da mulher – ou seja a história humana – destruirá o mal, representado aqui pela figura da serpente. Esta promessa acompanha cada momento da História. E para nós cristãos, esta promessa original de vitória sobre o mal já se cumpriu, em nós, conosco e para nós, em Jesus Cristo, filho do homem e filho de Deus, na esperança da sua manifestação escatológica.

¹⁵ Danièle Hervieu-Léger, *Le pèlerin et le converti*, Paris, Flammarion, 1999, p. 67.

- **Depois, a memória.** Evoquemos aqui o mandamento do sabbat, na tradição bíblica. Este mandamento estabelece o homem no dever de memória e na gratidão pelas bênçãos já recebidas: a libertação do Egito, a entrada na Terra Prometida, o dom da própria vida com todos os seus sabores. Não trabalhar é para o Homem uma manifestação de que não é um necessitado nem um burro de carga. Não trabalhar é para ele subtrair-se aos imperativos da produção e manifestar a sua liberdade em relação ao trabalho. O descanso do sabbat estende-se a todo o agregado familiar e à própria natureza; dá tempo para lembrar as bênçãos recebidas, para a fruição dos frutos do trabalho e para agradecer o tempo actual. Porque, efectivamente, nesta operação, é afinal o presente que é recebido como uma bênção, justamente como um “presente” (prenda). E este presente recebido como uma bênção reúne a comunidade num espírito de graça e de reconhecimento mútuo. A celebração do domingo cristão, em memória do Cristo Salvador, morto e ressuscitado, inscreve-se na tradição do sabbat, mas renovando-a radicalmente. Se o sabbat encerra a semana, o domingo inicia-a para significar a vinda de um tempo novo, de uma recriação. Daí que, o terceiro termo, após a “promessa” e a “memória”, seja a “abertura à novidade”.

- **A novidade.** *Eu renovo todas as coisas*, lemos no Apocalipse¹⁶. Esta novidade é, em primeiro lugar, a de cada momento presente que pode ser vivido intensamente como uma bênção sempre nova. Mas é também a novidade daquilo que se há-de revelar. Porque, para o cristianismo, a criação não está atrás de nós; existe agora e está também à nossa frente, ainda por revelar-se. A criação, na verdade, não é um dom contínuo, mas, antes, um dom que se retoma, que se supera incessantemente. Assim, para a fé cristã, a criação comanda a recriação. Cada momento é um momento de criação única que nos abre à esperança daquilo que se há-de revelar e que nos pode surpreender. Porque, como diz São Paulo, *toda a criação geme e sofre as dores de parto* e o que se há-de revelar não tem comparação com o que aconteceu¹⁷. A vida cristã é, assim, entrada radical para a novidade do dom de Deus capaz de nos ressuscitar para uma criação nova, da mesma maneira que Ele foi capaz de nos despertar na manhã

¹⁶ Ap 21,5.

¹⁷ Cf. Rm 8,18-25.

da nossa primeira criação. O cristão é também chamado a olhar com convicção para o que se há-de revelar. Ele não pode imaginar o que seja, mas pode esperar e celebrar já na intensidade do momento actual. Nós não somos seres vivos cujo horizonte é a morte, mas seres mortais cujo horizonte é a vida. Assim, na hora da nossa morte, seremos convidados a ouvir, uma vez mais, a promessa de salvação que domina a História desde a sua origem, a manifestar o nosso reconhecimento aos outros e a Deus pelas bênçãos recebidas e a abrimo-nos, cheios de desejo, à novidade radical que Deus nos reserva ainda. Tal é, parece-me, a arte de ocupar o tempo que o cristianismo pode propor aos nossos contemporâneos.

3.5. Primeiro, a tradição da caridade. Uma das resistências dos nossos contemporâneos em relação à fé cristã reside na dificuldade de a situar no meio de todas religiões e convicções. O que é que as distingue? O que é que as justifica? Porquê a adesão a uma e não a outra? É mesmo necessário escolher se, no essencial, nos podemos reunir sobre valores comuns? Que importância atribuir ao facto de pertencer a uma religião em particular se nos podemos mover pessoal e individualmente numa diversidade rica de convicções e de espiritualidades, sem nos ligarmos a uma tradição e a uma comunidade de fé em particular? Aderir à fé cristã não é, afinal, privarmo-nos de uma abertura a outras tradições também elas legítimas? A questão aqui colocada é a do pluralismo da nossa cultura que se mundializa; um pluralismo rico e variado que seduz e, conseqüentemente, torna mais difícil considerar inoportuna a adesão a uma tradição em particular.

Para encontrar este desafio do pluralismo religioso e convencional, é preciso insistir, penso eu, na exigência capital do cristianismo que é a tradição da caridade. Deus é Amor e o Seu amor gera, concede a vida. A missão primeira dos cristãos – sem a qual eles não seriam senão *címbalos que retinem* – é amar, tudo e todos, no espírito do hino à caridade da 1ª Carta aos Coríntios¹⁸, permitindo assim a Deus criá-los e criar o mundo na Sua própria vida. Neste campo, entenda-se, os cristãos não estão sozinhos, não têm privilégios para fazer valer, mas encontram-se entre aquelas e aqueles que vivem da vida de Deus, que pertencem ao Seu Reino, desde o momento em que são animados pelo espírito de beatitude.

Deste ponto de vista, a fé em Deus é secundária em relação à exigência primeira da caridade. O que é essencial, com efeito, visto que Deus é Amor,

¹⁸ 1 Cor 13,1-13.

é a caridade. Esta consiste no exercício de uma graça primordial que, nela e por ela, é suficiente para que revele o Reino de Deus, mesmo quando Deus não é reconhecido. E esta criação por Deus na Sua vida extravasa, entenda-se, por todos os lados, a acção da Igreja.

Contudo, se o reconhecimento de Deus não é necessário à criação na Sua vida, esse reconhecimento aparece, todavia, como uma graça suplementar que acresce ainda à vida que Deus concede. Esta perspectiva baseia-se numa teologia da graça de Deus que, por definição, é excessiva. O facto de Deus, sem Se tornar necessário, nos criar dando-nos uma vida para desenvolver, é uma primeira graça. Que em seguida Ele Se deixe reconhecer, na liberdade, pelo Homem que vive, como um Pai benevolente, é uma segunda graça. Que, à luz de Jesus Cristo, possamos ser conduzidos a reconhecer que o dom da nossa primeira criação não se encerra em si mesmo, mas que se retoma e se excede numa criação nova que não terá fim, é ainda uma graça suplementar. Assim, como diz São João, todos nós recebemos *graças sobre graças*¹⁹.

Ser-se cristão, reconhecer explicitamente a graça concedida em Jesus Cristo, é uma graça suplementar, mas que não é condição indispensável para beneficiar da salvação graciosa obtida em Jesus Cristo. É nesta lógica de graça suplementar, não necessária, mas muito reveladora do amor de Deus, que a proposta da fé cristã pode ser entendida no campo plurirreligioso e pluriconvencional de hoje. Esta perspectiva permite reconhecer que Deus cria e salva por onde quer que se viva a caridade. A fé cristã encontra-se, por isso, radicalmente relativizada em relação a isso. Relativizar assim a fé cristã não é cair no relativismo, onde tudo tem o mesmo valor, mas é colocá-la no seu devido lugar – que não é um lugar qualquer –, onde possa ser entendida, com uma pertinência e um sabor renovados, precisamente na qualidade da revelação em Jesus Cristo da graça de Deus que, por natureza, é excessiva. Aqui, privada de qualquer vontade de poder, de qualquer imaginário de totalidade, a fé cristã não pesa, não obriga, não se impõe, mas propõe-se num espaço de livre hospitalidade mútua que Deus, Ele próprio, abriu: *Olha que Eu estou à porta e bato: se alguém ouvir a minha voz e abrir a porta, Eu entrarei na sua casa e cearei com ele e ele comigo*²⁰. A Boa-Nova convida a reconhecer, com toda a inteligência e liberdade, para nossa enorme alegria, um Deus que ama incondicionalmente, cria e salva.

¹⁹ Jo 1,16.

²⁰ Ap 3,20.

Acabei de sublinhar, citando Marcel Gauchet, que o desafio do cristianismo era poder assegurar a sua plausibilidade na área da racionalidade contemporânea. Seria grave que nós pecássemos por preguiça intelectual. A renovação catequética e pastoral não se poderia limitar apenas aos aspectos comunitários, litúrgicos ou pedagógicos. Esta requer também um trabalho renovado de inteligência da fé que a torna possível, compreensível e desejável aos olhos dos nossos contemporâneos. Aqui reside, sem dúvida, a tarefa principal que nos espera durante o próximo decénio.

As citações bíblicas foram retiradas da *Nova Bíblia dos Capuchinhos*, “Para o Terceiro Milénio da Encarnação”, 1ª ed., Lisboa/Fátima, Difusora Bíblica, 1998. (N.T.)

Evangelizar de forma evangélica. Breve gramática espiritual para uma pastoral de renascimento

ANDRÉ FOSSION (*)

A presente contribuição será dividida em três partes. Num primeiro ponto, sublinharei que a crise profunda a que assistimos no plano da transmissão da fé inicia, por si só, um momento de recomposição, de começo, ou de recomeço da fé. Num segundo ponto, definirei aquilo que podemos entender por pastoral de renascimento para um período de crise como o nosso. Finalmente, num terceiro ponto, proporei algumas atitudes espirituais que favorecem esta pastoral de renascimento.

1. Um tempo de mutação: a crise como espaço de ruptura e de renascimento

Nós sabemos-lo, um mundo parte e um outro chega. O próprio cristianismo participa, forçosamente, nesta transformação. Um certo cristianismo encontra-se em crise profunda, mas não é o fim da fé cristã; esta encontra-se também em reconstrução, em reconfiguração. Deste ponto de vista, estamos numa “de duas” situações, que é desconfortável, mas apaixonante, estamos entre aquilo que morre e aquilo que nasce.

1.1. Um tempo de fractura: a crise da transmissão

Reconheçamos desde já a amplidão da crise que, sob o efeito da secularização, afecta o cristianismo e a sua transmissão. Nós conhecemos duas etapas na secularização.

(*) André Fossion é sacerdote jesuíta, catequeta e professor no Centro Nacional Lumen Vitae. Ensina também ciências religiosas nas Faculdades Universitárias de Namur. Foi director do Centro Lumen Vitae de 1992 a 2002 e presidente da Equipa Europeia de Catequese de 1998 a 2006.

- *A primeira etapa consiste na secularização da sociedade.* Esta secularização da sociedade esteve ligada, de forma decisiva, desde o final do século XVIII, à revolução democrática, à afirmação dos direitos do Homem, ao desenvolvimento das ciências e à autonomia da razão filosófica. Nesta sociedade nova nascida da modernidade, a religião já não desempenha, como no Antigo Regime, um papel de fundamento ou de enquadramento. Por outras palavras, a sociedade moderna emancipou-se em relação à tutela religiosa e clerical. Para tanto, a religião não desaparece, mas é reenviada para o livre assentimento do indivíduo num universo tornado pluralista. No passado, em período de cristandade, nascer e tornar-se cristão andavam de mãos dadas. A fé transmitia-se através do meio cultural; ela fazia parte das evidências comuns. A doutrina transmitia-se sob o regime de um triplo “dever”: as verdades em que se deveria acreditar, os mandamentos que deveriam ser respeitados e os sacramentos que tinham de ser recebidos. Pelo contrário, com o advento da modernidade, o que a sociedade transmite já não é a fé, mas a liberdade religiosa do cidadão. O próprio cristianismo contribuiu, aliás, para esta emancipação da sociedade em relação à religião. É assim que Marcel Gauchet fala do cristianismo como *a religião da saída da religião*¹.

- Mas assistimos hoje a uma segunda fase da secularização: já não apenas a secularização da vida pública, mas *a secularização da própria vida privada*. São os próprios indivíduos que, hoje, se afastam das formas herdadas do cristianismo porque elas já não vão ao encontro das suas aspirações, porque elas já não fazem sentido ou porque se tornaram sobejamente ilegíveis. Assiste-se, com efeito, actualmente, a um distanciamento massivo por parte dos indivíduos em relação às instituições religiosas, às suas crenças e às suas práticas. Não é que as questões de sentido ou as aspirações espirituais tenham desaparecido, pelo contrário. Mas o que reina é, sobretudo, a perplexidade, um trabalho manual em torno das crenças, dos percursos cada vez mais singulares num mundo complexo. Neste contexto, as representações da fé cristã que permanecem nos espíritos são frequentemente separadas, caóticas e parciais; elas não permitem

¹ Ver nomeadamente, Marcel Gauchet, *La religion dans la démocratie*, Paris, Gallimard, 1998.

torná-la legível ou desejável; por vezes até, elas tornam-na odiosa. Deste ponto de vista, em relação às formas herdadas do cristianismo, assiste-se a uma verdadeira ruptura de transmissão.

Os sintomas da crise são evidentes: diminuição do número de praticantes, menos crianças catequizadas, crise de vocações sacerdotais, comunidades envelhecidas, etc. Todas e todos nós temos nas nossas próprias famílias pessoas que, a pouco e pouco, se tornaram estrangeiras em relação à fé cristã, pelo menos nas suas formas actuais. A socióloga Danièle Hervieu-Léger fala, a este respeito, de uma *exculturação* do cristianismo: *A Igreja, diz ela, deixou de constituir, na França de hoje, a referência implícita e a matriz da nossa paisagem global. (...) No tempo da ultramodernidade, a sociedade "saída da religião" elimina até as marcas que esta deixou na nossa cultura.*²

1.2. Um tempo de renascimento. O cristianismo do futuro.

Mas nesta mesma fractura, que não podemos minimizar, constatamos, ao mesmo tempo, no plano cultural e religioso, emergências novas e reconstruções promissoras. A crise, deste ponto de vista, é verdadeiramente um tempo de graça, um momento de criação e de renascimento que nos pode reservar surpresas.

Com efeito, notamos na Igreja sinais evidentes de vitalidade: um número cada vez maior de catecúmenos e de baptismos de adultos, a proliferação de formações teológicas e pastorais para os laicos, projectos catequéticos renovados³, a democratização real das comunidades locais, a ligação dos laicos, nomeadamente das mulheres, às tarefas ministeriais, novas iniciativas nos *media*, grandes reuniões, etc. Todos conhecemos pessoas que, para lá da crise, estão bem com a sua mente, com o seu corpo e com a sua fé.

Mas é sobretudo o mundo contemporâneo que, na crise cultural que atravessa, esconde recursos promissores. Face ao desafio do planeta, vemos

² Danièle Hervieu-Leger, *Catholicisme, la fin d'un monde*, Paris, Bayard, 2003, p. 288.

³ - Conferência dos bispos de França, *Texte national pour l'orientation de la catéchèse en France*, Paris, Bayard, Cerf, Fleurus-Mame, 2006.

- Conferência dos bispos da Bélgica, *Devenir adulte dans la foi*, Bruxelas, Licap, 2006.

afirmar-se uma necessidade de espiritualidade, um apelo aos valores, um apuramento da consciência ética e, ao mesmo tempo, uma procura de sentido. Procura-se um novo equilíbrio entre as religiões e a laicidade. Os temas religiosos e inter-religiosos são debatidos nos *media*. Toda a cultura é evangelizável. E, a este respeito, na nossa situação cultural, a predisposição para reinterpretar o Evangelho de uma nova maneira está sempre bem presente. Esta predisposição não se mede através de estatísticas de participação na Eucaristia dominical, mas aflora na própria vida, nas conversas e na partilha. Há, no espírito da época, face aos desafios que representa o futuro do mundo, possibilidades novas de descobrir a fé, para lá dos estereótipos, como sensata, salutar, boa, desejável para a vida.

Para este tempo de fractura e de reconstrução, precisamos de uma pastoral que não tenha por objectivo “salvar a pele”, mas uma pastoral de renascimento que se coloca ao serviço daquilo que está a nascer.

2. Para uma Pastoral de Renascimento

2.1. Uma parábola para o nosso tempo: voltar a semear após a tempestade

Para compreender o espírito desta pastoral de renascimento, gostaria de me inspirar num facto real, de um domínio totalmente diferente, mas que, analogicamente, pode ser instrutivo para o nosso propósito.

No dia 26 de Dezembro de 1999, um furacão chamado *Lothar* varreu a Europa, particularmente o Leste da França, com ventos superiores a 150 km à hora. Estima-se que 300 milhões de árvores tenham sido derrubadas no território francês. O furacão deixou atrás de si um cenário de desolação. Contaram-se cerca de sessenta mortos e um certo número de suicídios de silvicultores ou de proprietários que não conseguiram suportar a vastidão da catástrofe. *Uma catedral destruída não é grave*, diz um silvicultor, *pode ser reconstruída. Um carvalho de 300 ou 400 anos não pode.*

Após a catástrofe, gabinetes de estudos elaboraram rapidamente programas de reflorestação, projectos de rearborização, planos de plantação. Tratava-se de aproveitar a catástrofe para reconstruir a floresta de acordo com a imagem ideal que dela se tinha.

Mas, ao pôr em prática estes planos de reflorestação, os engenheiros florestais constataram que a floresta se tinha antecipado a eles. Constataram uma regeneração mais rápida do que a prevista, que vinha contrariar os planos de reflorestação manifestando, por vezes, novas configurações, mais vantajosas, do que aquelas que os gabinetes de estudos tinham pensado. A regeneração natural da floresta manifestava, sob vários pontos de vista, uma melhor biodiversidade e um melhor equilíbrio ecológico entre as epíceas e as folhosas. Espécies que tinham estado asfixiadas pela antiga floresta podiam renascer. A catástrofe revelava-se também útil no renascimento ou na expansão de certas espécies animais.

De uma política voluntarista de reconstrução da floresta segundo os seus planos, os engenheiros florestais passaram a uma política mais flexível de acompanhamento da regeneração natural da floresta, discernindo e apreciando as novas e vantajosas possibilidades que esta regeneração natural oferecia. Não se tratava de renunciar a qualquer intervenção, mas antes de acompanhar, com mais competência e de forma activa e vigilante, um processo de regeneração natural. Eis o que disse um engenheiro florestal sobre esta atitude de acompanhamento: *Creeceram jovens sementeiras de várias espécies de árvores. O nosso trabalho consistiu, então, em destapá-las delicadamente, em acompanhá-las, em acolher a vida da natureza, mais do que acreditar propriamente que ela tinha desaparecido ou do que rearborear artificialmente. Aquilo foi um incentivo para nós. Seguindo esta lógica, decidimos que nas florestas do Estado e nas florestas municipais deixaríamos os vestígios da tempestade sempre que não fosse necessário fazê-los desaparecer por motivos de segurança ou por causa das condições dos trabalhadores florestais. Então, deixámos os tocos destruídos, os buracos, os troncos quebrados e as pilhas de ramos. Três anos depois, pude constatar nas florestas que estas “anomalias” tinham permitido a instalação de plantas e de animais que não estavam presentes na floresta “normal” de antigamente.*⁴

Procedamos a um exercício de projecção. Também a Igreja tem sido assolada por um furacão desde há cerca de quarenta anos. A paisagem

⁴ Jean-Hugues Bartet é engenheiro pela Escola de Engenharia de Agronomia, das Águas e das Florestas. É especialista em gestão de crises na Direcção-Geral das Florestas. Era o responsável pelas florestas públicas de Lorraine, na altura das tempestades de 1999. É também diácono permanentemente.

religiosa, pelo menos nas suas expressões tradicionais, está devastada. Claro que a comparação tem limites: a Humanidade não é uma floresta e os seres humanos não são plantas. Mas o que nos interessa, de forma analógica, para o nosso propósito, é a mudança de atitude dos silvicultores: a sua passagem de uma política voluntarista de reconstrução da floresta a uma política de acompanhamento, activo e lúcido, de uma regeneração em curso. Não se deveria também operar esta mesma passagem em pastoral: passagem de uma pastoral de controlo a uma pastoral de renascimento?

2.2. Uma pastoral de controlo sob o paradigma do domínio.

A pastoral de controlo corresponde, de forma analógica, à primeira atitude dos silvicultores. Ela desenrola-se sob o paradigma do domínio, onde se procura, afinal, a partir das nossas próprias forças e projectos, configurar a Igreja e o mundo de acordo com o que nós quereríamos. Segundo esta pastoral, há que anunciar o Evangelho e reconstruir a Igreja como se tudo dependesse de nós. Vive-se, então, a acção pastoral tendo no imaginário uma empresa que segue as nossas planificações.

Esta pastoral de controlo, notemo-lo, pode efectuar-se tanto com um espírito nostálgico de restauração do passado, como com um espírito progressista tendo em vista uma nova Igreja. Os dois casos são operados por um mesmo imaginário de domínio; tudo parece depender do desenvolvimento da nossa acção. Também nos dois casos, é-se conduzido tanto ao activismo segundo o qual nunca fizemos o suficiente, como ao sentimento de impotência, ao derrotismo e à depressão quando as resistências com que nos deparamos são demasiado fortes. Activismo e derrotismo são, a este respeito, atitudes similares: elas dependem ambas de uma mesma vontade de poder.

2.3. Pastoral de renascimento: o acompanhamento do que nasce

Esta outra pastoral corresponde à segunda atitude dos silvicultores. Escutando as aspirações, ela coloca-se ao serviço daquele que está a nascer, admitindo desta forma algum desprendimento e perda de domínio. Ela consiste em acompanhar, activamente, com discernimento e competência, uma regeneração da qual não somos donos. Trata-se de agarrar as oportunidades novas que se nos oferecem sem que as tenhamos programado. Trata-se também de reconhecer que a “catástrofe” não é uma catástrofe

para o mundo inteiro, de admitir que muitos não queriam voltar à antiga floresta e que o presente é portador de uma melhor biodiversidade eclesial em crescimento. Uma pastoral de renascimento aceita o fim de algumas expressões da fé, que já tiveram o seu tempo e já tiveram reconhecimento, mas às quais se pede que se apaguem para dar lugar a outras expressões. Assim, colocar-se ao serviço daquele que nasce é discernir as aspirações, pesar as coisas, ter tempo para a conciliação. É deliberar, ou, literalmente, tomar as decisões que desobrigam, que autorizam, que tornam autores. É acolher e lançar projectos, dando a oportunidade ao inédito, tendo esperança nos factores que não controlamos, confiando em forças que não são as nossas.

De facto, numa pastoral de renascimento, aceita-se a condição de qualquer nascimento. Em primeiro lugar, não estamos na origem da vida e do crescimento. Em segundo lugar, só criamos à nossa imagem e semelhança. Os pais experimentam-no; os seus filhos nunca estão exactamente no prolongamento do seu desejo ou do seu sonho. Aquele que nasce é sempre diferente do que o criou. O mesmo se passa com a transmissão da fé. Ela não é qualquer coisa da ordem da reprodução ou da clonagem. É sempre qualquer coisa da ordem do advento.

Nesta pastoral, parte-se do princípio de que o ser humano é “capaz de Deus”. Não temos que produzir nele esta capacidade. Também não temos o poder de comunicar a fé. Não fabricamos novos cristãos como fabricamos pequenos pães ou pneus *Michelin*. É por isso que a fé de um novo crente será sempre uma surpresa e não o fruto dos nossos esforços, o resultado de uma acção. Claro que a fé não se transmite sem nós. Contudo, não temos o poder de a comunicar. O nosso dever é velar pelas condições que a tornam possível, compreensível, exequível e desejável. A pastoral trabalha sobre as condições. O resto é um trabalho de graça e de liberdade.

O que acabo de dizer acerca da pastoral de renascimento vai realmente ao encontro do Evangelho. Só podemos semear. O Evangelho fala da missão como quem fala de uma sementeira. *O Reino de Deus é como um homem que lançou a semente à terra. Quer esteja a dormir, quer se levante, de noite e de dia, a semente germina e cresce, sem ele saber como.*⁵ Deste

⁵ Mc 4, 26-27.

ponto de vista, a pastoral apresenta-se como uma alquimia subtil entre as acções a levar a cabo e a necessária “retenção” para deixar acontecer o que deve nascer.

3. Breve gramática espiritual para uma pastoral de renascimento

Mas, concretizemos. Gostaria de propor, neste terceiro ponto, algumas atitudes que favorecem uma pastoral de renascimento. Não enunciarei soluções para os problemas encontrados nem projectos a realizar, mas, antes, maneiras de estar, maneiras de comportamento entre um mundo que parte e um mundo que chega. Na sua obra, *A crise da cultura*⁶, Hannah Arendt fala da brecha entre o passado e o futuro. A questão que a detém não é a de fazer valer o passado da tradição nem imaginar o futuro, mas saber *como se mover nessa brecha*. Da mesma forma, aquilo que queria expor aqui é, no fundo, um conjunto de regras espirituais destinadas aos agentes pastorais para que se detenham e se mantenham na brecha ao serviço do mundo que há-de vir. Esta pequena gramática espiritual implica, primeiro que tudo, um trabalho sobre si próprio. Toca ao espírito, à forma, à nossa maneira de nos situarmos em pastoral, aí encontrarmos o nosso lugar.

Proporei aqui uma dezena de atitudes que se articulam entre elas segundo um movimento de três etapas: primeiro, deslocar-se até ao outro; segundo, encontrar-se com o outro, solidarizar-se, dialogar; e, por fim, retirar-se, autorizar, torná-lo autor.

Deslocar-se até ao outro

3.1. Permanecer destinatários assíduos do Evangelho

Quando anunciamos o Evangelho, sem nos apercebermos, arriscamos-nos a esquecer-nos de continuar a ser os seus primeiros destinatários. Tudo se passa então como se, estando nós adequadamente adaptados ao Evangelho, só nos restasse transmiti-lo ao outro. É um pouco como se não tivéssemos mais nada para escutar e receber do Evangelho, mas que, “mestres” passados na arte de o compreender e de o viver, nos restasse simplesmente ser para outro os destinatários.

⁶ Hannah Arendt, *La crise de la culture*, Paris, Gallimard, 1972 - Edição de bolso, Ensaios Folio, 2006, p. 25.

O Evangelho adverte os pastores: eles podem colocar-se numa situação em que, ao anunciar o Evangelho, já não se deixam evangelizar. A pretensão de saber, a tentação do poder podem cegar. Todos conhecemos certas práticas pastorais que, embora conduzidas com zelo em nome do Evangelho, respiram mais o espírito de conquista, a vontade de poder ou a nostalgia do passado, do que propriamente a Boa-Nova. Daí a importância para o evangelizador de permanecer incansavelmente destinatário do Evangelho. Por outras palavras, a questão mais importante para o evangelizador não é saber *Como anunciar o Evangelho?*, mas, antes, *O que é que o Evangelho me diz hoje?*, *Em que medida é que o Evangelho é uma novidade boa para mim?*

3.2. Escutar uma palavra que convida a deslocarmo-nos para onde se encontra Cristo Ressuscitado: [Ele] não está aqui. (...) Ele precede-vos a caminho da Galileia; lá o vereis.⁷

Ora, se continuamos a ser destinatários do Evangelho, que nos diz ele na manhã de Páscoa? [Ele] *não está aqui. (...) Ele precede-vos a caminho da Galileia; lá o vereis.* Este anúncio angélico move-nos constantemente enquanto evangelizadores. Convida-nos a uma alteração radical de perspectiva. Não temos Cristo connosco como um objecto amarrado, prisioneiro, dominado que devemos transmitir a outros que não O tenham. Cristo não é um objecto que possuamos e que possamos ter “aqui” para o comunicarmos noutro lugar. Precisamos, para o encontrarmos, de sair para fora de nós próprios, deixar o nosso espaço e ir para o espaço do outro – a Galileia das nações – onde Ele nos precede.

Onde quer que cheguemos, somos sempre precedidos pelo Espírito de Cristo. Não levamos aos outros aquilo que eles não têm, mas encontramos no caminho para descobrirmos com eles os sinais de Cristo já ressuscitado. A fé é uma tentativa de reconhecimento daquilo que já está concedido secretamente.

O Espírito de Cristo Ressuscitado precede-nos sempre. Deste ponto de vista, temos sempre de nos deixar evangelizar por aqueles que evangelizamos. *Um mesmo Espírito trabalha no evangelizador e no evangelizado e o*

⁷ Mc 16,7.

primeiro, se sabe o que propõe, aceita também ser convertido por aquele que quis ouvi-lo. A arte do evangelizador é, desde então, favorecer o reconhecimento, discernir e apontar a presença do Reino nas pessoas e nas diversas situações, mesmo onde era menos esperado.

Também temos de chegar ao outro não para o ganhar para a nossa causa, não para lhe levar aquilo que ele não tem, mas para reconhecer com ele, na sua vida, a presença de Cristo Ressuscitado de uma forma que pode surpreender-nos a nós próprios. Neste sentido, anunciar o Evangelho é sempre, ao mesmo tempo, predispor-se a receber daqueles que evangelizamos o testemunho da obra de Deus, que já se encontra neles.

3.3. Tentar o acolhimento no espaço do outro. Fazer-se ser acolhido tanto quanto acolher

A tarefa de evangelização é frequentemente anunciada em termos de exigência de acolhimento. *As nossas comunidades cristãs, dizemos, devem ser acolhedoras*⁸. Certo. Mas não haverá nesse convite para se ser acolhedor com os outros uma posição de superioridade em relação ao local onde eles se encontram? De facto, quando multiplicamos os sinais de acolhimento, não estamos a dizer-lhes implicitamente: *Venham encontrar em nós aquilo que não têm em vós?* Assim, no jogo da comunicação, aquele que acolhe coloca-se sub-repticiamente numa posição elevada, enquanto o que é acolhido é reenviado para uma posição inferior. Daí a dificuldade em conduzir um diálogo evangélico autêntico desde o momento em que se é apanhado na armadilha de uma relação dominante / dominado.

Para sair dela, não haveria que, de acordo com o Evangelho, inverter a lógica: não tanto procurar acolher o outro em si, mas arriscar-se ao acolhimento nele, acreditando na sua própria capacidade de acolhimento?

O Evangelho fala de hospitalidade suplicada. O Evangelho, de facto, não nos diz: *Sede acolhedores*. Ele convida-nos antes a deslocarmo-nos até ao outro para dele receber hospitalidade. *Zaqueu, (...) hoje tenho de ficar em tua casa*⁹. *Em qualquer casa em que entrardes, ficai nela até partirdes*

⁸ Monsenhor Billé, Conferência de abertura em *Les temps nouveaux pour l'Évangile*, Assembleia plenária, Lourdes, 2000, Paris, Bayard-Centurion, Cerf, Fleurus-Mame, 2001, p. 21.

⁹ Lc 19,5.

*dali*¹⁰. *Quem vos recebe, a mim recebe*¹¹. *Eu estou à porta e bato: se alguém ouvir a minha voz e abrir a porta, Eu entrarei na sua casa e cearei com ele e ele comigo*¹².

Estas perspectivas evangélicas não suprimem, note-se, as exigências de acolhimento em si, mas este dar-se-á então numa óptica de reciprocidade, onde uns e outros dão e recebem. A hospitalidade recebida, com efeito, convoca a hospitalidade concedida. O termo “*hôte*”¹³ não designa, aliás, tanto a pessoa que recebe como a que é recebida?

Encontrar, solidarizar-se, dialogar

3.4. Humanizar, fraternizar: um fim em si mesmo. Situar a fé como um incremento desejável no campo da fraternidade

Ao arriscarmo-nos ao acolhimento no espaço do outro, poderemos esforçar-nos para nos ligarmos a ele, para criar laços de solidariedade numa obra comum de humanização. Tudo começa, de facto, no Evangelho por um trabalho de humanização: trata-se de fazer acontecer o humano, de sair da violência e de criar os laços de fraternidade. Como sublinha logo de início a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* do Concílio do Vaticano II, o discípulo de Cristo sente-se intimamente solidário para com a Humanidade: *As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens deste tempo, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração.*¹⁴ A missão primordial do cristão é, a este respeito, humanizar, é tecer laços de fraternidade, onde uns e outros são chamados a reconhecer-se mutuamente numa bondade incondicional. Esta humanização/fraternização constitui um fim em si mesmo. Não é uma estratégia pastoral para anunciar o Evangelho. Mas, se a humanização/fraternização, no que ao Evangelho diz respeito, é um fim em si mesmo, verifica-se, além disso, que ela constitui o terreno favorável ao próprio anúncio evangélico;

¹⁰ Mc 6,10.

¹¹ Mt 10,40.

¹² Ap 3,20.

¹³ *Hôte*, em francês, designa hóspede e hospedeiro. (N.T.)

¹⁴ Concílio do Vaticano II, *Gaudium et spes*, §1.

ela abre um espaço onde o anúncio evangélico pode ser dito num clima de fraternidade, no diálogo amigável, à parte de qualquer vontade de poder sobre o outro.

E este anúncio evangélico é igualmente um fim em si mesmo. De facto, o anúncio do Evangelho tem a sua razão de ser independentemente da resposta que lhe venha a ser dada. Primeiro, porque o outro, em virtude da direcção universal da Boa-Nova, tem o direito de a entender, qualquer que seja a sua resposta. Depois, porque o anúncio é em si mesmo um acto de caridade, onde se oferece o melhor de si ao outro, quer este aceite quer não. E se o outro o acolhe, será ainda uma graça suplementar, que vem completar a alegria de um e de outro, segundo a expressão da 1ª Epístola de João¹⁵. Assim, a humanização, a evangelização e a conversão ao Evangelho encaixam-se sucessivamente numa lógica de *graças sobre graças*.

3.5. Distinguir e articular a “pregação de Jesus” e a “pregação acerca de Jesus”.

No diálogo com o próximo, é oportuno distinguir um duplo anúncio: o primeiro recupera a pregação de Jesus, a segunda é uma pregação acerca de Jesus. Em que consistia a pregação de Jesus? Ele rogava aos seres humanos mais humanidade, fraternidade e o reconhecimento, na própria experiência dessa fraternidade, de um poder de renascimento pessoal, que concede a vida e que podemos implorar dizendo *Pai Nosso*. A especificidade do Evangelho, a este respeito, é reconhecer, no próprio exercício da fraternidade, a nossa filiação comum num Deus Pai que nos fez nascer e não nos abandonará na morte. Humanidade, fraternidade, filiação: este é o objecto da pregação de Jesus, totalmente centrada no Reino de Deus que se aproximou de nós graciosamente.

E, em seguida, existe a pregação acerca de Jesus que, por seu turno, é totalmente centrada na morte e na ressurreição. Quem é, então, Ele para ter ousado falar assim, arriscando a própria vida? Ele humanizou, fraternizou e rogou aos homens que se reconhecessem como filhas e filhos de Deus. Mas, objecto de intensas controvérsias, acusado de ser um aliado de Satanás, Ele foi morto pelas autoridades religiosas do seu tempo.

¹⁵ 1 Jo 1,4.

Injustamente condenado, crucificado, Ele, contudo, não cedeu ao mal. Pelo contrário, confiando-se a Deus, Ele pediu o perdão para os seus próprios carrascos. Assim, *onde aumentou o pecado, superabundou a graça*¹⁶. E a ressurreição é obra do Pai. Pela ressurreição, com efeito, Deus presta justiça e homenagem a Jesus. Ressuscitando-O, o Pai revela-Se a Ele próprio, indicando que Ele estava ao lado deles de maneira singular, que a Sua obra era a Dele. Assim, como cristãos, reconhecemos em Jesus o rosto de Deus, o filho único de Deus e, ao mesmo tempo, o homem morto sob o olhar de Deus. *Deus estabeleceu como Senhor e Messias a esse Jesus por vós crucificado*¹⁷. Assim se proclama, a partir da confissão pascal, a pregação dos cristãos acerca de Jesus.

No campo pastoral, a pregação que substitui a de Jesus e a pregação acerca do próprio Jesus Cristo podem representar propósitos ou ensejos distintos mas intimamente ligados, dependendo das circunstâncias. Uma não existe sem a outra. A primeira ficaria pelo caminho se não resultasse na segunda. E a segunda tornar-se-ia impossível se não tivesse o apoio da primeira. Parece-me que uma pastoral de renascimento começa por substituir a pregação de Jesus, para, em seguida, conduzir, no caminho, à tomada de consciência da fé na Sua ressurreição.

3.6. Pôr “em prática” as imagens, as representações de Deus

Sem dúvida, o anúncio evangélico encontrará no caminho oposições que chegam, nomeadamente, de certas imagens de Deus que bloqueiam a fé, provocando a rejeição, ou que a fazem viver de maneira subserviente. É por isso que todo o trabalho de evangelização requer que nos submetamos, no diálogo, a afastar os obstáculos, dentro de nós próprios, que podem representar imagens de Deus que não são libertadoras para o Homem.

Recordemo-nos do aviso do decálogo sobre a armadilha das imagens de Deus que podemos fabricar. O drama na nossa Humanidade, segundo a Narrativa do Génesis, começou aliás com a falsa imagem de Deus insinuada em nós pela voz da serpente. Esta muda o sentido da interdição divina tomando-a por um limite à liberdade humana e como a expressão de um Deus ciumento, concorrente do Homem. Contudo, a interdição, na boca de

¹⁶ Rm 5,20.

¹⁷ Act 2,36.

Deus, não era um limite à permissão nem uma restrição, mas um apelo dirigido à liberdade humana para nunca agir de maneira arbitrária de forma a proteger a vida concedida. De facto, a interdição – de roubar, de matar, de mentir – longe de limitar a liberdade, institui-a e torna-a possível. Uma sociedade que evita a violência, com efeito, é uma sociedade que permite viver em liberdade. Mas, a serpente muda o sentido das coisas. Onde, no discurso de Deus, havia um “mas” que responsabiliza, a serpente vê um “excepto” que limita a permissão, exerce violência sobre o Homem e faz de Deus o seu adversário. Assim, as nossas imagens de Deus tentam sempre alterar a sua natureza. Pensemos, por exemplo, nas imagens de Deus que O colocam entre as causas imediatas de tudo o que nos acontece, tornando-O, assim, injusto e inacreditável. Pensemos, ainda, nas imagens de Deus que subjagam o Homem a uma ordem religiosa, em vez de colocar a religião ao serviço das pessoas. Trata-se do debate no qual Jesus se envolveu: o sábado para o Homem e não Homem para o sábado.

Em resumo, a pastoral de renascimento requer um paciente trabalho em relação às representações, para que estas venham honrar tanto Deus como o Homem. Porque os dois estão lado a lado: um Deus que falsifica a natureza do Homem é um falso deus. É na excelência das pessoas que a verdade de Deus se manifesta.

3.7. Alimentar a memória, animar o debate, favorecer a liberdade de apropriação

Estes três termos designam uma maneira de viver em pastoral. A primeira tarefa consiste em cultivar a memória da tradição cristã na área cultural pública: no mundo escolar, no mundo dos tempos livres, nos meios de comunicação, etc.

Mas, não é suficiente alimentar a memória; é preciso também animar o debate em torno dela. A tarefa pastoral consiste, neste ponto, em fazer valer, no debate, a tradição cristã, não como um bloco que se impõe, mas como um recurso que está lá, que “dá que pensar” para viver. “Dar que pensar”, esta expressão parece feliz, porque alia o aspecto de ligeireza da fé que não se impõe nem pesa ao aspecto de seriedade para os desafios humanos em causa. Impõe-se aqui um dever de inteligência. Aquilo de que precisamos, a este respeito, em pastoral, é de uma teologia inteligente,

simples, não reservada aos eruditos, mas nunca simplista, de uma teologia que torna a fé compreensível e desejável.

E, por fim, na passada larga do debate, a terceira tarefa consiste em favorecer a liberdade das pessoas na apropriação da fé cristã. Actualmente, para que a transmissão ocorra é necessário que seja submissa à livre apreciação dos indivíduos. O mesmo acontece com a tradição cristã. Cada um retirará dela o que quiser, adicionando o seu esforço. A este respeito, não podemos nem prever os frutos nem o tempo de amadurecimento. Aquilo que surgirá não será provavelmente a fé cristã. Para uns, o fermento da tradição cristã – esta *parte fértil da nossa cultura*, segundo os termos utilizados por Marcel Gauchet¹⁸ – continuará a produzir frutos culturais, ajudando-os a situar-se numa história, a pensá-la e a vivê-la. Outros, daí retirarão uma inspiração ética ou uma sabedoria espiritual. Outros, ainda, abrirão um caminho de fé até à proclamação do *Credo* no seio da comunidade cristã. Propor, assim, a fé cristã no espaço público não é nem impor uma verdade de forma autoritária nem normalizar as consciências, mas permitir verdadeiramente a cada uma e a cada um exercer melhor a sua liberdade para se apropriar ou não dela enquanto cidadã ou cidadão, face ao que ela enuncia, para se inspirar nela ou não quer para a sua própria evolução temporal quer para a sua acção na sociedade. Não é totalmente certo que, no nosso mundo pluralista e secularizado, esta liberdade de apropriação confira todas as possibilidades ao Evangelho.

Autorizar, tornar autor

3.8. Encarar as resistências como oportunidades

Anunciar o Evangelho nunca é feito sem que se encontrem resistências. Podemos entristecer-nos com isso, culpar-nos, querer insistir nisso. Mas também podemos encarar as resistências como uma oportunidade para um trabalho de inculturação da fé. A História mostra, de facto, que as inculturações conseguidas são fruto de uma resistência das populações locais às formas de cristianismo que lhes foram levadas, para criar algo de novo, para iniciar expressões originais da fé. Esta resistência não significa uma rejeição, mas, antes, um apelo a acreditar em algo novo, *a fazer surgir*

¹⁸ Marcel Gauchet, "Service public, pluralisme et tradition chrétienne dans l'éducation", in *Exposant neuf*, nº 1, fora da série, Junho de 2002, p. 9.

*expressões originais de vida, de celebração e de pensamento cristãos.*¹⁹ Deste ponto de vista, a inculturação da fé é o processo *pelo qual uma população assimila o Evangelho, ou seja lhe resiste apropriando-se dele, recriando a fé e exprimindo-a a partir das suas raízes históricas e culturais, dando ao cristianismo um novo rosto e uma expressão original.*²⁰ As inculturações da fé conseguidas são expressões, maneiras de pensar, de celebrar e de viver a fé que foram inventadas ou renovadas por causa das resistências encontradas. Por exemplo, a missa no rito dito zairense advém de uma resistência das populações locais às formas herdadas da liturgia do mundo ocidental; com efeito, era mesmo necessário inventar novas formas de liturgia adaptadas a uma cultura da oferenda, do batuque e da dança.

Actualmente, nos nossos países, conhecemos múltiplas resistências às formas herdadas do cristianismo: por exemplo, relativamente à prática da confissão, às vocações sacerdotais e às etapas que conduzem ao casamento sacramental, etc. Não existirá também uma maneira positiva de encarar as resistências como um apelo à invenção de formas originais de pensar, de viver e de celebrar que tornam o cristianismo novamente praticável e desejável?

3.9. Distinguir “crer com” e “crer como”

Na perspectiva de deixar ocorrer novas formas de cristianismo, é importante distinguir “crer com” e “crer como”. Hoje, não cremos como os nossos avós e os nossos netos não irão crer como nós. E contudo, apesar destas diferenças, pode viver-se uma verdadeira comunhão na mesma fé. A questão colocada pela distinção entre “crer como” e “crer com” é a do desafio da unidade e da diversidade.

Como pastores, corremos sempre o risco de desejar que o outro creia “como nós”; a transmissão da fé situa-se, então, no horizonte de uma reprodução ou de uma imitação do que nós próprios vivemos. Mas, então, o risco consiste em obstruir o acesso à fé através das nossas próprias dificuldades, impondo o caminho e a nossa forma de viver a fé. Era já esta a tentação dos judeus convertidos ao cristianismo, que queriam impor as suas

¹⁹ João Paulo II, Exortação apostólica *Cathechesi Tradendae*, §53, 1979.

²⁰ Olivier Servais, “Inculturation et altermondialisation. Différences historiques et proximités logiques de deux concepts de résistance”, in *Lumen Vitae*, Março de 2005, p. 00.

próprias tradições e os seus costumes aos pagãos que se tornaram cristãos. *Por isso, sou de opinião que não se devem importunar os pagãos convertidos a Deus.*²¹ Estas palavras do Apóstolo Tiago, no fim da Assembleia de Jerusalém, deveriam incutir-nos incessantemente a necessária reserva perante o outro, para que ele possa iniciar a sua própria maneira de se apropriar da mensagem cristã e de se tornar discípulo de Cristo. A este respeito, o desafio actual das igrejas, frequentemente sobrecarregadas pelas suas tradições, consiste em deixar nascer do diferente. Esta é, aliás, a aposta de uma pastoral de renascimento. Porque, na verdade, num tempo de mutação como o nosso, é preciso deixar espaço à emergência de uma “biodiversidade eclesial” que faça jus às aspirações e à singularidade das pessoas, e facilitar, desta forma, a graça de tornar-se cristão. A transmissão da fé nunca é da ordem da clonagem, ela implica sempre uma apropriação inventiva. Daí, a necessidade de articular a diversidade e a unidade.

Para compreender a relação entre a unidade e a diversidade, podemos pegar na comparação do rosto humano. Este é reconhecível através de uma forma comum e, contudo, os rostos humanos podem ser extremamente diversos. O mesmo se passa com o cristianismo, que tem alguns traços (o sinal da cruz, o Credo, a leitura das Escrituras, a partilha eucarística, o compromisso de mais humanidade) que permitem distingui-lo, mas as figuras concretas da sua encarnação podem ser diversas. Daí, a necessária abertura de um espaço de criatividade e de imaginação na invenção do cristianismo. A transmissão da fé depende da sua capacidade de se apropriar de maneira inventiva. A este respeito, a autoridade, numa pastoral de renascimento, tem por finalidade favorecer o crescimento; consiste em velar pela comunhão naquilo que a fé tem de essencial, mas também em “autorizar”, isto é, literalmente, a tornar o outro “autor” e “actor” da sua própria existência na fé.

3.10. Pedir e receber ajuda. Contar com factores que não dominamos

A evangelização é frequentemente concebida a partir das nossas próprias forças e riquezas. Mas porque é que seria necessário que a evangelização se realizasse quando temos força e não quando estamos fracos? Que fazer,

²¹ Act 15,19.

numa altura de mudança como a nossa, em que somos apanhados numa confusão geral que nos escapa e para a qual parece que não temos força? Era já esta a questão que os discípulos colocavam a Jesus quando faziam o inventário do pouco que possuíam para fazer face, em pleno deserto, às necessidades das multidões: *Mas que é isto para tanta gente?*

Em tais situações, como hoje, o essencial é dar o pouco que se tem, ousar pedir a ajuda dos outros e contar com factores que não dominamos. Dar o pouco que se tem e ousar pedir ajuda é a única solução disponível. Aquele que não pede nada a ninguém é auto-suficiente; esse não subsiste. Pelo contrário, na lógica evangélica, a demanda inicia uma história e alimenta-a. *Pedi e recebereis, [b]atei à porta e nós vo-la abriremos.* Também na nossa missão de evangelização, precisamos de ousar dirigir-nos ao próximo para pedir ajuda e conselhos, não só no seio da comunidade cristã, mas também fora dela. Esta ajuda pode ser material, técnica, cultural, artística. Hoje em dia, pessoas, associações, colectividades que, não pertencendo totalmente à comunidade cristã, mostram-se dispostas a favorecer a vitalidade da tradição cristã no seio da sociedade, num espírito de benevolência e de apoio a tudo o que solidariamente compõe a nossa condição humana.

E mesmo sem nada ter pedido, na nossa tarefa de evangelização, também temos de contar com factores que não controlamos, com aliados inesperados. Estes aliados inesperados podem ser pessoas, acontecimentos, teorias, novas aspirações culturais: num determinado contexto, sem que os tivéssemos podido prever, eles vêm trazer a sua colaboração e conceder uma importância suplementar à mensagem evangélica. Neste sentido, a evangelização não depende das nossas próprias forças; ela depende também de factores imprevisíveis à semelhança de Ciro, o rei dos persas, imagem do estrangeiro, a quem o Senhor, contra todas as expectativas, pediu para reconstruir Jerusalém e restaurar a liberdade ao povo. *Digo a Ciro: “És o meu pastor” e cumprirá em tudo a minha vontade. Digo a Jerusalém: “Serás reedificada!” E ao templo: “Serás reconstruído!”*²² O Espírito, é verdade, sopra onde quer. Quando o cristianismo parece estar sem forças, o próprio mundo secular pode vir em seu socorro e, de forma inesperada, voltar a dar vida ao Evangelho.

²² Is 44,28.

Neste espírito de confiança e de desautorização, precisamos, sem dúvida, de ouvir as palavras que Gamaliel dirigiu ao Sinédrio a propósito da missão dos discípulos de Jesus: *Se o seu empreendimento é dos homens, esta obra acabará por si própria; mas, se vem de Deus, não conseguireis destruí-los.*²³

* * * *

Enunciei aqui uma dezena de atitudes que nos permitem entrar na brecha, movimentarmo-nos nessa brecha para favorecer, activamente, com lucidez e competência, o renascimento da fé actualmente. O Homem contemporâneo, como no passado, é capaz de Deus. O cristianismo do futuro não será unicamente o resultado dos nossos esforços, por muito que também sejam necessários. Será também o fruto novo, inesperado, surpreendente da liberdade humana e do trabalho do Espírito no coração do mundo.

As citações bíblicas foram retiradas da *Nova Bíblia dos Capuchinhos*, “Para o Terceiro Milénio da Encarnação”, 1ª ed., Lisboa/Fátima, Difusora Bíblica, 1998. (N.T.)

²³ Act 5,38-39.

Ensino Religioso Escolar

Questões relacionadas com o ensino da Educação Moral e Religiosa Católica (*)

D. TOMAZ SILVA NUNES (**)

Nesta minha exposição, procurarei cingir-me ao tema que me foi solicitado: as questões relacionadas com o ensino da Educação Moral e Religiosa Católica, no contexto do 4º aniversário da entrada em vigor da Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa. Não falarei, pois, da educação e do ensino, ou da escola, em geral. Começarei por situar a oportunidade da Concordata de 2004 e a consideração da mesma sobre o Ensino Religioso Escolar. Centrar-me-ei na apresentação das principais questões que afectam a Educação Moral e Religiosa Católica no presente, sobretudo na escola estatal. Terminarei com a enumeração de alguns desafios a uma acção mais coordenada, de quantos podem contribuir para uma maior sensibilização da sociedade portuguesa para a importância da Educação Moral e Religiosa Católica, como contributo para a formação integral dos jovens, e para a melhoria da qualidade deste ensino.

1. A Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa assinada no Vaticano, em 18 de Maio de 2004, e publicada em Diário da República, em 16 de Novembro de 2004, introduz diferenças profundas em relação à Concordata de 1940. A revisão da Concordata não consistiu numa mera inserção de alguns retoques de modernidade no texto de 1940.

2. A Concordata de 2004 é, realmente, nova e corresponde a necessidades ditadas, tanto por parte do Estado como da própria Igreja. Por parte do Estado, dada a evolução social e política nacional e internacional, consubstanciada, no plano interno, na Constituição da República Portuguesa

(*) Conferência apresentada num Colóquio sobre o 4º aniversário da entrada em vigor da Concordata, realizado na Universidade Católica Portuguesa, 17 de Dezembro de 2008.

(**) Bispo Auxiliar de Lisboa. Presidente da Comissão Episcopal da Educação Cristã.

(de 1976, com as alterações posteriores) e na Lei nº 16/2001, de 22 de Junho (Lei da Liberdade Religiosa). Por parte da Igreja, em virtude do Concílio Vaticano II e da renovação que introduziu, tanto na visão da Igreja sobre si mesma como nas novas perspectivas que abriu sobre as relações da Igreja com a sociedade e os poderes políticos, e com as outras confissões religiosas impulsionadas pela doutrina sobre a liberdade religiosa. A eclesiologia conciliar concretizou-se, em termos legislativos no Código de Direito Canónico (1983), documento fundamental a requerer, também, a revisão da Concordata de 1940.

3. Salientemos, na óptica das incidências particulares que têm sobre a área do Ensino Religioso Escolar, objecto do nosso tema, alguns aspectos inovadores introduzidos na Concordata que, em nossa opinião, nos parecem mais relevantes:

- A Concordata tem por fundo um cenário constitucional assente numa opção de separação entre o Estado e a Igreja Católica. Uma separação que não significa hostilidade nem indiferença do Estado em relação à Igreja, mas neutralidade em relação a todas as religiões e, por isso, ausência de privilégios em relação à Igreja¹;
- A Concordata adopta um modelo de “cooperação neutral”. Sem se identificar com a religião católica, o Estado coopera com a Igreja, tendo em conta a sua expressão social, as suas particularidades derivadas de uma longa implantação histórica, e o seu peso cultural².
- A Concordata assenta em alguns princípios fundamentadores e estruturantes, de que destacamos os seguintes: o princípio da *autonomia e independência*, o princípio da *cooperação* e o princípio da *liberdade religiosa*³.

O primeiro princípio (autonomia e independência) afirma que a Igreja Católica e o Estado são autónomos e independentes (Concordata, Introdução).

¹ Cf. Medeiros, R.. *Concordata e Direito Internacional – A natureza do Tratado e possíveis modelos de Tratado*. Conferência nas Jornadas Pastorais da Conferência Episcopal Portuguesa. Fátima: 12-15 de Fevereiro de 2001. (apontamentos pessoais).

² Cf. *Ibid.*

³ Cf. Franco, A. de Sousa. (2004). *Princípios gerais da Nova Concordata*. In *Concordatas Santa Sé-Portugal 18 de Maio de 2004-7 de Maio de 1940*. *Cadernos Forum Canonicum*, n. 3. Ed.: Universidade Católica Portuguesa Editora, pp. 9-12.

O segundo princípio (cooperação), de harmonia com uma visão positiva do anterior, declara a responsabilidade conjunta do Estado e da Igreja Católica, em particular, de empenho ao serviço do bem comum e de promoção da dignidade da pessoa humana, da justiça e da paz (Introdução e Arts. 1º e 2º).

O terceiro princípio (liberdade religiosa) fundamenta o exercício da responsabilidade ditada pelo segundo e reconhece a liberdade religiosa em dois planos: o plano da Igreja Católica e das pessoas jurídicas (colectivas) constituídas nos termos do Direito Canónico (Art. 2º, n. 1), e o plano dos fiéis (pessoas singulares) (Art. 2º, n. 4).

A liberdade religiosa abrange, nomeadamente os domínios da consciência, culto, reunião, associação, expressão pública, ensino e acção caritativa (*Ibid.*).

4. Também “no âmbito da liberdade religiosa” e ainda “do dever de o Estado cooperar com os pais na educação dos filhos”, a República Portuguesa “garante as condições necessárias para assegurar, nos termos do direito português, o ensino da religião e moral católicas nos estabelecimentos de ensino público não superior, sem qualquer forma de discriminação” (Art. 19º, n. 1).

Este Artigo especifica quatro características, que configuram o ensino da religião e moral católicas, que passaremos a designar por Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC), a saber:

- A frequência da EMRC depende de declaração do interessado ou de quem fizer as suas vezes (os pais ou o seu representante legal) (n. 2);
- Quem ministra a EMRC é sempre alguém a quem é certificada a idoneidade pela autoridade eclesiástica competente (n. 3);
- Os professores de EMRC são nomeados ou contratados, transferidos e excluídos do exercício da docência da disciplina pelo Estado, de acordo com a autoridade eclesiástica competente (n. 4);
- A definição do conteúdo da EMRC é sempre da competência da autoridade eclesiástica, em conformidade com as orientações gerais do sistema de ensino português (n. 5).

Os aspectos referidos contrastam com o que, sobre esta matéria, propunha a Concordata de 1940. Concretamente:

- Em primeiro lugar, o próprio ensino ministrado nas escolas públicas será orientado pelos princípios da doutrina e moral cristãs tradicionais do país (Art. 21º);
- O ensino da religião e moral católicas nas escolas públicas será, conseqüentemente, ministrado aos alunos cujos pais, ou quem as suas vezes fizer, não tenham feito pedido de isenção (Ibid.);
- Por outro lado, o ensino religioso nas escolas e cursos particulares não dependerá da autorização do Estado, e poderá ser livremente ministrado pela Autoridade eclesiástica ou pelos seus encarregados (Art. 20º).

Estes pontos foram sendo ultrapassados ao longo do tempo:

- O primeiro, pela Constituição da República, que estabelece a não confessionalidade do ensino público e a não programação, pelo Estado, da educação e da cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas (Art. 43º, nn. 2 e 3);
- O segundo, pelo Acórdão nº 423/87, de 27 de Outubro, do Tribunal Constitucional, que declarou inconstitucional a prática, nesse sentido prescrita no Decreto-Lei nº 323/83, de 5 de Julho, que regulamentava o preceito concordatário (Art. 2º, nn. 1-3). Passou-se, então, a uma prática, que se mantém, de os encarregados de educação, ou os próprios alunos, declararem o desejo de frequência da EMRC;
- Quanto ao terceiro, progressivamente o ensino religioso escolar e os respectivos docentes deixaram de formar um bloco isolado no sistema de ensino, até se alcançar uma integração plena no sistema educativo, assumindo as regras e normas gerais do sistema e específicas da disciplina.

A EMRC enquadrou-se plenamente no currículo escolar e adquiriu estatuto de disciplina com identidade própria, cresceram as exigências de formação científica e pedagógica dos professores, os quais adquiriram estatuto igual ao dos demais, melhoraram-se os conteúdos, ampliaram-se as exigências de rigor científico e adoptaram-se as metodologias pedagogicamente mais adequadas.

5. Podemos, então, tirar as seguintes conclusões:

- a) A Concordata de 2004, no que respeita aos princípios relativos ao ensino, em geral, e à EMRC, em particular, representa um enorme avanço do ponto de vista eclesiológico, educacional, cultural e pastoral, em relação à Concordata de 1940.
- b) As prescrições relativas à EMRC constantes do Artigo 19º são da maior actualidade e referem aspectos já consagrados na legislação actual, pelo que, em nossa opinião, a entrada em vigor da Concordata não implica necessariamente a queda de disposições legais. O corpo jurídico que regula a EMRC foi-se edificando progressivamente, de forma coerente e orgânica, com base em duas exigências particulares: dos preceitos constitucionais relativos à liberdade de consciência, de religião, de aprender e de ensinar, e à responsabilidade do Estado de cooperar com os pais na educação dos filhos; e da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86, de 14 de Outubro). Foi um processo que resultou, também, de um longo e aturado trabalho de negociação entre a Comissão Episcopal da Educação Cristã e o Ministério da Educação;
- c) A Concordata obriga o Estado a *garantir as condições necessárias para assegurar o ensino da religião e moral católicas nos estabelecimentos de ensino público não superior, sem qualquer forma de discriminação* (Art. 19º, n. 1). Há aspectos reveladores de que esta exigência não está, em geral, a ser integralmente satisfeita;
- d) A Concordata, como tratado internacional, constitui um suplemento de exigência para que as partes envolvidas – o Estado e a Santa Sé – desenvolvam um diálogo de fecunda e eficaz cooperação, o que não dispensa o diálogo entre a Comissão Episcopal da Educação Cristã e o Ministério da Educação, em ordem à identificação de problemas e à busca de soluções para os mesmos. Este diálogo retomou-se recentemente, mas urge dar-lhe continuidade e concretizá-lo em sessões de trabalho que conduzam a decisões que têm de ser cumpridas, tendo em vista o esclarecimento de situações e a melhoria das condições em que a EMRC é ministrada.

6. Passemos, então, à enumeração das principais questões que afectam o bom funcionamento da disciplina de EMRC e que necessitam de esclarecimento ou correcção:

Aplicação indevida de legislação à EMRC

Tem-se aplicado indevidamente a seguinte legislação:

a) Decreto-Lei nº 329/98, de 2 de Novembro

Como se pode ler nos objectivos apresentados no Preâmbulo e no Art. 2º, n. 2, este Decreto-Lei só se aplica à EMRC no Art. 12º, alterando, assim, parte do Art. 4º do Decreto-Lei nº 407/89, de 16 de Novembro, referente ao concurso para lugares do quadro de EMRC. A aplicação de todo o Decreto-Lei à EMRC introduziria alterações ao que se estipula na legislação específica de EMRC, a qual não foi revogada por esse Decreto. Pôr-se-ia em causa o estabelecido quanto ao número de alunos para constituir as turmas e passaria a ser possível reunir alunos de diferentes anos de escolaridade numa mesma turma.

No entanto, frequentemente, criou-se um clima geral de aplicação deste Decreto-Lei à EMRC.

Convém esclarecer que a criação de lugares de quadro para professores de EMRC através do referido Decreto-Lei nº 407/89 decorreu da necessidade de dar resposta a “necessidades permanentes” de leccionação desta disciplina resultantes da “representatividade da população católica portuguesa”. Mas, para defender o princípio da liberdade religiosa, pela garantia de “igualdade de oportunidades” entre a Igreja Católica e as outras confissões religiosas e no respeito pela correspondente expressão social, foi publicado, na mesma data, o Despacho Normativo nº 104/89, de 16 de Novembro. Nele se fixam as regras a aplicar, no curto e no médio prazo, ao ensino religioso das outras confissões religiosas, nos 2º e 3º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, que começava, então, a ministrar-se. Essas regras diferiam das que, naquela data, se aplicavam à Igreja Católica e que continuam em vigor.

Já, pois, em 1989 se introduziram medidas específicas para as outras confissões religiosas, como juntar alunos de diferentes anos numa mesma turma, e outras, de forma a tornar viável a implementação da disciplina. Mas, o campo estava aberto para que, no futuro, se lhes pudesse aplicar o Decreto-Lei nº 407/89, designadamente a criação

de lugares do quadro. O tempo e os termos em que o mesmo, eventualmente, se aplicaria, ficaram em aberto, pois dependeriam dos resultados da experiência que, então, se iniciava.

Ambos os diplomas asseguram o direito à liberdade religiosa de todas as confissões religiosas, traduzida na liberdade de ensino. Tanto em referência à Igreja Católica como às outras confissões religiosas reconhecidas pelo Estado, a legislação fala de “iguais oportunidades” e “no respeito pela respectiva expressão social”. Como consequência, nos aspectos organizacionais, introduz-se um esquema próprio para as outras confissões religiosas para além da Igreja Católica. Aplicar-lhes as normas específicas da EMRC conduziria, na prática, à inviabilização desse ensino.

O Decreto-Lei nº 329/98 veio converter o ensino religioso escolar das outras confissões, de “experiência pedagógica em regime de permanência e de generalização em todo o ensino básico [passa a incluir, também, o 1º ciclo] e no ensino secundário”. Em conformidade, é revogado o Despacho Normativo nº 104/89.

A tentativa de aplicação à Igreja Católica das medidas elaboradas para as outras confissões, designadamente por parte de alguns inspectores da educação, corresponde ao ponto de vista de que promover a igualdade de tratamento de todas as confissões religiosas implica aplicar as mesmas soluções materiais. Ou seja, para não haver discriminações, pretende-se tratar de modo igual aquilo que é desigual. Assim, procura-se, agora, eliminar a consideração da implantação social das diferentes confissões religiosas, da história do serviço prestado nas diversas áreas da sociedade e do conseqüente enraizamento criado, e do ordenamento jurídico que legitima e garante o enquadramento justo e harmonioso de cada uma delas.

É um passo atrás, relativamente à justeza das soluções encontradas em 1989.

b) Lei nº 16/2001, de 22 de Junho (Lei da Liberdade Religiosa)

A Lei da Liberdade Religiosa não se aplica à Igreja Católica, por força do Art. 58º. Por isso, o Art. 24º, sobre o “Ensino religioso nas escolas públicas”, só diz respeito às outras confissões religiosas.

Comparado com a legislação respeitante à EMRC e a prática em curso, o Art. 24º é muito restritivo. Sublinhe-se, nomeadamente, o facto de os professores que ministrem o ensino religioso não poderem

leccionar cumulativamente aos mesmos alunos outras áreas disciplinares ou de formação, salvo em situações devidamente reconhecidas de manifesta dificuldade na aplicação do princípio.

Quando, em 10 de Abril de 2001, fui à audiência parlamentar (Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias) pronunciar-me, em nome da Conferência Episcopal Portuguesa, de que era Secretário, sobre a redacção do Art. 58º do projecto de Lei da Liberdade Religiosa, manifestei o meu repúdio perante a discriminação com que o referido artigo trata os professores de Educação Moral e Religiosa (EMR). Perguntei se não havia restrições para os professores de outras disciplinas, não crentes, por hipótese, e disse que se essa medida, porventura, se viesse a aplicar aos professores de EMRC suscitaria, certamente, uma forte reacção, dado que muitos deles, pela sua preparação e competência, para além das aulas de EMRC estavam, legalmente, encarregados de outras actividades de carácter formativo.

Não obtive resposta. Apenas, um dos deputados comentou: “Ele está a anunciar uma guerra religiosa”. Eu respondi-lhe que a minha intenção não era ameaçar ninguém e que estava, apenas, a apontar consequências previsíveis de uma medida restritiva que deveria ser retirada daquele projecto de lei.

Em muitas escolas, têm-se exercido pressões para que esta norma se aplique aos professores de EMRC, muitos dos quais têm sido reconduzidos em cargos exercidos para além da leccionação das aulas, dados os resultados positivos da sua acção.

Cito dois casos paradigmáticos:

Duas professoras do quadro de EMRC, uma delas titular, viram os Conselhos Executivos pressionados pelos inspectores para lhes retirarem dos horários horas de direcção de turma e de projectos culturais, por exigência do Art. 24º, da Lei da Liberdade Religiosa.

Ambas reclamaram o facto à Inspeção-Geral da Educação. Em despacho do Inspector-Geral, afirma-se que a Lei da Liberdade Religiosa não se aplica à Igreja Católica, que todos os diplomas que regem a EMRC estão em vigor enquanto a Concordata não for regulamentada, desde que não a contrariem, e que aos professores do quadro de escola da disciplina de EMRC devem ser reconhecidas todas as garantias e direitos assegurados aos docentes, ficando vinculados às regras decorrentes das disposições

legais sobre distribuição de horários e outras actividades lectivas, distribuição de cargos e áreas não lectivas.

Mas, como conclusão do despacho, estes professores só podem leccionar outras disciplinas e, eventualmente, exercer outras actividades e/ou cargos, para os quais possuam habilitação própria, desde que o respectivo semanário-horário não se encontre totalmente preenchido com a disciplina de EMRC e no caso de não haver outros docentes na escola com habilitação própria, sempre de acordo com as necessidades e regras de distribuição dos tempos lectivos da escola e desde que a distribuição de serviço lectivo de outras disciplinas/funções não obrigue à contratação de novos professores de EMRC.

Medidas como estas têm sido impostas, embora de forma irregular e dispersa, e combatidas pelos professores e pelos conselhos executivos atingidos, em alguns casos com êxito.

A diversidade das medidas aplicadas justifica-se, sobretudo, porque entre a “cabeça” do Ministério da Educação e cada escola em funcionamento há um número elevado de corpos intermédios, geridos e executados por pessoas com posições e capacidades de influência diversificadas, a quem falta uma coordenação eficaz.

É necessário reflectir sobre a situação presente e, numa revisão da legislação sobre a EMRC que, eventualmente, venha a fazer-se, esclarecer a relação entre a Lei da Liberdade Religiosa e a Concordata, tendo em conta as posições dos que defendem uma aplicação directa, à EMRC, do que se prescreve na Lei da Liberdade Religiosa para as outras confissões.

Estatuto da EMRC

A EMRC é uma disciplina/área disciplinar curricular de frequência facultativa, mas de oferta obrigatória por parte das escolas.

As escolas não podem decidir, por si, se oferecem ou não EMRC aos seus alunos. Sendo assim, deve ser proporcionada a possibilidade de inscrições por parte dos encarregados de educação ou dos próprios alunos e a oferta de condições para que as turmas possam funcionar.

A natureza disciplinar da EMRC é, por vezes, posta em causa, por se tratar de uma disciplina facultativa cuja avaliação não afecta a progressão dos alunos, considerando-a, então, como uma mera actividade de enriquecimento curricular.

A sua oferta pelas escolas nem sempre é efectuada e as condições de leccionação, sobretudo os horários, desmotivam muitos encarregados de educação e os próprios alunos.

A Inspeção-Geral da Educação não costuma interferir em irregularidades desta natureza, e deveria fazê-lo.

No projecto de Decreto-Lei de reorganização curricular do ensino básico (deu origem ao Decreto-Lei nº 6/2001, de 18 de Janeiro), a EMRC enquadrava-se como projecto ou actividade tendo em vista contribuir para a formação pessoal e social dos alunos, que as escolas deviam desenvolver no âmbito da sua autonomia (Art. 5º).

A Comissão Episcopal da Educação Cristã alertou o Ministro da Educação para o facto de estar em causa uma mudança de paradigma da EMRC, o que poria em causa, entre outros aspectos, o estatuto do professor e a avaliação dos alunos, os quais estavam devidamente legislados. Introduzir-se-ia, assim, uma profunda contradição no próprio sistema.

No Decreto-Lei, não foi alterada a redacção daquele artigo. Apenas foi introduzida uma alínea nos mapas de organização curricular a especificar a natureza disciplinar da EMRC.

Mas, sobre esta questão, recorrentemente, levantam-se dúvidas.

No 1º ciclo, após a disciplina ter sido colocada no mapa anexo do Decreto-Lei nº 6/2001 para além das 25 horas lectivas, diminuíram substancialmente as inscrições.

Não está em causa a falta de interesse dos pais, mas o facto de o horário ser muito desfavorável e pior, até, que o das actividades de enriquecimento curricular.

O professor de EMRC

Além do que já foi dito sobre a atribuição de horas aos professores do quadro, para além da leccionação da disciplina (alínea b) do ponto 5.1), subsistem dois problemas que necessitam de urgente resolução:

a) Agentes de EMRC no 1º ciclo

A legislação actual, que prevê que a leccionação da EMRC seja assegurada pelo professor do 1º ciclo, pelo pároco ou por alguém por ele mandatado, encontra-se desenquadrada da realidade.

Com a formação dos agrupamentos, é normal que os primeiros agentes sejam os professores de EMRC que leccionam a disciplina na escola

do 2º, 3º ciclo ou secundário do mesmo agrupamento, e que essas horas sejam contabilizadas no horário do professor.

Em relação a outras situações, há que encontrar novas respostas mais adequadas.

b) Professores contratados

As alterações introduzidas pela lei geral à situação dos professores contratados têm repercussões sobre os professores contratados de EMRC. Há que equipará-los aos demais, quanto às categorias e à atribuição de áreas curriculares não disciplinares e de cargos ou funções para que têm habilitação.

Nem sempre tem sido autorizado, aos professores contratados de EMRC, tratamento igual aos demais professores da mesma categoria.

Escola Católica

As escolas católicas, como as demais escolas, não auferem de verdadeira autonomia. As marcas de um sistema de ensino demasiadamente centralizado fazem-se sentir, também neste sector, de formas diferenciadas. Assim, algumas vistorias das Direcções Regionais de Educação, ou outras inspecções, têm implicado com a obrigatoriedade da frequência de EMRC e com a colocação desta, sobretudo no 1º ciclo, em hora nobre dos horários dos alunos.

Legislação específica de EMRC

Frequentemente não tem sido aplicada a legislação específica que respeita a disciplina de EMRC e os seus professores, e que não foi revogada.

Foi apresentada ao Ministério da Educação uma relação dessa legislação, com o pedido de esclarecimento, junto das escolas, sobre a sua actualidade. Também se alertou o Ministério para a necessidade de actualizar alguma legislação, dadas as alterações da legislação geral que afectam a nossa legislação específica.

Novos currículos sem oferta de EMRC

Com a introdução de novos currículos, como, por exemplo os CEF (Cursos de Educação e Formação de Jovens), os cursos profissionais de nível secundário e o ensino recorrente, verifica-se que a integração da disciplina de EMRC não foi prevista.

Esta situação necessita de correcção, dado que a EMRC, como componente para uma educação e formação integral, é uma oferta de carácter facultativo, em termos de frequência, tão oportuna para estes cursos como para os ensinos básico e secundário.

7. Conclusão

De quanto fica dito e em termos de conclusão, apresento as seguintes propostas:

- A. Prosseguir o diálogo da Comissão Episcopal da Educação Cristã com as instâncias do Ministério da Educação, para clarificar e corrigir situações, promover maior autonomia e coordenação mais eficaz, e melhorar as condições do funcionamento da EMRC.
- B. Promover o encontro da Comissão Episcopal da Educação Cristã com os representantes da Igreja Católica na Comissão Paritária (Art. 29º) e na Comissão da Liberdade Religiosa, para reflexão sobre a natureza e a situação da EMRC e a aplicação da Concordata neste domínio, tendo em vista uma acção mais coordenada e profícua entre estas instâncias.
- C. Desenvolver um trabalho de investigação sobre modelos e tendências do Ensino Religiosa Escolar na Europa, com o apoio da Universidade Católica Portuguesa, tendo por objectivos, promover o saber, melhorar o nosso ensino e dilatar a comunhão europeia.

Lisboa, 17 de Dezembro de 2008